Irene da Rocha Labandeiro



"A Vida num Cerco"

Exclusão Social – Um Estudo de Caso e Histórias de Vida no Bairro do Cerco do Porto

Dissertação de Mestrado em Sociologia

apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Orientação de:

Sr. Prof. Doutor João Teixeira Lopes

FLUP

2004

Agradecimentos

Eis chegado o momento tão desejado
em que todo o trabalho desenvolvido
pode ser retratado como um excelente contributo
de todos aqueles que directa ou indirectamente assim o permitiram

Ao meu orientador Sr. Doutor Prof. João Teixeira Lopes, uma palavra de agradecimento muito especial, pela forma e pelo método como orientou este trabalho, pela capacidade de motivar, pela coragem imprimida e pela amizade dedicada.

A um Pai e a uma Mãe extremosos, um obrigado muito sentido por todo o afecto e compreensão manifestados ao longo de todo este percurso.

Ao Mário e ao Jorge, um especial obrigado pela amizade e pela forma como conseguiram lidar com a insuportável ansiedade de uma irmã mestranda.

Aos meus Avós, que se viram muitas vezes privados da atenção de uma neta ranzinza um obrigado muito carinhoso pela compreensão, paciência e afecto.

Uma palavra especial de agradecimento à Lena, ao Paulo, e ao Eriberto pela amizade e pelo apoio demonstrados nas várias etapas desta Investigação.

Ao Ramiro, à Claúdita ao Mário e à Isabel, amigos que me acompanharam nos momentos mais frágeis, pelo apoio e pelo verdadeiro valor da amizade, um agradecimento muito sentido.

À Ana, pela verdade e pela orientação um especial agradecimento.

Um agradecimento igualmente especial à Cerporto e aos "meus" Jovens irreverentes pela partilha e pela colaboração na execução deste trabalho.

Agradeço ainda de uma forma muito particular a Alguém que sem vacilar sempre esteve a meu lado.

INDICE

Agradecimentos

Introdução

CAPITULO I

Exclusão Social

1. Conceito de Exclusão Social.....1
1.1. Exclusão e Pobreza
1.2. Evolução do conceito e algumas contribuições teóricas
1.2.1. O carácter manifesto e latente da Exclusão
1.3. Mecanismos e formas de expressão da Exclusão
2. Inserção e integração social.....16
2.1. Desigualdades e Diferenciação Social
2.2. Desigualdades sociais no território
3. Representações e apropriação de espaços em contexto de Bairro.....22

CAPÍTULO II

Família e Exclusão Social

1. Interacção e socialização.....26
2. Identidade e (re)construção identitária.....33
2.1. Identidades juvenis
3. Riscos e comportamentos desviantes, delinquência e resistência ao estigma.....40
4. O papel institucional da Família e novos modelos familiares.....46
4.1. Família monoparental
4.2. Desestruturação familiar em contexto de Bairro

CAPÍTULO III

O Papel institucional da Escola

1. A Escola e a educação..... 55
1.1. A "crise" da Escola
1.2. As funções da Escola
1.3. A violência da homogeneização e a heterogeneização na Escola
2. A influência do capital social e do Capital cultural..... 64
3. Insucesso, abandono escolar e renúncia à Escola..... 66
4. Enunciados hipotéticos..... 68

CAPÍTULO IV

Metodologia e Técnicas de Investigação/ opções metodológicas

O Estudo de Caso..... 70
Fases da pesquisa de campo..... 72
Da fase exploratória à aplicação das Entrevistas Semi-directivas
Observação Directa..... 73
Análise Documental..... 74
Entrevista semi- directiva..... 75
Histórias de Vida..... 78
Considerações metodológicas..... 78
Relatos escritos de um dia de vida..... 79

CAPÍTULO V

Caracterização do objecto de estudo e enquadramento da investigação

80

CAPÍTULO VI

As vivências da exclusão

Sob os olhares de um *estranho*.....89

Documentos que "falam".....93

Vidas à deriva – discursos cruzados.....95

A vida num dia.....141

CAPITULO VII

Conclusões 144

Bibliografia.....151

Anexos

Introdução

O presente trabalho de investigação traduz um estudo prolongado e aprofundado sobre a "Condição Juvenil" em situação de Exclusão Social, num contexto muito específico – aquele que é socialmente reconhecido como um dos bairros mais problemáticos da Cidade do Porto - O Bairro do Cerco.

A escolha pelo objecto teórico de estudo centrou-se na tentativa de compreensão de determinadas condições, factores e mecanismos que directa e indirectamente se encontram associados ao fenómeno da Exclusão.

O objecto empírico é constituído por um grupo de 13 jovens, com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos, residentes no Bairro do Cerco, e frequentadores da Instituição CERPORTO, - Associação para o Desenvolvimento Comunitário do Bairro do Cerco do Porto – que tem como objectivos da sua acção interventiva o combate à Exclusão Social de grupos de risco, que são também socialmente denominados de "excluídos".

Este Trabalho apresenta-se sob a forma de 7 Capítulos dedicados a temáticas que consideramos de toda a pertinência teórica e científica na abordagem do fenómeno da Exclusão Social.

No Capitulo I procedemos à abordagem do conceito de Exclusão Social, dos sentidos e significados associados ao conceito; fazemos referência à relação de associação entre exclusão e pobreza, e damos ainda algumas pistas sobre o processo evolutivo do conceito de Exclusão recorrendo a algumas contribuições teóricas de referência. Neste Capitulo ganha também evidência o carácter latente e o carácter manifesto do fenómeno, bem como os seus mecanismos e formas de expressão mais frequentes na nossa sociedade, que exigem o desenvolvimento de processos de Inserção e de Integração Social como acção interventiva.

As desigualdades e a diferenciação social, e particularmente as desigualdades sociais no território são aspectos também focados neste Capítulo, tal como as representações e a Apropriação de espaços em contexto de bairro como condicionante na construção da identidade pessoal e colectiva do indivíduo.

O Capitulo II é especialmente dedicado à relação entre a Família e a Exclusão Social. Os principais aspectos que pensamos serem pertinentes de uma abordagem coerente na relação familiar dos indivíduos são a interacção e a socialização. A

identidade, a (re)construção identitária e as identidades juvenis, são aqui consideradas como etapas fundamentais na formação e no desenvolvimento do estilo de vida, bem como na configuração dos percursos de vida destes Jovens.

A atracção pelas situações de risco, e o desenvolvimento de comportamentos desviantes pelos jovens, bem como a delinquência e a resistência ao estigma, são aspectos focados neste Capítulo, como decorrentes dos processos de (re) construção identitária. No Capítulo II debatemos o papel da Família, a emergência de novos modelos familiares, as famílias monoparentais e, sobretudo, a emergente desestruturação familiar em contexto de bairro, que ganham particular importância na construção identitária dos jovens, dado o papel de suporte Institucional que supostamente a Família exerce na nossa sociedade.

No Capitulo III dedicamos especial atenção ao papel institucional da Escola e à sua função educativa que é previsto ela desempenhar. Abordamos também a questão da anunciada "Crise" da Escola, das suas funções, e ainda a violência que a mesma exerce no processo de homogeneização e heterogeneização dos alunos.

Para finalizarmos este enquadramento teórico de análise, passamos a considerar a Influência do capital social e do capital cultural, como aspectos fundamentais na construção da identidade do indivíduo, bem como o fenómeno do insucesso escolar, o abandono e a renúncia à Escola.

O Capítulo IV destina-se à apresentação das nossas opções metodológicas e das técnicas de investigação utilizadas ao longo de todo o processo de pesquisa: desde a observação directa, à análise documental, à aplicação da entrevista semi-directiva, à história de vida e por fim aos registos diários, que constituíram efectivamente os meios de análise mais adequados para o apuramento da realidade existencial da condição de vida destes Jovens do Bairro do Cerco.

Para uma melhor elucidação do objecto de estudo, apresentamos no Capítulo V, uma breve caracterização sócio-demográfica da população local, e uma breve caracterização do respectivo contexto de enquadramento desta investigação (o Bairro do Cerco do Porto).

O Capítulo VI, foi utilizado para a exposição, para a descrição e interpretação dos dados apurados das várias recolhas de informação efectuadas, (da observação directa, da análise documental, das entrevista semi-directiva, das história de vida e dos registos diários).

Por último, o Capítulo VII serve de apresentação das conclusões desta investigação, organizadas conforme a estrutura das vertentes analíticas expostas e os enunciados hipotéticos definidos inicialmente. Procedemos, então, à confirmação/ infirmação das hipóteses teóricas orientadoras deste Trabalho.

Propomos uma leitura realista das vivências destes Jovens, nas várias esferas da sua vida, familiar, escolar, social, etc. Os discursos que constróem para a apresentação dos seus percursos de vida ilustram os diversos mecanismos e as respectivas manifestações da Exclusão Social, que os envolve num Cerco muitas vezes sem qualquer escapatória.

CAPITULO I

EXCLUSÃO SOCIAL

1. Conceito de Exclusão Social

Exclusão, acto de excluir que significa exceptuar ou não admitir, tem sido e continua a ser hoje em dia um dos mais graves fenómenos sociais que teimam em persistir nas nossas sociedades.

Definir exclusão social não é tarefa fácil, quer devido à sua natureza complexa e carácter multifacetado, quer devido à ambiguidade conceptual de associação a outros fenómenos.

Na sociologia o conceito de exclusão também é relativamente recente. No entanto, sabe-se que o estado que o conceito exprime já se encontrava nas sociedades tradicionais de outros tempos, quer sob a forma de exílio, do ostracismo ateniense do desterro em Roma, da condição de pária na civilização hindu, ou do gueto desde a Idade Média.[1] A rejeição consistia em separar um indivíduo ou um grupo da comunidade ordinária, à excepção de caso de pária que nesse caso permanecia desprezado e privado do contacto com os outros. Desta forma, encontravam-se, por um lado, os membros de pleno direito e os membros com um estatuto à parte. A exclusão era, portanto, parte da normalidade das sociedades sem estar associada a questões morais ou políticas.

Será de referir que a ideologia revolucionária veio alterar completamente as antigas estruturas com o intuito de eliminar as exclusões em nome do princípio das novas sociedades, ou seja, a igualdade. Porém, a sociologia fez deste fenómeno um dos principais temas de debate e a ideologia acabou por manter a exclusão .

Antes de mais, a definição do fenómeno de exclusão social revela-se imprecisa e fluída nos seus contornos, devido à complexidade e multidimensionalidade que lhe está subjacente. A dificuldade conceptual deste fenómeno leva a que o seu debate se fixe mais na própria definição do conceito do que propriamente nas suas causas e consequências, o que leva à acentuada polissemia em que a exclusão social, a pobreza e as desigualdades sociais aparecem como sinónimos. A pobreza é o conceito que aparece mais

[1] XIBERRAS, Martine, *As Teorias da Exclusão Social para uma Construção do Imaginário do Desvio*, Colecção Epistemologia e Sociedade, Lisboa, Instituto Piaget, 1996, p. 7.

frequentemente associado e confundido com o conceito de exclusão, isto porque esta última decorre por vezes da primeira.

1.1. Exclusão e Pobreza

A designação de pobreza refere-se à falta de recursos sociais, económicos, culturais, etc, ou seja, recursos ou capitais indispensáveis para que o indivíduo possa fazer parte integrante da sociedade.

Como se sabe, a posse de recursos varia de indivíduo para indivíduo, de classe social para classe social, daí resultando diferenciação e desigualdade social. A posição social que o indivíduo ou grupo ocupam na estrutura da sociedade é determinante para a posse de tais recursos.

Se nos reportarmos a Marx, a acumulação de capital exerce uma influência determinante sobre a situação de classe na estrutura da sociedade. Em estado ou em situação de pobreza, está a classe operária (excedente ou mão de obra de reserva para o mercado de trabalho), que, devido à acumulação de riqueza por parte das classes possidentes, vai cada vez mais se agravando.[2]

Na perspectiva de Marx, antagónica ao liberalismo, a pobreza é uma situação de exploração resultante do capitalismo que contraria aberta e directamente o liberalismo, situação essa que não se resolve pela caridade, mas antes por uma mudança da estrutura social.

A exclusão é, como já foi dito, um fenómeno decorrente da pobreza. A exclusão social surge na década de 80 para designar todos os indivíduos que são vítimas da crise económica e que estão sujeitos a múltiplas dificuldades resultantes do processo de desqualificação social. Esse conceito não só designa a degradação do mercado de emprego e a decadência/ regressão das solidariedades sócio-comunitárias, mas, sobretudo, a sobrevivência (im)possível de uma população localizada à margem do progresso económico e da partilha dos benefícios daí resultantes.

Em Portugal, o debate político em torno do conceito de exclusão social é relativamente recente. De facto, é no início dos anos 90 que a pobreza e a exclusão passam a ser assuntos abordados no seio da política nacional, com interesse e influência da Comunidade Económica Europeia. É então que a exclusão passa a ser entendida como

[2] MARX ,Karl, *Manifeste du Parti Comuniste*, Paris, Éditions Sociales, 1966.

processo multidimensional e dinâmico, dado que resulta de múltiplos fenómenos interligados entre si e que produzem o excluído. Na exclusão coexistem, portanto, vários fenómenos diferenciados tais como o desemprego, o insucesso/ abandono escolar precoce, a marginalidade, a criminalidade, a discriminação, a pobreza, o estigma, etc, fenómenos que vão ter uma forte influência na construção identitária e no percurso de vida do indivíduo.

O fenómeno da exclusão social não se limita à sua sobreposição com a pobreza, ele abrange um universo de indivíduos muito mais alargado, sendo o problema mais preocupante dada a sua potencial invisibilidade e difícil medida. Quer no discurso teórico, quer na formulação de políticas sociais, os conceitos de exclusão social e pobreza são ainda conceitos cujas fronteiras aparecem pouco definidas. Porém, a exclusão social tem vindo a ganhar mais importância relativamente à pobreza, no que toca aos objectivos da política social dos países da União Europeia, na medida em que a primeira surge como ameaça para a coesão social, o que vem colocar em questão a própria coesão dos países integrados na Comunidade.

Os conceitos de pobreza e exclusão social diferem essencialmente nos aspectos distributivos e relacionais do fenómeno, dado que a pobreza se preocupa com a falta de recursos e a exclusão foca essencialmente os aspectos relacionais da privação ou inadequada integração social. A sua distinção reside também enquanto processo ou resultado desse processo, numa visão estática da pobreza e numa visão dinâmica da exclusão social. Ambos os conceitos tem formas diferentes de analisar o problema de desvantagem dos indivíduos ou grupos em relação à sociedade em que se inserem. Sabe-se que a exclusão ou a "nova questão social", como é designada por alguns, surge do já existente conceito de pobreza daí o carácter multidimensional que os estudiosos lhe atribuem.

Da vastíssima literatura referenciável acerca da problemática, podemos retirar duas definições de exclusão social consideradas paradigmáticas: uma refere-se à visão de origem francesa e matriz sociológica, que entende a exclusão social como uma forma particular de dissociação dos cidadãos das suas redes sociais e que ocorre quando as suas ligações com a sociedade como um todo são quebradas e estes são colocados como não lhe pertencendo do ponto de vista social; a segunda visão, de origem anglo-saxónica e matriz institucionalista considera a exclusão social na relação que os cidadãos mantém com os

direitos sociais (trabalho, saúde, níveis de vida, educação, participação política, etc) ou seja baseada no conceito de cidadania.

Parece-nos essencial proceder, no entanto, à separação dos conceitos de exclusão e de pobreza, já que um não implica necessariamente o outro, entendendo-se que, de facto, a exclusão se reflecte na saída voluntária ou imposta de um indivíduo das práticas, normas, relações e representações sociais correntes, e portanto dominantes na sociedade.

Sobre a associação dos conceitos de exclusão e pobreza, A. Bruto da Costa diz que pode haver pobreza sem exclusão social, à semelhança do que acontecia no antigo regime, em que os servos eram pobres mas encontravam-se integrados na comunidade. Este autor considera que a pobreza e a exclusão são realidades distintas que nem sempre coexistem, mas a noção de exclusão poderá estar contida nalgumas definições de pobreza, se entendermos que pobres são aqueles indivíduos ou famílias, cujos recursos são tão escassos que acabam por excluí-los do modo de vida mínimo aceitável.[3]

1.2. Evolução do conceito e algumas contribuições teóricas

Em termos de evolução histórica, é de realçar que a expressão de exclusão surge como forma de reagrupar as diferentes formas de marginalidade que se foram gerando e começaram a ser encaradas como situações de pobreza numa sociedade próspera.

Aliás, se procedermos a um recuo histórico, poderemos ainda perceber que sempre houve formas de exclusão, desde a Idade Média até aos nossos dias. A evolução da sociedade no seu todo só será compreendida se tivermos em conta a diversidade de concepções e de valores subjacentes às formas de exclusão ao longo do tempo.

No século XIX, nasce da consciência do contraste entre crescimento económico e desigualdades sociais, a expressão "questão social" que serve para englobar os diferentes aspectos do mundo operário, de onde resultavam comportamentos desviantes, numa época de luta pelo conceito de cidadania. No século passado ao contrário de hoje, os trabalhadores eram considerados na sua grande maioria pobres. [4]

Com base num percurso temporal é-nos dado a conhecer melhor a natureza e as formas de exclusão no passado e no presente e os seus aspectos mais marcantes e estruturantes.

[3] COSTA, Alfredo B., *Exclusões Sociais*, Col. Fundação Mário Soares, Lisboa, Gradiva, 1998, pp.10-12.
[4] Ver M.ª JOÃO VAZ, Eunice RELVAS e Nuno PINHEIRO, *Exclusão na História*, Oeiras, Celta Editora, 2000, p.x.

Na história das diversas abordagens teóricas do fenómeno aqui em questão, será inevitável não fazer também referência aos "pais fundadores" da sociologia: Marx, Durkheim, Simmel e Max Weber.

Estes quatro autores, traçaram várias formas de tratar com este fenómeno, indicaram pistas de análise do mesmo e influenciaram os modos de vida dos excluídos.

Max Weber parece ter sido o mais audaz, na medida em que nas suas pesquisas, as suas preocupações centravam-se nos factores constitutivos da sociedade, a política, a economia, o direito, a religião , etc, mais do que nas relações intrínsecas dos indivíduos e dos grupos[5]. Também a concepção de Durkheim relativa à distinção entre solidariedade mecânica e solidariedade orgânica, e a sua teoria de anomia contribuíram para a evolução do conceito.

As teorias da sociologia clássica, levam-nos à análise dos factores de ordem, de coerência das representações colectivas e de coesão do laço social, entendendo a exclusão como um fim em si. Os pais fundadores da sociologia procurara, essencialmente, explicar os mecanismos da ordem social global e da composição do laço social, bem como explicar os factores de desagregação social na sociedade do século XIX e início do século XX.

Há sempre um motivo subjacente ao estabelecimento das relações sociais, Émile Durkheim preocupa-se, fundamentalmente, com a forma do laço social "horizontal", ou seja , o que leva um conjunto de indivíduos a estabelecerem relações de solidariedade entre si. Já Georg Simmel, interessa-se pelo laço social mas nos seus aspectos mais privados e intimistas, o laço social na sua forma microssocial, na interacção dos homens entre si. Por sua vez, Max Weber, interessa-se pela natureza do laço social, nos aspectos "verticais" , ou seja procura a explicação do laço que liga os indivíduos às representações colectivas (e valores) , às quais se submetem.

Durkheim ao referir-se à crise das sociedades contemporâneas, dizia que esta não encontrava a sua resolução nas medidas económicas, ou seja, a redistribuição da riqueza (defendida pelos socialistas) através de um controlo centralizado da economia, não constituía a solução para os problemas sociais da época. A reorganização económica não é, só por si, suficiente para a resolução da crise do mundo moderno, uma vez que essa crise é primeira instância de ordem moral e não económica. [6]

[5] MAX, WEBER, *L''Etique protestante et l''esprit du Capitalisme*, Plon, Paris, 1964.
[6] DURKHEIM, Émile, *De la division du travail social*, Paris, PUF, 1978.

A teoria do Estado, defendida por Durkheim, preconiza o restabelecimento das associações profissionais (corporações). Neste sentido, rejeita-se a concepção tradicional de democracia uma vez que implica a participação directa da grande massa da população no governo. As associações profissionais deveriam desempenhar um papel mais importante do que aquele que tem vindo a desempenhar até à época. A anomia encontra-se presente no sistema profissional, uma vez que não há integração moral em certos pontos fulcrais (pontos de conjunção e de permuta entre os diferentes estratos sociais) da divisão do trabalho. O mundo moderno está a ser progressivamente dominado pelo racionalismo, que Durkheim entende ser o "aspecto intelectual" do individualismo moral, e uma das suas principais consequências é a exigência crescente de uma "moralidade racional". O desenvolvimento do individualismo é uma tendência irreversível porque constituí o resultado de mudanças sociais profundas. Esta ideia está associada à concepção de liberdade de Durkheim e da relação com a ordem moral. A liberdade não traduz a eliminação de todos os constrangimentos. Está aqui inerente, aliás, a noção de anomia, que impede os indivíduos de serem livres porque se encontram amarrados aos seus desejos inesgotáveis.

O indivíduo submete-se à sociedade e é essa a condição da sua libertação, e por isso depende dela, mas esse é o caminho para a liberdade. A sociedade não é mais do que uma organização das relações sociais, o que implica uma regulamentação do comportamento de acordo com os princípios estabelecidos (regras morais).

Quanto a Weber, tem como principal preocupação a análise da acção social humana. Segundo este autor, a acção social inclui todas as condutas humanas, providas de significado e orientadas para o comportamento previsível do passado, do presente ou do futuro de outros indivíduos. O poder é a probabilidade por parte de um determinado agente de conseguir realizar os seus objectivos, mesmo que isso implique a oposição a outros com os quais mantém uma relação social. A aceitação da dominação pode justificar-se por vários motivos, desde a obtenção de recompensas materiais ou da estima social. Para Weber existem três tipos de legitimidade em que se baseiam as relações de dominação: a tradicional, a carismática e a legal.[7] Uma vez que Weber rejeita as teorias da evolução histórica, por entender que são inadmissíveis, todas as teorias que tentem explicar a evolução histórica em termos de predominância causal e universal do poder económico, ou de relações de classe estão condenadas ao insucesso.

[7] Consultar *Capitalismo e Moderna Teoria Social*, Anthony Giddens, Lisboa, Editorial Presença, 1972

Este autor fala-nos em três "dimensões" da estratificação: "classe", "grupo social" e "partido", independentes umas das outras mas podendo influenciar-se casualmente. À semelhança de Marx, também Weber não procede a uma análise completa da noção de classe e da sua relação com as outras bases da estratificação social. Daí que a análise da noção de classe de Weber assentam na análise geral da acção económica num mercado. As classes só surgem após o mercado se ter constituído, o que pressupõe a constituição de uma economia monetária. Weber concorda com Marx quando diz que a posse ou a ausência de posse de propriedades é a principal distinção na qual se baseia a divisão de classes num mercado competitivo. Segundo Weber, não são sempre as desigualdades na distribuição de propriedade que ocasionam as lutas de classe. O conflito só surge quando a distribuição desigual das oportunidades de vida não for considerada como um "facto inevitável", porque, em muitas épocas históricas, as classes negativamente privilegiadas aceitam a sua inferioridade como algo natural e legítimo.

As análises desenvolvidas por Georg Simmel incidem sobretudo na interacção, na relação reciproca que liga dois indivíduos ente si. É a partir desta análise que Simmel generaliza a sua problemática para estudar a relação do indivíduo com o grupo e com a sociedade. Para este autor a coesão social reside na interacção, ou na relação com o outro, o que lhe permite descobrir a natureza do laço social no seio da comunidade e no seio da sociedade. O autor descreve a história das relações sociais no seio dos agrupamentos humanos, permitindo-lhe a análise da abertura do agrupamento ao que é exterior e ao que é estranho. Os grupos assumem uma postura de hostilidade em relação ao que é estranho, e é nessa relação com o que é estranho, que são exercidas sobre as representações colectivas pressão constante, internas ou externas, e é nesta relação que reside o progresso moral para a universalidade do homem. A relação humana é entendida como a relação com o Outro, com a alteridade, em que a relação com o outro (estranho/estrangeiro) não é mais do que uma das modalidades. Trata-se de uma relação de distância/proximidade.

Simmel desconstrói o laço social da relação com o estrangeiro em quatro grandes variáveis, reduzindo a primeira, na decomposição das relações entre distância e proximidade. E passa a explorar três modalidades: a mobilidade, a objectividade e a abstracção. Enquanto o estrangeiro é visto do ponto de vista das suas diferenças, permanece excluído do grupo. Este autor estabelece uma relação causal directa entre as representações colectivas da cidade, relativamente ao estrangeiro, e a posição concreta do mesmo. "Numa primeira perspectiva, a sociedade tende a encorajar a pesquisa das

diferenças em relação ao estrangeiro e este último permanece *excluído* do grupo" É só numa "segunda perspectiva que a sociedade tende a encorajar a pesquisa das *semelhanças* com o estrangeiro, e este último é então *acolhido* no seio de diferentes colectivos" [8] Neste sentido cada indivíduo é estrangeiro em relação aos outros, só quando as semelhanças singulares ou típicas prevalecem é que o estrangeiro é de facto acolhido no grupo.
Quando são as semelhanças gerais que prevalecem, o estrangeiro é acolhido no seio do conjunto humano mais vasto (a sociedade).

O pensamento de Karl Marx, como quadro de referência da análise socialista, contrapõe o carácter natural da desigualdade assente em diferenças biológicas e mentais, à acção histórica expressa na tendência de uma classe a explorar e a dominar a outra, reduzindo aquela a desigualdade a um mero fenómeno resultante da estrutura social.

Ao produzir a acumulação de capital, a classe operária produz uma "superpopulação operária relativa" que se constitui em "exército de reserva industrial" que por sua vez produz riqueza. Este autor considera que quanto mais crescer a riqueza da classe dominante mais crescerá a pobreza da classe dominada. Quanto mais o capitalismo progride mais pobres se tornam os trabalhadores. Trata-se, na verdade, de um processo de escravização e inferiorização face ao objecto. Desde o momento em que o próprio trabalhador é tratado da mesma forma que o objecto que produz, torna-se num bem ainda mais barato que o bem que produz. Neste sentido, a organização das relações sociais do modo de produção capitalista impede o desenvolvimento futuro do modo de produção capitalista impede o desenvolvimento futuro do Homem. No entender de Marx, a alienação dos homens em relação ao ser da espécie, é uma separação social com características geradas em sociedade. E são as circunstâncias sociais em que se exerce a actividade dos indivíduos que condicionam a percepção que eles tem do mundo em que vivem.

1.2.1. O carácter manifesto e latente da Exclusão

A exclusão não se cinge apenas aos factores manifestos que a traduzem, digamos que a exclusão tem um duplo carácter: por um lado é manifesta, por outro é latente. Isto faz dela um conceito muito abrangente e multifacetado que se cruza com enumeras variáveis possíveis de análise.

[8] XIBERRAS, Martine, *As Teorias da Exclusão, para uma construção do imaginário do desvio*, Col. Epistemologia e Sociedade, Nº 41, Lisboa, Instituto Piaget, 1993, pp.75.

Segundo A. Teixeira Fernandes, do ponto de vista social, a pobreza é entendida como exclusão dos estilos de vida correntes e aceitáveis na sociedade, não se trata apenas da precaridade económica, mas também da marginalidade social fenómenos que nem sempre se encontram associados. Ora, uma vez que as pessoas não possuem níveis suficientes de posse, de capital humano e material, então acabam por ser excluídas socialmente. Este autor considera que quanto mais crescer a riqueza da classe dominante mais crescerá a pobreza da classe dominada.

A exclusão social também é entendida, segundo Robert Castel, como a fase extrema do processo de "marginalização", uma vez tratar-se de um processo "descendente", ao longo do qual se verificam sucessivas rupturas do indivíduo com a sociedade.[9] São rupturas com o mercado de trabalho, rupturas familiares, afectivas e de amizade. Há no entanto tentativas de fuga a este processo, segundo Teixeira Fernandes, este escape pode fazer-se no interior da própria cultura ou no exterior dessa. Diga-se que por exemplo o abandono dos bairros degradados ou o êxodo do rural e a emigração traduzem a rejeição da habitação e a afirmação de estratégias de escape.

Mas a dinâmica social não deve ser reduzida à oposição entre os que estão "dentro" e os que estão "fora", porque a nossa compreensão da sociedade é actualmente distorcida pela polarização de todas as atenções em torno dos fenómenos da exclusão.

A noção de exclusão social surge como o agravamento das desigualdades (indissociável dos mecanismos de produção destas), resultando por isso numa dialéctica de oposição entre aqueles que efectivamente mobilizam os seus recursos no sentido de uma participação social plena, e aqueles que por falta dos mesmos se encontram incapacitados para o fazer.

"Acresce o facto de a exclusão ter um carácter cumulativo, dinâmico e persistente, encerrando no seu núcleo processos de reprodução (através da transmissão geracional) e evolução (pelo surgimento de novas formas), que garantem as suas vias de persistência, constituindo simultaneamente causa e consequência de múltiplas rupturas na coesão social, implicando manifestações de dualismos e de fragmentação social."[10]

---

[9] Ver ROBERT CASTEL, *Extreme Cases of Marginalization, from Vulnerability to Desaffiliation*, comunicação apresentada no European Seminar on Social Exclusion, realizado em Alghero (Itália), Abril de 1990, in Alfredo Bruto da Costa, *Exclusões Sociais*, Cadernos Democráticos. Colecção Fundação Mário Soares, Lisboa, Edições Grádiva, 1998, p.p. 9,10.

[10] Ver RODRIGUES, Eduardo Vitor, *A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal*, in Revista Sociologia I Série, Vol .IX, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1999, p.65.

Sociologicamente, exclusão é produto de um défice de coesão social global, não se reduzindo a fenómenos individuais isolados ou a determinadas situações. A exclusão existe em relação ao outro, a uma sociedade ou a um grupo aparentemente coeso, surge das rupturas com o outro (família, amigos, escola, mercado de trabalho, sociedade)

A exclusão existe quando se regista uma acentuada privação de recursos materiais e sociais, arrastando "para fora ou para a periferia da sociedade" todos aqueles que não participam dos valores e cultura dominante. O excluído encontra-se fora da esfera e do universo social e simbólico dominante e incorpora o sentimento de auto-exclusão e o sentimento de rejeição. Em termos simbólicos "o excluído é todo aquele que é rejeitado de um certo universo simbólico de representações de um concreto mundo de trocas e transacções sociais". [11]

Os processos de exclusão social expressam a acumulação das deficiências, falhas e insucessos nas mais variadas esferas sociais, assumindo uma forma de ruptura dos laços simbólicos.[12]

Assim, podemos falar em três dimensões de exclusão, as quais interagem num processo dinâmico para uma posição de desintegração social, nomeadamente a dimensão económica; a dimensão social e a dimensão simbólica. A primeira refere-se, sobretudo, ao trabalho/emprego e aos recursos materiais, ou seja, aos recursos que permitem a participação social dos indivíduos através das actividades de produção e de consumo.

Neste âmbito, dá-se relevo à questão do emprego, o qual tem hoje um papel preponderante na integração social dos indivíduos e na participação no jogo societal.

A dimensão social respeita, por exemplo, à relação que o indivíduo estabelece ou mantém com o todo que é a sociedade, nas relações familiares ou nas relações de amizade.

A terceira dimensão, a simbólica, está associada á legitimidade e ao prestígio social. No entanto, parece-nos importante referir que o funcionamento de algumas instituições como a Escola, contribuem para a existência de situações de exclusão social. Por exemplo, a escola como agente co-responsável da exclusão social acciona práticas pedagógicas unilaterais e que vão apenas ao encontro de algumas crianças oriundas da classe média, desenvolvendo uma acção selectiva entre alunos de diferentes origens sócio-

[11] FERNANDES, António Teixeira (1995), *Etnicização e racização no processo de Exclusão Social*" in o Estado Democrático e a Cidadania, Porto, Ed. Afrontamento, 1987, pp. 9-66.
[12] Como refere XIBERRAS, Martine, *As teorias da Exclusão – para uma construção do imaginário do desvio*, Lisboa, Insituto Piaget, 1996.

culturais e por isso, precocemente discriminando e rotulando as crianças das classes baixas como incapazes, tornando-as vulneráveis e desvalorizadas.

Ainda neste momento de compreensão das consequências que o funcionamento institucional tem sobre a vida dos indivíduos, limitando-lhes as oportunidades e reproduzindo as suas condições de vulnerabilidade, parece-nos urgente referir, também, a política habitacional. Digamos que esta política, com o objectivo de lucro e dirigida por uma classe dominante, serve apenas os seus interesses e, como tal, constrói os bairros numa lógica de separação dos grupos sociais, geograficamente objectivada.

As condições de habitação constituem, assim, um indicador privilegiado quando se pretende detectar fracções marginalizadas da população.

A exclusão social, é sem dúvida, uma das maiores fragilidades na sociedade contemporânea deste século, tendo vindo a assumir novos contornos. Conhecer as suas causas, eliminar os seus efeitos e prevenir as suas incidências, é um dos imperativos que se coloca em plano nacional, e global, na defesa dos direitos e condições da cidadania.

1.3. Mecanismos e formas de expressão da Exclusão

Como temos vindo a referir no presente capitulo, a exclusão como fenómeno multifacetado, resulta de uma multiplicidade de factores reflectindo-se em várias dimensões da vida do indivíduo. Como tal existe, uma diversidade de mecanismos e formas de expressão da própria exclusão.

Alfredo Bruto da Costa considera, que uma vez que a exclusão social se apresenta como um fenómeno complexo e heterogéneo, então pode-se falar em vários tipos de exclusão: a exclusão económica – caracterizada pelas más condições de vida, baixos níveis de instrução e qualificação profissional, emprego precário, e actividades no domínio da economia informal; a exclusão social - caracterizada por uma ruptura nos laços sociais, é uma situação de privação de tipo relacional repercutindo-se em isolamento associada à falta de auto- suficiência e autonomia pessoal. Este tipo de exclusão não tem propriamente a ver com a falta de recursos, mas pode resultar do estilo de vida de familiares e amigos, da falta de serviços de bem-estar, ou de uma cultura individualista e pouco sensível à solidariedade. Se se registar a falta de recursos, a exclusão será de tipo social, mas sobreposta à exclusão económica ou decorrente até dela; e por último a exclusão de tipo cultural, que se deve fundamentalmente a factores de ordem cultural como o racismo, a

xenofobia, etc , que acabam por dar origem às minorias étnico-culturais. Os motivos que impedem ou dificultam a integração social das minorias são de carácter cultural. Também o não acesso a produtos ou bens culturais são uma forma de exclusão cultural muito frequente, por exemplo nas classes sociais desfavorecidas. Existe, ainda, a exclusão de origem patológica, psicológica ou mental (distúrbios e perturbações mentais), que surge, por exemplo, de rupturas familiares, de amizades, etc.

As pessoas que se apresentam em situação de exclusão ou auto-exclusão são tidas como autores de comportamentos auto-destrutivos, nomeadamente relacionados com a toxicodependência, o alcoolismo, a prostituição, etc.

Todos estes tipos de exclusão, aparecem na prática, muitas vezes sobrepostas, e uma forma de exclusão pode perfeitamente resultar de outra forma de exclusão. Digamos que, em muitos casos, se assemelha a um infindável ciclo vicioso, onde um determinado tipo de exclusão leva a outro e por aí adiante. Veja-se, por exemplo, a situação de uma criança ou jovem pertencente a uma classe social de escassos recursos económicos, que abandona precocemente a escola – devido ao seu percurso de insucesso -, e que, face à insuficiência de qualificações, se vê privado e excluído de oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, vendo-se "obrigado" a enveredar pela via mais "fácil", da delinquência e da marginalidade pela prática de economias paralelas, ou então submetendo-se a trabalho precário onde a exploração está presente. Será provavelmente difícil um indivíduo nestas condições, ter acesso à qualidade de vida, ao contrário de um jovem de uma família com posses económicas e com um percurso escolar de sucesso que consegue entrar no mercado de trabalho e ter um emprego reconhecido e valorizado.

Apesar da imprecisão do termo e definição do mesmo, a exclusão social nos anos 80 passa a estar associada a mudanças de natureza económica e tecnológica que perturba e desorganiza a estrutura industrial e social. Aparece uma nova pobreza, a exclusão refere-se em particular a fenómenos e processos de desagregação das relações entre indivíduo e a sociedade, por exemplo, uma ruptura com o mercado de trabalho, traduz-se na ideia de não realização, ou à ideia de realização de maneira inadequada dos direitos do cidadão.

A questão que se levanta é se as rupturas de que falamos serão da responsabilidade individual ou da colectividade, e se elas emanam dos comportamentos individuais ou das evoluções sociais.

Jérôme Ballet considera que a exclusão pode ser entendida como um desequilíbrio nos stocks dos direitos individuais, enquanto G.Clavel [13], faz uma aproximação ao conceito de exclusão, mediante a existência de 3 pontos de exclusão: o primeiro diz respeito às categorias das populações (idades, handicaps, etc) não tendo em consideração a dimensão qualitativa, e deixando escapar por isso algumas pessoas que se encontram em situação de exclusão, o segundo diz respeito à questão económica que esquece as dimensões sociais reduzindo-as a aspectos meramente económicos e monetários, e finalmente o terceiro refere-se à privação ou ao não acesso aos direitos. Trata-se portanto, do não respeito pelos direitos civis, económicos, sociais, políticos definidos num determinado território e num determinado momento.

Pode-se entender a disseminação da exclusão como um sinal pontual da degradação de um conjunto de valores, que, em virtude dos nossos valores, são considerados como heterogéneos ou mesmo desviantes.

As teorias da sociologia do desvio, surgem na primeira metade do século XX, com dois sociólogos da Escola de Chicago, contribuindo para o desenvolvimento da análise dos factores de desagregação esboçada pelos pais fundadores da sociologia. Eles estudam fundamentalmente, as formas de decomposição social e os grupos definidos como anómicos, acabando por propor na teoria da ecologia humana, uma imagem ecológica da coesão do laço social. Na segunda metade do mesmo século, um grupo de sociólogos formados pela Escola de Chicago desenvolvem o estudo de grupos de desvio, mostrando como os excluídos não resultam apenas da anomia e da desestruturação social. A Escola de Chicago avança mais, com a corrente do interaccionismo simbólico, explicando como os excluídos recompõem uma nova ordem social, alternativa e invisível ao exterior, daí a explicação da estigmatização por anomia. Outros autores contemporâneos, produzem na mesma altura novas noções de anomia, desvio e marginalidade procurando a explicação para o seu aumento contínuo na sociedade.

As teorias da sociologia contemporânea propõem a resolução da exclusão pela mudança de paradigma, ou seja, de uma mutação paradigmática do nosso pensamento. É o pensamento liberal ocidental, e o seu paradigma ou modelo individualista que promovem a imagem do excluído, daí a dificuldade teórico-prática em abordar os vários fenómenos contemporâneos.

[13] CLAVEL, G. , *La société d'exclusion*, Paris , L'Harmattan, 1998.

A sociologia contemporânea permite-nos compreender o funcionamento da coesão social. Com a corrente da pós-modernidade surgem novas proposições teóricas que permitem apontar algumas hipóteses para a mutação do paradigma.

Primeiro, há que referir que há vários processos geradores de exclusão, e por isso várias categorias de excluídos. René Lenoir descreve as seguintes categorias de excluídos : os idosos, os deficientes e os inadaptados sociais (jovens em dificuldade, pais sós, incapazes de recorrer às necessidades familiares, isolados, suicidários, drogados, alcoólicos). Mas, para além destas categorias, devemos ter em conta outras que resultam de diversos processos geradores de exclusão. É o caso do terrorismo, do integralismo, do racismo e da xenofobia. Outros processos que por consequências induzidas, geram também exclusão, são o desemprego (sobretudo o desemprego de longa duração e o desemprego gerado pelas transformações das relações de trabalho). [14]

O espaço circundante e as catástrofes ecológicas são outro processo responsável pelo isolamento e exclusão de territórios e das suas populações que os habitam. Há, por isso, uma difusão de categorias de excluídos. O campo de exclusão em toda a sua extensão leva-nos a considerar a propensão para o efeito da "contaminação" e do alastramento de população excluída.

A temática do conflito permite-nos, em muitos casos, explicar a origem de categorias excluídas, começando pela derrota dos futuros excluídos que serão rejeitados pela sua não conformidade com o modelo dos vencedores. Há populações que sentem uma diferença suportada, no caso de deficiência, e outras que sentem uma diferença imposta, no caso de enclausuramento ou gueto. Esta diferença tanto se constrói por valores políticos como por valores religiosos, e é em nome destes valores ou representações do mundo que se geram os processos de exclusão. É evidente que esta exclusão por ideias ou valores, é bem menos visível do que a exclusão física (racismo) ou geográfica (gueto), e material (pobreza).

A exclusão é também uma exclusão ao nível espiritual ou simbólica, na medida em que não há reconhecimento dos valores e representações dos excluídos, não fazem parte do universo simbólico legitimado pela sociedade. Trata-se de um estigma simbólico que não é tão visível como o estigma físico, mas que não deixa de ser tão ou mais grave do que este último.

[14] Ver RENÉ LENOIR, *Les Exclus. Un français sur dix*, Paris, Seuil, 4ª ed.,. 1989.

Deste modo, compreende-se que a exclusão social é um processo dinâmico, o qual se prende com processos individuais e com mecanismos sociais de exclusão, colectivos e globais, inerentes ao funcionamento das instituições e do todo colectivo que é a sociedade.

É no seguimento desta ideia que urge salientar alguns dos percursos que conduzem à situação de exclusão social.

Atendendo a que o indivíduo não nasce excluído, mas torna-se excluído pelas condições circunstanciais da vida, existe sempre uma situação inicial e uma situação culminar do processo de exclusão, ou seja, uma situação de vulnerabilidade em relação ao outro e à sociedade. Por exemplo, a situação de desemprego inesperado pode constituir um despoletar de situações várias, que conduzem progressivamente a um afastamento das dinâmicas sociais e colectivas que mantém o indivíduo integrado socialmente, ao nível da família, da comunidade e da sociedade em geral, o que pode culminar num processo de exclusão.

Sabemos que a desinserção pode ser entendida como a passagem de uma identidade positiva para uma identidade negativa, através da vivência de momentos sucessivos de um percurso de desinserção.

Arriscaríamos mesmo a dizer que, por vezes, as instituições não detém meios técnicos e financeiros capazes de dar resposta às necessidades sociais, reproduzindo por isso situações de exclusão. Claro está que, mesmo no que se refere ao papel das instituições de solidariedade social, nomeadamente sem fins lucrativos, quando o Estado, os organismos municipais e autárquicos e ainda o próprio Sistema de Segurança Social, não as apoiam suficientemente e não faz uma distribuição equitativa dos recursos necessários para que tais instituições se apetrechem das condições ideais para dar resposta às situações exigidas, o panorama é bastante mais grave, já que as próprias instituições de solidariedade social que tem como função o combate à exclusão social, acabam, elas próprias por serem vítimas deste processo. A questão que se coloca é a de saber, por exemplo, até que ponto as instituições privadas de solidariedade social (IPSS), como geralmente são designadas, podem combater a exclusão na falta de apoio institucional (nomeadamente apoio em termos de insfraestruturas) de organismos competentes. Torna-se complicado uma instituição responder às necessidades sociais (de combate à exclusão, à criação e reforço de estratégias de inserção e de integração social e profissional) quando ela própria é discriminada pelos organismos estatais, quando não obtém os apoios necessários para que as suas funções sejam desempenhadas com a melhor eficácia. Neste

quadro apresentado, e muito curiosamente, o ciclo do excluído tem início na própria instituição responsável pelo combate à exclusão.

2. Inserção e integração Social

Parece-me importante, referir que os conceitos de inserção e de integração são conceitos que estão fortemente associados ao fenómeno da exclusão, quer no sentido de arranjar um lugar no mesmo espaço da comunidade para o excluído, quer no sentido da participação do novo membro acolhido, que induz à ideia de congruência e de coerência com os outros. A exclusão é o oposto de "integração social " ou "inserção social", estando relacionada com a cidadania, ou seja tem a ver com o acesso a um conjunto de sistemas sociais básicos, que deve ser entendido como uma forma de relação. [15]

2. 1. Desigualdades e diferenciação social

À luz de alguns contributos teóricos das Ciências Sociais, podemos considerar que a posição social dos indivíduos nos grupos sociais, resulta da actuação de mecanismos específicos, de capitalização de recursos legítimos, para aceder a determinado lugar de classe. Já Marx considerava que a posse de rendimentos (capital económico) era um factor determinante para a diferenciação de classes nas relações de concorrência. Bourdieu, no entanto, considera que estes recursos legítimos não só se circunscrevem a um só capital específico (económico), mas a uma pluralidade de capitais (capital cultural, político, relacional e educacional).[16]

Bourdieu avança face à representação unidimensional de Marx, em que as desigualdades eram pensadas primordialmente em torno de uma visão económica do capitalismo, para uma visão pluridimensional, em torno de várias capitalizações, recursos e esferas sociais, cuja posse ou afastamento determinaria as desigualdades sociais.

Este autor explica estas relações numa concorrência dos modos de capitalização, ou seja, quem possuir mais recursos sociais, culturais, económicos, políticos melhor integração social possui. Enquanto que uns acumulam capitais económicos, culturais,

[15] A.BRUTO DA COSTA, *O.c.* p.14.
[16] BOURDIEU, P., *O Poder Simbólico*, Lisboa, Memória e Sociedade, 1989.

sociais, etc, outros são "excluídos" da maior parte dos capitais legítimos responsáveis pela inserção social dos indivíduos.

É ainda neste domínio que Bourdieu chama a atenção para a questão do poder como forma de diferenciação, ou seja, o poder de cada indivíduo, simbólico e/ou relacional, advém precisamente desta posse de recursos/capitais múltiplos: quantos mais capitais o indivíduo possuir mais poder e influência social deterá.[17]

Desta análise sociológica se constata que o fenómeno de exclusão social é entendido como a situação de afastamento, ou antes de descapitalização, de recursos/capitais legítimos essenciais para que os indivíduos possam participar e estar inseridos socialmente. Tal implica, assim, concluir que a exclusão social resulta não só de um afastamento da integração económica (pela via dos rendimentos económicos e do trabalho/emprego), mas também da dimensão cultural (como é o caso da falta de recursos escolares ou académicos, conhecimentos gerais, falta de participação em actividades e ventos culturais e de lazer), bem como da dimensão simbólica/social/relacional (todo o conjunto de relações sociais variadas e de influências nas diferentes instituições).

É com base nestes pressupostos teóricos que se entende que a exclusão social resulta de outras dimensões para além da material, ou seja implica também um enfraquecimento dos elos sociais[18], bem como de uma atomização das relações sociais. Quando se fala em relações sociais pretendemos sublinhar as relações que implicam sempre papéis e posições sociais protagonizadas pelos indivíduos, as quais não implicam necessariamente relacionamentos ou interacções. É o caso da relação social entre patrão e operário, onde de facto há uma relação entre ambos, sobretudo de trabalho, com hierarquia de posições, mas na qual não há trocas e até mesmo interacção pessoal, ambos podem nem se conhecer pessoalmente. Ao passo que nas redes de relacionamento exige-se uma troca, uma partilha, uma interacção concreta em contextos sociais, onde os indivíduos participam.

Digamos que num contexto neo-liberal, onde os princípios do capitalismo vigoram, onde uma distribuição não equitativa dos rendimentos se efectiva, a existência de situações de pobreza e de exclusão são inevitáveis. Posto isto, todas as outras instituições, para além das económicas, se inscrevem nesta lógica de competição e de selecção, que exclui uns

[17] BOURDIEU, p., *La Distinction, Critique Sociale du jugement,* Paris, Éditions de Minuit, 1979.
[18] Entende-se por elos sociais o desenvolvimento de redes de interacções de relacionamento que permitem trocas e a circulação de bens, materiais ou não, das quais o sujeito retira proveito em palavras, actos, dinheiro ou tempo (Bourdieu)

tantos pela ausência de critérios bem demarcados como essenciais para conseguir uma participação social.

Embora as sociedades democráticas visem, como objectivo, a partir do contrato social de cidadania, a inserção/inclusão de todos os indivíduos, a existência clara de grupos totalmente excluídos deste contrato vem contrariar a máxima de igualdade e até a própria estratificação social. Prova disto é o desenvolvimento cada vez maior de uma nova categoria social denominada de "*underclass*", ou seja, o grupo social cuja vulnerabilidade é tão grande, e o status é tão frágil que fica afastado e aparte do resto da sociedade.

Digamos que as mutações sócio-económicas nas últimas décadas têm tido efeitos tão perversos que conduzem a uma diminuição do papel integrador dos direitos sociais, que não chega a todos e, como tal, existem números significativos de indivíduos que vivem fora da cidadania e da sociedade, com uma participação na vida social quase nula ou disfuncional.

Por outro lado, importa referir mais uma vez, a questão do acesso ao mercado de trabalho na sociedade actual, já que esta é uma condição elementar para a inserção social dos indivíduos, não só no que concerne aos rendimentos mas também no que respeita à valorização social. Digamos que o valor do trabalho hoje é um marco/norma muito importante, que rege a sociedade e que diferencia os indivíduos consoante o tipo de tarefa que executam (valorização que a mesma tem) e, consecutivamente, o salário e o tipo de contrato existente.

Assim, ao referirmos a questão do trabalho como factor de exclusão social, e considerando a sua evolução por relação ao modelo de funcionamento do sistema económico português nos últimos anos, podemos depreender a partir das condições actuais do mercado de trabalho, que hoje o próprio funcionamento da economia e das estruturas sociais existentes constitui um risco para o desemprego e para formas de exclusão social várias, ao nível dos direitos sociais universais, que não se efectivam em todos os indivíduos. Assim, é numa perspectiva de cidadania que o fenómeno de exclusão social adquire expressão.

Perante uma análise deste género fica demonstrado que a posse de instrumentos ou recursos sociais, culturais, económicos e outros parece indispensável para a participação social dos indivíduos, sobretudo para a sua inserção sócio-profissional. Neste âmbito, a posse de recursos económicos mostra-se fundamental, como trunfo de acesso a outros recursos valorizados que permitem a integração social dos indivíduos.

Por isso uma das manifestações de exclusão social dominante é precisamente o desemprego que acarreta outras consequências ao nível social e individual na vida dos indivíduos enquanto cidadãos.

Segundo Jean-Paul Fitoussi, o triunfo do individualismo trouxe consigo não só o progresso mas também o sofrimento, ao multiplicar as riquezas aumentou as desigualdades a um ponto insuportável. [19]. As novas formas de sofrimento, ou as desigualdades que este autor destaca como principais, são as desigualdades relacionadas com a repartição de rendimentos, de alojamento, as desigualdades perante o trabalho, perante o endividamento, os efeitos negativos da urbanização, as incivilidades, as consequências da implosão do modelo familiar e as novas formas de violência.

2.2. Desigualdades sociais no território

Como já tivemos oportunidade de referir neste capítulo, é a estrutura social que faz a diferenciação dos grupos sociais, com base nalguns critérios e de forma selectiva, colocando os ricos ou possuidores de bens de um lado, e os desapossados à margem da maioria. Esta diferenciação não se reflecte apenas no que respeita à distinção dos grupos sociais, mas também no que se refere à apropriação do espaço e território por parte dos mesmos grupos, nomeadamente à habitação.

A ocupação territorial é um dos aspecto a ter em conta no estudo da exclusão social, dado que a localização dos territórios espelham as situações de desigualdade e de diferenciação social.

É de salientar que, nos anos 90, com a ampliação do uso do termo de exclusão social, as desigualdades sociais ao invés de desaparecerem, reconfiguraram-se e complexificaram-se quer devido à heterogeneidade das situações, quer devido ao seu carácter instável, persistente, dinâmico e evolutivo, atestando fenómenos de precarização, de ruptura, de crise de identidade, ou mesmo, de vazio social. [20]

Sabe-se que, a espacialização e a distinção rural e urbano reflectem processos de exclusão e de pobreza diferenciados, sendo que a exclusão e a pobreza rural se refere à escassez básica de recursos económicos consequência directa da baixa produtividade agrícola e à subsistência através de prestações da Segurança Social. Em contrapartida, a

[19] FITOUSSI J.P., ROSANVALLON P. , *A Nova Era das Desigualdades*, Oeiras, Celta Editora, 1997, p.3.
[20] Ver Paula Guerra – *A cidade na encruzilhada do urbano*, Porto, UP, 2002.

exclusão e a pobreza urbanas parecem caracterizar-se por formas mais visíveis e extremas. No meio urbano, verifica-se que os grupos sociais mais atingidos são aqueles com baixos rendimentos, em situação de emprego precário, em situação de desemprego, com falta de qualificações e incapacidade para as desenvolver, em situação de doença e dependências, etc. São, portanto, grupos sujeitos às pressões associadas aos processos de urbanização que se associam a mecanismos de discriminação e segregação espacial.

A segregação urbana é uma das tendências da política da cidade que se faz acompanhar pelas desigualdades sociais nos territórios. Mas, para além da dicotomia rural/urbano, há ainda a referir uma outra manifestação da exclusão, a área do suburbano, onde a referida segregação e discriminação espacial é bem mais evidente. Diga-se desde logo, que estas são, de um modo geral, as principais características da localização geográfica dos bairros de habitação social. Os bairros situam-se normalmente na periferia ou em zonas suburbanas caracterizadas por uma panóplia de problemas bem comuns entre eles, desde a delinquência, a prostituição, o consumo e tráfico de droga, etc.

A política da cidade parece cada vez mais acentuar e agravar as desigualdades territoriais, nomeadamente com a concentração dos grupos sociais mais fragilizados. Há um contraste bastante notório em termos de apropriação de espaços. Geralmente os bairros de habitação social traduzem práticas de fechamento sócio-espacial, que limitam e dificultam as estratégias de fuga ao estigma que lhes está associado.

A qualidade de vida é um outro aspecto a considerar na abordagem dos territórios. Sabe-se que a maioria dos Bairros de habitação social está destituída da qualidade de vida desejável, os seus habitantes vivem verdadeiras situações de degradação social.

Tal como se pode retirar da abordagem tridimensional de António Teixeira Fernandes[21], que contempla 3 tipos de relação – a do homem consigo mesmo, a do homem com os outros e a do homem com o meio ambiente – os bairros são destituídos de qualidade de vida, conceito precisamente oposto ao de exclusão. Apesar de não nos podermos referir à qualidade de vida como conceito universal, porque afinal está imbuída de uma certa relatividade, o certo é que qualquer sociedade deve proporcionar os direitos devidos a qualquer cidadão nomeadamente no que se refere ao limiar mínimo de qualidade de vida e de habitabilidade.

[21] FERNANDES, A. Teixeira, "As sociedades e a qualidade de vida : tendências actuais", *in* FERNANDES, A Teixeira, *Poder Autárquico e Poder Regional*, Porto, Basílica Editora, 1997, pp.269-273.

De uma forma geral, más condições de habitabilidade, alojamentos superlotados e de subaluguer, funcionam como indicadores que representam uma maior exposição das populações a situações de vulnerabilidade. Estes são alguns dos indicadores característicos da habitação social.

Em termos de questões habitacionais, podemos dizer que se tem vindo a constatar uma lógica de segregação inerente à política habitacional dominante, a qual tem conduzido à construção dos bairros de habitação social com menor qualidade que os outros, associados, segundo os responsáveis pela sua construção, às características dos grupos que lá vivem. Assim se procede a uma "gettização" destes grupos, o que cria barreiras abstractas, mas muito fortes e marcantes, nos modos de vida dos seus habitantes, com consequências objectivas nos seus percursos de vida e na inserção urbana.

A organização dos espaços edificados em função de modelos técnicos estandardizados obedecendo a critérios de estreita rentabilidade económica e a excessiva concentração habitacional, a qualidade dos materiais e a própria concepção arquitectónica induzem a uma promiscuidade opressiva e incompatível com a preservação de espaços de intimidade..

Sendo assim, a construção dos bairros sociais prende-se com fracas condições, com a utilização de materiais de fraca qualidade, situados geralmente em zonas periféricas, conduzindo, deste modo, a uma guetização dos seus habitantes, os quais vivem todos num mesmo local com características e vivências muito semelhantes, reduzidos a uma sociabilidade interna intensa.

Digamos que a política habitacional social se tem desenvolvido na concentração em grandes aglomerados de famílias que vivenciam problemas comuns, mas que têm especificidades e características sócio-culturais muito próprias e heterogéneas. Contudo, aquando a implementação destas políticas, tal heterogeneidade não é tida em conta.

O espaço, enquanto contexto onde se enquadram, modos de vida, práticas sociais e culturais, onde coexistem diferentes grupos sociais, que, por sua vez, se apropriam de diferente forma dos equipamentos, constitui um factor de suporte à constituição de redes de sociabilidade. Neste quadro de sociabilidades emergem tensões, conflitos, etc, onde qualquer um dos grupos se sente, mais ou menos, identificado com uma ou outra ocorrência, conforme as suas experiências de vida e as trajectórias sociais.

Assim, após estas considerações introdutórias acerca do problema da habitação social e do modo como têm sido implementadas as políticas sociais do realojamento, como

potenciais factores de reprodução da pobreza, parece-nos importante começar por sugerir uma definição do que é a *habitação* e constituir uma análise mais aprofundada em torno destas questões.

O conceito de habitação varia de época para época, mas também em função de diversos grupos sociais, bem como em função do contexto histórico actual. Por outro lado, também se pode concluir que estar alojado implica múltiplas dimensões e, por isso, é impossível considerar o alojamento como ter um tecto, uma casa, isto é, não se pode traduzir o alojamento num só indicador.

É de salientar a importância que deve ser atribuída aos equipamentos colectivos e aos espaços verdes que integram os espaços residenciais, na medida em que estes elementos permitem concluir a definição de *habitat*, já que constituem necessidades importantes para assegurar as condições de habitabilidade e a satisfação residencial.

Importa considerar que a qualidade de vida não é só ter uma casa e recursos materiais para sobreviver, mas também ter segurança emocional, bem estar físico, condições de higiene, privacidade, espaços individuais e de colectividade. Dentro de casa são também necessários espaços colectivos, de partilha de companhia, etc.

A habitação não deve ser apenas entendida apenas por aquilo que é, mas também pelo conjunto de oportunidades que se lhe pode, ou não, associar.

3. Representações e apropriação de espaços em contexto de Bairro

O conceito de Bairro apresenta-se-nos como uma forma nostálgica, exprimindo no concreto a ideia de um outro modo de vida urbano, o que permite evidenciar negativamente o quadro de vida nos espaços residenciais de habitação social. Um bairro é, antes de mais, uma unidade habitacional, que não se esgota no conceito de vizinhança, porque extravasa o domínio das relações primárias e informais, os seus limites não são necessariamente geográficos nem tão pouco administrativos. Os seus limites encontram-se na identidade colectiva que une os habitantes dessa unidade habitacional.

Nestes espaços é frequente coabitarem diferentes categorias sociais, que em condições normais não coexistiriam.[22]

[22] ALMEIDA, Paula, "Habitação: Produção de um Conceito", *in Sociedade e Território*, 1994, 20, pp.110-116

É frequente encontrarmos em estudos sobre habitação social a ideia de "caos" como característica atribuída aos bairros sociais, no sentido em que estamos perante uma desintegração da vida social e a anomia que sucede a uma ordem (da vida social da cidade tradicional).

Nestes espaços habitacionais, as diferenças sociais, que são essencialmente diferenças culturais e ao nível das formas de sociabilidade, exprimem–se e revelam-se na utilização colectiva e comum dos equipamentos sócio-culturais, que constituí um componente fundamental destes espaços.

O conceito de apropriação do espaço, traduz a vivência concreta dos espaços criados, a forma como o indivíduo interioriza os signos desse espaço, a forma como reage, reinventa e reinterpreta nesse espaços os próprios signos.

A heterogeneidade de referências culturais e de situações sociais que caracterizam o bairro tem, necessariamente, influencia no próprio modo como se vê e se representa o espaço, e nas diversas formas como os moradores dele se apropriam. Há que salientar que no que se refere às desigualdades territoriais, estas são visíveis logo na demarcação das zonas do próprio bairro. Geralmente há uma divisão física mais ou menos delineada, trata-se por vezes de uma demarcação étnica, racial ou então, mesmo, no que se refere às condições de vida.

O bairro caracteriza-se normalmente pela existência de uma forte identidade negativa resultante do facto de nele coexistirem diferentes grupos sociais e identidades culturais. Por isso , são visíveis as fortes sociabilidades conflituais decorrentes da "ofensa" e da "intriga". Por vezes a má vizinhança também é a razão explicativa dos conflitos existentes num bairro. Porém, e ao contrário do que possa parecer, os amigos que são feitos no bairro são de grande importância para estas populações, o que indica a possibilidade de bons relacionamentos entre os vizinhos.

A existência de uma multiplicidade de referências identitárias e a particular permeabilidade à mudança destas identidades, através dos diferentes processos sociais por que os indivíduos passam ao longo da vida revela a complexidade dos processos de (re)estruturação das identidades sócioculturais.

O facto de se viver num bairro social contribui sem dúvida para uma grande "fragilização identitária", por exemplo em relação aos emigrantes traduz-se numa certa demarcação face aos sistemas culturais /étnicos de origem. São muitas as causas e complexos os mecanismos que conduzem à guetização e degradação dos bairros sociais,

consequência em parte das fracas condições económicas em que as populações vivem. Trata-se, em regra geral, de famílias com escassos recursos económicos, população desempregada e/ou com trabalho precário e profissões desqualificadas, famílias numerosas com reduzido grau de instrução que coabitam em condições degradantes, e particularmente mais vulneráveis ao comércio da droga e a todos os fenómenos de exclusão.[23]

O bairro é normalmente criticado pela "má vizinhança", pela insegurança e demasiada intimidade nas interacções locais que perturbam a intimidade de cada agregado familiar. O desgosto pelo bairro surge mais destas razões culturais, a que a população se mostra mais sensível, do que das más condições de conservação da habitação das deficientes condições de apresentação do espaço público ou carência de equipamentos.

O bairro social tem uma conotação negativa, de inferiorização social e cultural que é interiorizada pela população que aí habita, arrastando consigo a segregação e a marginalização. Essa inferiorização agrava a indefinição identitária que lhe está associada, promove as estratégias de isolamento e a demarcação face ao território. A percepção e avaliação do espaço- bairro, não depende tanto do gosto por factores como a habituação ao bairro, as boas relações de vizinhança, mas antes da interiorização de uma imagem negativa e estigmatizante, indutora de sentimentos generalizados de insegurança. Ora, tal negatividade na representação do espaço condiciona obviamente as formas de apropriação desse espaço, bem como as possibilidades de enraizamento e identidades locais. [24]

A identidade cultural de um bairro social poderá ser entendida como o resultado do cruzamento de dinâmicas internas e externas, que resultam por sua vez das redes sociais conflituais, do fraco sentimento de pertença e das divisões ou demarcação do Bairro, e por último da forte imagem negativa que o exterior lhe atribui.

As vivências num bairro são frequentemente marcadas por fenómenos de segregação e de exclusão que contribuem para produzir e reproduzir processos de marginalização de carácter cumulativo incidentes nestes territórios e nas populações que o habitam.

A generalidade dos bairros de habitação social caracteriza-se pela concentração de grupos mais vulneráveis e pela concentração de uma extensa panóplia de problemas sociais, sendo vista como um território de exclusão. A interiorização dos rótulos e dos

[23] GUERRA, Isabel, "As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas", *in Sociedade e Território*, 1994, pp. 11-16

[24] PINTO, Teresa C., A apropriação do espaço em bairros sociais: o gosto pela casa e o desgosto pelo bairro", *in Sociedade e Território*, 1994, 20, pp.36-43.

estigmas por parte da população que os habitam condiciona fortemente as vivências e as práticas de sociabilidade, as formas de apropriação e de percepção do espaço e mesmo as estratégias face ao poder e ao planeamento urbano e social.

CAPITULO II

FAMÍLIA E EXCLUSÃO SOCIAL

1. Interacção e socialização

O indivíduo estabelece interacções no seu quotidiano em vários domínios da sua vida (na família, no grupo de amigos, no trabalho, etc). E é pela interacção das várias realidades que é determinada a socialização do mesmo.

A leitura que o indivíduo faz da realidade, é condicionada pela herança cultural que possui (valores transmitidos essencialmente pela família) e pelo contexto social e classe social em que cresce e em que vive. Essa leitura do real é feita inconscientemente, designando-se de senso-comum, estabelecido por normas e regras ou crenças sociais da sociedade que vão sendo interiorizadas desde que o indivíduo nasce. O processo de socialização interfere no indivíduo a dois níveis: no desenvolvimento da sua personalidade (na passagem do ser biológico ao ser social para a aquisição do Eu); e ao nível da sociedade (no acesso dos indivíduos a uma herança cultural e social em que se baseia nos modelos pré-estabelecidos da sociedade em que vivem).

Segundo Horton P.[25], a socialização é uma maneira que o actores sociais têm de aprender os modelos da sua sociedade e os assimilam como regras para a sua vida pessoal. Embora o indivíduo não nasça membro da sociedade, ele nasce com predisposição para se integrar, daí que os modelos sociais sejam interiorizados ao mesmo tempo que lhe são exteriores. Ora, por isso se diz que a acção humana, e os comportamentos são guiados por essa ordem social sem a pressão do social.

Podemos dizer que o homem e a sociedade realizam-se em três momentos de um processo dialéctico: pela exteriorização (a projecção do indivíduo no social, a construção do mundo como produção colectiva na qual o homem se relaciona com os seus semelhantes constituindo um produto da sua cultura e como condição necessária à sua realização pessoal); pela objectivação (os produtos das sociedades humanas impõe-se aos seus criadores passando essa exteriorização a ter uma realidade objectiva que se impõem mesmo a quem a exteriorizou.) e, finalmente, pela interiorização (como processo pelo qual

[25] HORTON, Paul, B., *Sociologia*, Lisboa, Macgraw-Hill, 1981.

os homens se reaproximam das realidades tomadas exteriores e assim o indivíduo interioriza o mundo social como realidade objectiva.

Se entendermos a socialização como reprodução humana, esta prevê que seja o indivíduo a adaptar-se à sociedade, uma vez que são as regras sociais que se impõem a ele e ao grupo, actuando como pressão social, com um maior ou um menor constrangimento. Nas várias etapas da vida, o indivíduo passa por um processo de permanente socialização, as regras sociais vão sendo interiorizadas, de um modo tão subtil que não temos consciência da imposição que exercem. Daí que o homem seja, por isso, um produto da sociedade.

Tal como referem Berger e Luckmann [26], o homem e a sociedade produzem-se mutuamente, porque a sociedade na comunidade é em si estática e o indivíduo é o seu único movimento numa interacção comum.

Neste contexto, a sociedade aparece como um fenómeno dialéctico, um produto humano que não pára de reagir sobre aqueles que o produzem. O ser humano é considerado como um produto social obrigado a reproduzi-lo na estrutura social onde se desenvolve, ignorando-se a sua capacidade opressora com todas as suas capacidades de auto-organização.

Segundo a perspectiva estruturo-funcionalista, que importa brevemente rever, e referindo a postura de Parsons relativamente à sua teoria geral da acção, este autor considera que o "actor", a "situação", a "orientação normativa" e a "motivação" são representações fundamentais para a compreensão e análise da realidade. Estas representações, no seu conjunto, designam o núcleo organizador da referida "teoria geral", o que é confirmado por Parsons quando nos diz que «é um processo no sistema "actor-situação" que tem significação motivacional para o actor individual ou, no caso de uma colectividade para os seus componentes individuais»; «é inerente a todo o sistema de acção (que esta) seja orientada normativamente» [27].

A acção surge assim caracterizada como sendo um comportamento orientado para determinados fins, (a acção propõe sempre qualquer coisa e prossegue sempre um objectivo), o que implica o surgimento no actor de um estado interno favorável a seu desencadeamento (motivação). Neste ponto, Parsons, ao acentuar a intencionalidade e o carácter motivado da acção, aproxima-se da perspectiva weberiana, privilegiando o ponto

[26] BERGER, P e LUCKMANN, Th , *A construção social da realidade*, Petrópoles, Vozes, 1991.
[27] PARSONS, Talcott, *The Social Sistem*, Nova Iorque , The Free Press, 1951, pp4 e 36

de vista do actor na análise da acção humana. No entanto, Parsons afasta-se da perspectiva de Weber, demarcando-se em relação ao subjectivismo (patente ou iminente) de muitas propostas weberianas; por exemplo quando pretende definir a acção como estando sempre referenciada a um contexto situacional e, por outro lado, no facto de fazer depender as orientações e motivações individuais de todo um conjunto de valores, normas e regras definido a nível supra-individual. Para Parsons, o sentido da acção não deve ser analisado exclusivamente através da subjectividade do actor, também deve ter em conta a dualidade "actor-situação" e obviamente a especificidade desta. Como refere Guy Rocher, "o actor de Parsons é um ser-em-situação"[28].

A existência da ordem social justifica-se, segundo Parsons, pela complementaridade entre a institucionalização no plano social de um conjunto de valores e normas e a sua interiorização no plano dos actores que garante a homogeneidade e coesão dos comportamentos humanos. Parsons retoma algumas teses sociológicas de Durkheim, deslocando o problema da significatividade da acção, ou seja, o das mediações "internas" entre "estímulos" da situação e "resposta" do actor, do exclusivo plano deste para o dos modelos simbólicos que integram o sistema cultural da acção. A acção humana é analisável em termos de quatro sistemas: o cultural, o da personalidade, o do organismo biológico e o social. Um sistema é designado por Parsons como o processo de interacção de indivíduos ou da colectividade.

Os "valores"," normas", "regras" e "símbolos", têm um estatuto teórico quando nos referimos à interacção, e que no caso particular da acção humana em que o objecto da orientação normativa é, ele próprio, constituído por actores sociais. Centrando a análise no comportamento do "ego", um dos simbólicos actores do sistema de interacção, diremos que ele depende, quer da presunção de "ego" acerca das expectativas de "alter" a seu respeito, quer, ainda, das sanções ("recompensas" ou "punições", consoante se trate de reacções positivas ou negativas) que "ego" prevê que "alter" venha a exercer sobre ele. Há que salientar que a instabilidade virtual de um sistema de interacção excede em muito a que decorre de acções exercidas por actores isolados em contextos situacionais de "não actores" (em casos por exemplo de "acção sobre" e "adaptação a" objectos físicos. Por outro lado, e uma vez que as potencialidades de ruptura não se chegam a concretizar, os sistemas sociais existentes apresentam uma relativa estabilidade ao longo do tempo,

[28] ROCHER, Guy, *Talcott Parsons et la Sociologie américaine*, Paris, Presses Universitaires de France, col. SUP , 197, p.45

colocando-se aqui a questão dos "fundamentos da ordem social". O problema da ordem e o da natureza da integração dos sistemas estáveis de interacção social centram-se, precisamente, na integração da motivação dos actores com os padrões culturais normativos que se inserem no sistema de acção. Existe um vínculo entre valores, normas e regras por um lado, e acção propriamente dita, por outro, que passa a incluir como elementos mediadores decisivos os "papéis sociais" de "alter" e de "ego", o que apenas complexifica, mas não transforma a resposta ao problema. São os papéis sociais que codificam os conjuntos específicos de valores, normas e regras a que os actores se devem reportar, tendo em conta o tipo de relações em que mutuamente estão implicados e a posição (status) que ocupam na estrutura social. Cabe-lhes, por conseguinte, institucionalizar e tornar socialmente compartilháveis os conjuntos de expectativas e sanções que, numa relação claramente recíproca orientam o comportamento social. Entenda-se que o que são sanções para "ego" são expectativas para "alter" e vive-versa

É nesta medida, que o indivíduo se conforma com os modelos dominantes porque espera que o seu comportamento seja objecto de gratificações e de apoios. A obediência aos modelos sociais dominantes proporcionam assim reforços positivos. O indivíduo interioriza a situação de conformidade com o estabelecido, conformismo que por vezes gera desviância. Perrenoud [29]salienta que as sociedades liberais reproduzem-se sem gerar conformismo, mas no entanto, criam actores que tratam de colocar as suas capacidades de raciocínio e de decisão ao serviço do que eles pensam ser os seus interesses, sem darem conta de que assim perpetuam as estruturas e produzem novas gerações à sua imagem.

A socialização pode também ser entendida como o início de um jogo de trocas, em que o comportamento do indivíduo está em conformidade com a orientação transmitida pelas regras e modelos sociais dominantes numa sociedade. O indivíduo constitui-se na medida em que se relaciona com os outros numa rede de relações que interfere, e ao fazê-lo ele próprio interioriza elementos que o modificam. Desta forma, as relações interpessoais são definidas como um fenómeno social de base que se manifesta em toda a vida social e em todas as sociedades existentes.

" O indivíduo não pode estar condicionado a só ser, a só fazer, a só sentir de acordo com o habitus que lhe foi inculcado".[30]

[29] PERRENOUD, Ph., In VAN HAECHT, *A Escola à prova da sociologia*, Lisboa, Instituto Piaget, 1986.
[30] ALVES PINTO,C , *Sociologia da Escola*, Lisboa, Macgraw- Hill, 1995, p.120.

A entrada progressiva do indivíduo no mundo simbólico do universo cultural em que o ser humano cresce é permitida e facilitada pela comunicação, que tem um papel fundamental neste processo.

Importa aqui mencionar a corrente designada de interaccionismo simbólico, que entende a sociedade como sendo o produto das interacções entre os indivíduos, os quais respondem e negoceiam (a)os símbolos. O interaccionismo simbólico assenta no processo de interacção simbólica, assumindo o significado como produto da interacção e o papel funcional dos símbolos no decurso desse mesmo processo. Podemos dizer que a interacção simbólica corresponde às trocas sociais mediatizadas por símbolos interpretativos (gestos, linguagem), que presidem à atribuição de significados à própria conduta e à conduta dos outros. Estamos perante um processo temporário, negociável e em permanente (re)construção, sendo que a acção tem lugar numa determinada situação e constituí-se pela interpretação da mesma situação. [31]

Relativamente à corrente interaccionista, S. Moore refere que são as pessoas que criam o seu próprio mundo, na medida em que são autónomas para fazerem as suas próprias opções, e alteram os seus comportamentos de acordo com a percepção que tem das situações. Neste sentido, não é a sociedade que determina o percurso individual.

Ainda na mesma linha de pensamento, importa salientar, que a construção identitária é tida como resultante do modo como os outros agem e respondem em relação ao indivíduo. Ou seja, é o indivíduo que constrói a sua própria identidade de acordo com a forma como os outros agem face a ele. Trata-se da interiorização e aceitação da percepção e de formas de agir que os outros tem em relação a nós próprios.

Também Bourdieu adverte que as relações comunicacionais, são trocas linguísticas e relações com um poder simbólico , onde se actualizam relações de força entre os indivíduos e os seus grupos. [32]

Max Weber considerava o "social" ou a "situação social" como aquela em que as pessoas orientam a sua acção umas para as outras. Por isso o processo de socialização não pode isolar o homem, mas antes considerá-lo na sua realidade de pessoa com toda a complexidade que isso implica.

A definição correcta e exacta do social é de uma situação social, na qual as pessoas orientam as suas acções umas para as outras, neste sentido a interacção social não é um

[31] GUERRA, Paula, A *Cidade na Encruzilhada do Urbano*, Porto, UP, 2002
[32] BOURDIEU, Pierre, *O que falar quer dizer*, Lisboa, Edições Difel, 1998, p.p.13-14

sector compartimentado do que os indivíduos fazem em conjunto. Segundo Weber a acção humana é entendida como a acção dos sujeitos conscientes, dotada de sentido (subjectivo, ou no caso particular da "acção social" intersubjectivo). Mesmo admitindo-se a importância dos contextos convencionais e objectivados da acção, de que fazem parte as instituições, costumes, normas colectivas, etc, estes intervém como meios na "produção" de comportamentos e no modo como, num plano simbólico, eles são apropriados e vividos pelos actores dirigindo e motivando subjectivamente a respectiva acção. É em relação à actividade racional, que Weber melhor justifica a restituição por compreensão de padrões de relações entre fins e meios, e entre motivação e acção (compreensão intelectual). Apreender o sentido de uma acção implica recorrer às hipóteses de natureza causal homólogas das que o princípio do determinismo científico privilegiou. A acção humana é, no entender de Weber, obra de sujeitos históricos e sociais conscientes, sendo elas dotadas de sentido e de subjectividade. Na sua óptica, "um átomo" ou "unidade" da sociedade não pode ser senão "o indivíduo isolado e a sua actividade" sendo este o portador significante. Há que atender aos motivos da acção do sujeito (causas subjectivamente avaliadas) e o significado que este lhe atribuí.

Importa aqui fazer uma breve referência à forma como a realidade é apreendida pelos sujeitos da acção humana. Reportando-nos à fenomenologia social de Schutz, no que respeita às modalidades da razão prática através das quais o mundo é aprendido e reconhecido pelos sujeitos sociais, tornando-se-lhes familiar e natural. Urge salientar que os sujeitos não só atribuem sentido como de algum modo "constituem", "constróem" e estruturam a sua realidade social. Nesta perspectiva, devemos atender à intersubjectividade da acção humana como forma de criação da ordem social. Schutz entende a interacção como uma acção que se desenrola em múltiplas sub-realidades (os mundos objectivos e subjectivos). O reconhecimento e identificação do mundo subjectivo e objectivo, encontra nas categorias da natureza linguística um veículo privilegiado, daí a fenomenologia ter incidido na análise das performances discursivas dos sujeitos situados, mas também a gestualidade, forma *sui generis* de expressão de sentido e de comunicação entre as pessoas. Para a fenomenologia, a complexa diversidade do sistema de perspectivas e relevâncias em jogo na interacção humana é uma das suas preocupações, mas assume mais facilmente a homogeneidade do sentido socialmente produzido e partilhado, tomando o acordo intersubjectivo entre actores como um dado não problematizável. Ao contrário de

Schutz[33], Weber conseguiu, de alguma forma, estabelecer fronteiras precisas entre os planos objectivo e subjectivo. Embora estes dois autores se afastem nalgumas ideias, ambos defendem uma sociologia compreensiva que não estigmatiza de forma absoluta relações causais, e admitem o sentido implícito da acção humana.

Para a fenomenologia, o mundo da vida é um mundo compartilhado com os outros. É a intersubjectividade que se concebe como algo dado, adquirido e não a estrutura social. Trata-se, afinal, de uma concepção do homem como construtor de um mundo cognitivo interpretativo, mundo também compartilhado por outros homens.

Outra corrente que importa aqui abordar, decorrente da fenomenologia, e que entendemos relevante para o estudo da acção humana, é a etnometodologia representada por Harold Garfinkel.[34] Esta corrente preocupa-se com o sentido e com a dimensão subjectiva do social e do real, e demarca-se dos princípios teórico-metodológicos da tradição positivista. A principal preocupação consiste em tornar visíveis os fundamentos da interacção social. Deve analisar-se a forma como os significados compartilhados são vistos como dados na ordem da sociedade humana. Os indivíduos quando interagem podem negociar cada situação social em termos das suas opiniões subjectivas até que cheguem a um entendimento, até que haja coincidência suficiente ao nível das interpretações subjectivas ao nível de um determinada situação. O que significa que, para esta corrente, a ordem social não só é precária como não existe independentemente das práticas interpretativas dos actores sociais. No fundo, não é a acção dos indivíduos como tal que interessa à etnometodologia, mas o processo em função do qual os indivíduos produzem, mantêm e constróem a realidade social. À etnometodologia interessa o não aparente, o que permanece invisível nas acções da vida quotidiana e que sustêm a realidade social. O sentido das actividades práticas diárias no contexto em que se produzem e desenvolvem é fundamental para a etnometodologia.

Parece-nos também importante, fazer aqui uma breve referência a Giddens e à sua teoria da estruturação. Este autor reforça a ideia patente em Bourdieu de que existe uma "consciência prática" que orienta os agentes nas interacções do seu quotidiano, o que contraria claramente a inércia das teorias mecanicistas. Essa "consciência prática" conduz os agentes através de mecanismos de negociação, a encontrar respostas para as diversas situações do quotidiano. Todos os agentes possuem em qualquer situação um poder que

[33] SCHUTZ, Alfred, *Fenomenologia e Relações Sociais*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.
[34] GARFINKEL, Harold, *Studies in Etnomethodology*, New Jersey, Prentice – Hall, Englewood Cliffs, 1967.

lhes permite reproduzir criativamente os sistemas sociais através do movimento da capacidade generalizada de resposta presente nas interacções ou encontros sociais localizados no tempo e no espaço.

A constituição de agentes e estruturas são dois conjuntos de fenómenos que representam uma dualidade. De acordo com a dualidade da estrutura de Giddens, as propriedades estruturais de sistemas sociais são em simultâneo, meio e fim das práticas que elas recursivamente organizam, uma vez que se entende a estrutura como um conjunto de regras e recursos recursivamente organizados. A estrutura não é "externa" aos agentes. A dualidade da estrutura é sempre a base principal das continuidades na reprodução social através do espaço e do tempo. O que pressupõe a monitorização reflexiva (e a integração) de agentes na duração da actividade social quotidiana, apesar da cognoscitividade ser limitada.[35]

Giddens, ao falar-nos em "propriedades estruturantes", que produzem e reproduzem os sistemas sociais, deixa clara a recusa de uma reificação das estruturas, sendo que estas existem apenas num plano virtual, ou seja, nas práticas rotinizadas e nos quadros mentais e cognitivos dos agentes que a todo o momento "vivem" e actualizam. Ora, nesta perspectiva é superada a dicotomia estrutura/sujeito dando lugar à dualidade em que os sujeitos utilizam as regras e os recursos da estrutura para reproduzir e transformar os sistemas sociais.

É no seguimento da teoria da estruturação que nos é permitido considerar os jovens como agentes sociais que gozam de competências embora sujeitos a constrangimentos, como qualquer outro agente, usufruindo assim a possibilidade de afirmação social e tem poder para produzir/reproduzir essas competências e constrangimentos em conformidade com as propriedades dos espaços e dos tempos onde se movimentam e com os respectivos cenários de interacção.

2. Identidade e (re)construção identitária

Ao conceito de socialização encontra-se associado o conceito de identidade e todo o processo de produção e de construção identitária.

[35] GIDDENS, Anthony, *The Constitution of society: outline of the theory of Struturation,*, Cambridge, Polity Press, 1985.

Para a construção identitária do indivíduo contribuem vários agentes de socialização com quem se relaciona no seu quotidiano, desde a família, a escola, os amigos, os mass media, as associações e outras entidades com quem o indivíduo interage quer seja em momentos de lazer, quer seja em situação de emprego, etc. Todos esses agentes moldam a identidade do indivíduo à medida que se intensificam as relações por ele estabelecidas, uns de uma forma mais formal, outros de uma forma mais informal consoante a natureza institucional dos agentes envolvidos.

No decurso da vida social, as pessoas, ao relacionarem-se umas com as outras, vão desenvolvendo sentimentos de pertença a determinados grupos ou sectores sociais, de algum modo demarcados de outros grupos ou a eles contrapostos. Por exemplo, algumas das articulações mais interessantes entre cultura e relações sociais prendem-se com a formação de identidades socioculturais.

Podemos dizer, que a formação de identidades, é um processo relacional e cultural. Relacional, porque é resultado e componente do relacionamento entre as pessoas, e porque a definição de cada um de "nós", só se faz por relação de demarcação face a "outros", de quem nos distinguimos ou a quem nos opomos. E é também um processo cultural porque envolve imagens e categorizações do universo social, sentimentos e valorizações a respeito dos seus componentes, formas de expressão e códigos comunicacionais, símbolos de identificação e práticas carregadas de simbolismos identitários, sejam estas práticas interacções quotidianas, rituais comunitários mobilizações colectivas ou outras.

Na formação de identidades socioculturais, certos atributos partilhados são postos em evidência e tomados como critérios relevantes para a definição de pertenças comuns. Tais características ou propriedades não são em si próprias, elementos inerentemente constitutivos das identidades colectivamente partilhadas. Aquilo que é critério de distinção identitária importante numa dada sociedade ou situação social, pode não ter qualquer significado e relevância noutro local ou noutra época, para a maneira como as pessoas se sentem pertencer a grupos diferenciados. Tudo depende da relevância identitária que é dada a esta ou àquela característica, no decurso dos processos sociais de interacção.

Madureira Pinto considera que a utilização do conceito de identidade conduziu em demasia a uma precipitada psicologização dos processos e dos protagonistas sociais, e por isso acabou por emergir uma concepção essencialista de identidade, e os essencialismos encontram-se no sentido oposto do que constitui a especificidade da abordagem

sociológica do real. [36] Este autor entende que a adopção do conceito de identidade pela sociologia não deve assumir e reforçar a vocação eminentemente relacional, e portanto não essencialista que já tem na área da psicologia.

Antes de mais, parece importante esclarecer que a produção de identidades sociais implica o entroncamento de dois processos: um é o processo pelo qual os actores sociais se integram em conjuntos mais vastos, de pertença ou de referência, com eles se fundindo de modo tendencial (processo de identificação); e o outro é o processo pelo qual os agentes tendem a autonomizar-se e diferenciar-se socialmente, fixando em relação aos outros, distâncias e fronteiras mais ou menos rígidas (processo de identização).

É importante perceber que as identidades sociais se constróem pelo processo de integração e pelo processo de diferenciação, ou seja, por inclusão e por exclusão, e por práticas de distinção classistas e estatutárias. Este processo é feito de complementaridade, contradições e lutas, o que conduz inevitavelmente a identidades impuras, sincréticas e ambivalentes. Isto porque a construção de identidades alimenta-se sempre de alteridades (reais ou de referência).

A afirmação actual entre os economistas das novas exigências da acumulação capitalista tem como consequência o alargamento da sua base territorial, com a internacionalização da própria produção. A par da tendência para a reestruturação do espaço das actividades económicas, no sentido da criação de unidades transnacionais, tem-se vindo a verificar interessantes dinâmicas de cariz regional e local, passando pela emergência ou ressurgimento de identidades territoriais sub-nacionais.

Há que considerar, segundo Madureira Pinto, que, em primeiro lugar, a intensidade dos movimentos de afirmação identitária com base local ou regional não é maior que noutros tempos passados. Em segundo lugar, o acréscimo da mobilidade espacial e a internacionalização da indústria cultural, levam a que a afirmação das identidades locais se traduza cada vez mais na projecção das identidades alheias (ou melhor, das manifestações precariamente legitimadas das identidades alheias), levando ao esbatimento de fronteiras entre o local, regional e internacional.

36

PINTO, José Madureira, *"Considerações Sobre a Produção Social de Identidade"*, *in Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 32, 1991.

Numa perspectiva diacrónica, a construção de identidades alimenta-se de trajectos sociais incorporados nos agentes, da posição ocupada por estes na estrutura social, uma vez que esta última determina e configura os contextos de sociabilidade e de socialização duráveis.

A construção destas identidades integra também o efeito de estruturas, sistemas de legitimação e práticas de poder que subtilmente as adaptam tendencialmente ao sentido da dominação social global.

Num plano mais concreto, podemos dizer que os valores, as atitudes, e os comportamentos, os saberes que fazem parte das culturas e dos estilos de vida que lhe correspondem, são determinadas pelo sistema de oportunidades, ou seja pelas desigualdades que persistem nos campos do trabalho, do habitat, da escola, das relações sociais, etc, contribuindo desta forma, para a construção identitária.

Na análise dos percursos juvenis e dos obstáculos que lhes sucedem, importa considerar vários aspectos, como por exemplo o acesso à educação formal (consequência das relações conflituais e contraditórias, entre o sistema de ensino e os sistemas familiar e económico), tendo como base referência teórica as dinâmicas de funcionamento que actualizam e perpetuam as desigualdades e as hierarquias sociais.[37]

Por outro lado, Madureira Pinto entende que é legitimo considerar que a incapacidade estrutural para absorver plenamente o efeito socializador global da escola traduz-se numa autêntica contradição civilizacional. Na produção social de identidades, há que considerar em primeiro lugar, que o paradigma estruturo-funcionalista de análise sociológica, embora mostrasse interesse na "reciprocidade de perspectivas" implicadas na interpretação, e devesse por essa via contemplar a recepção de sentidos, ao fazê-lo acaba por remetê-la para a penumbra epistemológica do indecifrável.[38]

Quanto à perspectiva marxista esta prende-se demasiado à concepção instrumental/ funcionalista das ideologias, não dando importância aos fenómenos de resistência e de contra-dominação simbólica das culturas dominadas. Daí a recepção de sentido ter-se tornado uma variante neutra da submissão.

---

[37] BOURDIEU, P., PASSERON, J.C., *La Reproduction, Élementes pour une théorie du systéme de L'enseignement,* Paris, Ed. Minuit, 1970. Bourdieu, P. Passeron, J.C., *Les héritiers.* Les étudiants et la culture, Paris, Editions de Minuit, 1064.

[38] PINTO, José Madureira, "Considerações Sobre a Produção Social de Identidade", *in Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 32, 1991.

Uma das formas de contrariar esta tendência é a caracterização do processo de recepção social de sentido como prática cultural (no sentido de sublinhar a especificidade semiótica da recriação/ reinterpretação de símbolos) e política (como forma de acentuar a ideia de que a recepção de sentido tem efeitos ao nível da organização global).

A problemática weberiana da dominação e da legitimação já apontava para a ideia de que não é obrigatório dizer-se que a ordem social, tal como a sua contestação, dependem quer da organização global quer da produção de sentido. Desta forma, a recepção é vista como facto social e político ou mesmo como acto performativo.

O interaccionismo simbólico vem mais tarde acrescentar, a um diferente nível, que a "reciprocidade de perspectivas" da interacção é plenamente assumida, através da consideração minuciosa de esquemas simbólicos-cognitivos de mediação e de autênticas estratégias de negociação de consensos.

A construção de identidades passa, sobretudo, pela esfera oculta da semiose social e por isso, várias vezes surgem teses equivocadas. Por exemplo quando se anuncia o final da identidade cultural de um grupo, para logo depois se falar no seu notável ressurgimento, tendo – se omitido a permanência de formas de afirmação e reprodução de identidades que, não foram expressas publicamente.

Contrariando a tese catastrofista da inevitável anulação de culturas populares perante o império da cultura de massas, diz-se que as classes subalternas dispõem nesta área da luta de classes de uma importante e subtil arma – a arma da reinterpretação e do não-reconhecimento selectivo de sentido. Nesta perspectiva, aspectos relacionados quer com a configuração dos rituais festivos, quer com os conflitos entre o representante de grupo celebrante e dos aparelhos religiosos, quer até com as próprias funções sociais de integração habitualmente imputadas à festa, passam a ser vistos de outra forma mais esclarecedora.

No que respeita ao processo de construção de identidades, importa notar que existem sectores sociais, em particular no âmbito das classes populares, que por força de trajectos sociais de declínio específicos, incorporaram operadores prático-simbólicos de auto-avaliação incompatíveis com autênticas estratégias de reinterpretação. Grupos populares, excluídos dos processos mais dinâmicos e mobilizadores de recursos intelectuais, acabam por interiorizar inibições e sentimentos de vergonha cultural que se vão sobrepor às capacidades potenciais de criação e recriação de símbolos.

Neste sentido e tal como refere Madureira Pinto, não é legítimo falar-se em identidades nulas, quando muito e em termos sociológicos poder-se-á falar em produção social de identidades negativas. Trata-se mais de uma questão de dissidência do que uma questão de resistência. Devemos colocar-nos de sobreaviso quanto às virtualidades de reinterpretação como arma de contra-dominação. Aliás, só quando a reinterpretação obtém expressão institucional é que actua efectivamente como verdadeiro instrumento de contra-dominação.

A complexidade do jogo de identidades que caracteriza, as sociedades contemporâneas engendra, necessariamente, importantes potenciais de expressividade e criatividade. Não admira que todas as experiências de animação cultural que se apoiam na utilização de espaços públicos e num mínimo de efectiva participação das populações obtenham sucessos inusitados.

Tratando-se portanto de um, conceito "eminentemente relacional", na medida em que resulta do relacionamento dos indivíduos em sociedade e de toda a multiplicidade de referências identitárias com que os mesmos se deparam e através dos quais se geram processos de " identificação/integração" ou de " identização/diferenciação" relativamente aos grupos sociais aos quais pertencem ou de distinguem.

Ora, se estas questões são transversais em todos os meios sociais, parecem muito mais importantes em situações de fortes contrastes sociais, como é o caso dos bairros sociais, normalmente caracterizados por uma grande diversidade social, cultural e étnica.

Qualquer abordagem dos processos identitários exige uma análise quer de todos os factores sociais e culturais que envolvem os indivíduos, quer do próprio modo como os mesmos se relacionam com a multiplicidade de referências identitárias com que se deparam, num determinado momento e num determinado contexto específico, na medida em que estas referências variam conforme as diferentes situações de relacionamento social.

Como já foi referido, a definição de identidades reveste-se de uma extrema complexidade, que passa pela importância atribuída a cada elemento para a definição de uma determinada identidade, ou seja, trata-se de fazer uma avaliação dos contributos das diferentes referências identitárias para a compreensão de uma determinada identidade sincrética.

Tal avaliação só será passível de alguma objectivação, por exemplo no caso de um bairro social, por referência à análise da sua população, do ponto de vista das suas

caracterizações sociais e culturais, dos seus trajectos de vida – profissionais e residenciais – das suas formas de sociabilidade e do modo como apreendem e vivem o seu espaço de residência.

Neste tipo de análise há que requacionar as questões da heterogeneidade que caracteriza os meios populares – como o caso de um bairro – e o conjunto de características próprias e os processos de "oposição" das culturas populares relativamente às culturas de "elite" e de massa, e, finalmente a práticas, os valores e as representações que as caracterizam e que realmente lhes conferem alguma unidade e uma identidade cultural própria.

A análise das identidades culturais tem que ter necessariamente em consideração os contextos espaciais e relacionais em que se enquadram, dado que estes não podem ser entendidos como "meros suportes das relações" [39] mas antes como produtores de efeitos vários que contribuem para os processos de construção e de reconstrução dessas identidades.

2.1. Identidades juvenis

Segundo José Machado Pais, a vida quotidiana constitui um espaço privilegiado de afirmação social dos jovens, ainda que de alguma forma estes manifestem um certo grau de conformismo existencial. Eles desenvolvem um exemplo particular de afirmação social no campo da criação colectiva, quer ao nível do quotidiano, quer ao nível dos seus grupos de amigos. O autor refere que «no quotidiano os jovens vivem a aventura do "nada" e do "insignificante". Contudo, nessa aventura gozam do prazer da convivialidade .

As práticas juvenis podem ser consideradas, como refere Teixeira Lopes, como práticas autónomas e com potencial de afirmação, mas tal como se depreende da linha de pensamento de Giddens, essa capacidade é extensível, embora em graus diferenciados à própria condição de agente social. Trata-se de formas de afirmação social e não de afirmação geracional.

Acerca do processo de construção de identidades juvenis há que referir que este constrói-se consoante os cenários de interacção e, dentro destes, conforme as suas regiões, uma vez que os agentes juvenis actuam de forma distintiva e constituem de maneira plural

[39] GONÇALVES, Helena Seita, "Processos de (re)construção de identidades culturais num bairro de habitação socia", *in Problemas e Práticas* nº 16, 1994, p.p. 135-149.

a sua identidade porque plurais também são as suas disposições e os seus operadores simbólicos, sendo utilizados no processo e de forma diferenciada as regras e os recursos das estruturas. [40]

3. Riscos e comportamentos desviantes, delinquência e a resistência ao estigma

Riscos, comportamentos desviantes, delinquência e marginalidade são hoje em dia termos bastante usuais no nosso vocabulário, ou não tivessem eles vindo a adquirir expressão nos últimos anos. São termos que surgem associados na problemática da exclusão e tidos muitas vezes com o mesmo significado. Há no entanto algumas diferenças a ter em consideração, apesar da gravidade que tem em comum na nossa sociedade.

José Machado Pais diz que os riscos ameaçam, mas não são estes que tornam a vida insegura, é a própria insegurança. "O conceito de *risco* recobre a consciência da possibilidade de ocorrência de determinadas ameaças, teoricamente antecipáveis através de alguma forma de cálculo ou previsão." [41] Este autor exemplifica uma situação de risco, como sendo por exemplo um jovem em situação trabalho precário e em situação de marginalidade não se encontra em condições de calcular riscos de vida, uma vez que toda a sua vida é um risco. Podemos considerar que o risco se tornou em mitologia, na medida em que a sua incalculabilidade o torna indeterminado, embora indeterminavelmente presente como ameaça para o futuro. O destino deixa de ser o fado da vida, e passa a ser uma construção do quotidiano do indivíduo, onde constam oportunidades de vida, reivindicações, utopias, etc.

Segundo Machado Pais, os jovens vivem em estruturas sociais labirínticas, o que faz com que os jovens contemporâneos se envolvam em trajectórias " yô- yô". Perante essas estruturas sociais, fluidas e modeladas em função dos indivíduos e dos seus desejos, os jovens vivem insconstâncias, flutuações, descontinuidades, reversibilidades, movimentos de autêntico vaivém, de rupturas e de retomas, quer em relação à vida familiar, quer em relação às relações amorosas, quer em relação à escola e ao mercado de

[40] LOPES, Teixeira, *Tristes Escolas – Práticas Culturais no Espaço Escolar*, Porto, Edições Afrontamento, 1996.

[41] MACHADO, Pais, *Ganchos, Tachos e Biscates- Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Ambar, 2001, p.p.66

emprego. É nas vivências de experimentação que se desenvolvem muitas sociabilidades juvenis, por natureza criativas, mas geradoras de intolerância, agressão, delinquência, etc.

A chamada geração "yô-yô", uma vez que dominada pelo aleatório, assenta numa "ética de experimentação" que permite aos jovens que a integram uma deambulação nos vários níveis das suas vidas (estudantis, profissionais e conjugais). O jovens envolvem-se em trajectórias de transição para a chamada vida adulta, optando muitas vezes pela fuga das verdadeiras realidades e o refúgio em "realidades de síntese" como o envolvimento em "alucinações virtuais", em "drogas virtuais" e na "ociosidade virtual", actos cada vez mais frequentes numa sociedade marcada pelo desemprego juvenil estrutural.

Este cenário de fuga às realidades é propício aos caminhos da marginalidade e da delinquência, caminhos com cada vez mais afluência de jovens na nossa sociedade. Os comportamentos desviantes e a delinquência apresenta-se como a inconformidade e ausência de consenso prescrito, as "subculturas desviantes" são desviantes porque fogem ao modelo prescrito de sociedade "à cultura dominante".

Delinquência é um fenómeno social cuja definição implica perceber o modo como a sociedade se encontra organizada. Englobando diversos subsistemas sociais interligados entre si, a sociedade em que vivemos é regida por um conjunto de regras e normas, criadas pelos vários grupos sociais, que definem situações sociais e os tipos de comportamento que melhor condizem com elas, determinando umas acções como "certas" e outras como "erradas" .

Poderemos entender delinquência juvenil como a desobediência dos jovens relativamente às regras sociais tidas como "certas". Desta forma, a sociedade é a própria produtora da delinquência, uma vez que é no seio da própria que se definem as regras, se aplicam as sanções e se atribuem rótulos.

Autores da Escola de Chicago, da corrente do interaccionismo simbólico, Park, Becker, Goffman e Merton, estudiosos da temática da delinquência, conseguiram romper com a representação corrente do criminoso como figura típica do excluído, incluindo nesta categoria os desviantes e consumidores de droga.[42] Estes autores, estenderam a análise da exclusão a outros fenómenos que lhe estão associados. É o caso da marginalização que impõe o direito de excluir das comunidades tradicionais e de formar grupos mais ou menos informais em ruptura com a consciência colectiva. Embora estes grupos não tenham

[42] BECKER, Howard S. , *Uma Teoria da Acção Social Colectiva*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977, pp.53-85

escapado totalmente à consciência colectiva, aderiram aos valores de exclusão e passam a viver à margem das regras da sociedade. Trata-se de um estado de anomia em relação à sociedade, marcado mais pelos laços da solidariedade mecânica do que pelos laços da solidariedade orgânica. As representações colectivas não estão ausentes nestes grupos, mas mantém-se em estado embrionário e nenhuma norma transcende os agrupamentos podendo eles deformarem-se sem pré- aviso.

Se atendermos à perda conceptual de todas as referências de exclusão, então estamos perante um termo que exprime uma confusão entre o que é normalidade e o que é desvio, neste sentido pode-se entender o "roubo como um empréstimo". Nesta perspectiva não temos uma cultura mas várias sub-culturas. [43]

O indivíduo considera-se excluído e passa da coabitação para um estado de desvio.

A pós-modernidade contribuiu fortemente para a atomização da sociedade, tornando-a num conjunto de individualidades, que de vez em quando, decidem romper com a solidão, agregando-se por falta de coesão produzida por crenças e valores estáveis e comuns.

O estudo do desvio mostra-nos como a sociedade representa os seus excluídos, nomeadamente se procura ignorá-los ou conhecê-los, isto dá-nos um conhecimento sobre as formas de conhecimento ocidental.[44]

É necessário à compreensão do conhecimento ocidental que passemos a um outro nível lógico, olhando para a ordem e progresso próprios da modernidade, não rejeitando as desordens e os flagelos sociais que daí decorrem.

Importa ter em consideração o estigma e a identidade social que é construída ao longo da vida.

O termo *estigma* surge com os gregos, e é utilizado para fazer referência a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o *status* moral de quem os apresentava. Os referidos sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e identificavam o portador como um escravo, um criminoso ou traidor. Era uma pessoa marcada, ritualmente poluída e que deveria ser evitada sobretudo em espaços públicos. Com o Cristianismo, o termo *estigma* passa a ser mais evidenciado pelas desgraças que causam preocupações do que propriamente pelos sinais corporais.

[43] Ver MARTINE XIBERRAS, *O. c.*, pp. 10, 11.
[44]MARTINE XIBERRAS, O.c. 1996, p.37.

A sociedade é a responsável pelo estabelecimento de categorizações das pessoas e o total dos atributos considerados como comuns e naturais para os membros dessas categorias. Num primeiro contacto, são os aspectos exteriores que nos permitem prever a categoria a que o indivíduo pertence e os seus respectivos atributos, a sua "identidade social" – ou seja, mais do que um status social, trata-se de atributos como "honestidade" e atributos estruturais como a ocupação. Estas preconcepções são automaticamente transformadas em expectativas normativas, que passam no indivíduo como uma exigência (o que poderemos entender como identidade social virtual). A categoria e os atributos que efectivamente o indivíduo possui, são a sua identidade social real.

O estigma refere-se a um atributo profundamente depreciativo, neste sentido o autor considera necessário uma linguagem de relações e não de atributos, uma vez que um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrém, e por isso ele não é em si mesmo nem honroso nem desonroso. É então entendido como um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, propondo Goffman a modificação desse conceito, na medida em que existem na nossa sociedade importantes atributos que levam ao descrédito.

Os sinónimos de estigma ocultam uma dupla perspectiva, ora porque assume o estigmatizado com uma característica distintiva já conhecida ou evidente, ora porque tal característica não é conhecida pelos presentes nem imediatamente perceptível por eles. Digamos que, estamos perante uma situação de desacreditado e outra situação de desacreditável. Goffman diferencia três tipos de estigma não separando necessariamente as duas situações. Um primeiro tipo refere-se às várias deformidades físicas do corpo, o segundo tipo está associado às culpas de carácter individual como o distúrbio mental, a prisão, o vício, o alcoolismo, o homossexualismo, o desemprego, etc, e, por fim, restam os estigmas tribais de raça, nação, religião, que podem ser transmitidos de geração em geração numa dada família.

Por isso, um indivíduo que poderia ter sido recebido facilmente na relação social quotidiana possui um traço que pode impor-se à atenção e afastar aqueles que ele encontra eliminando as possibilidades de atenção para outros atributos seus.

Desta forma Goffman diferencia os *estigmatizados* dos *normais* (aqueles que não se afastam negativamente das expectativas particulares). O autor refere que a atitude que "nós, normais", temos para com um estigmatizado e os actos que empreendemos em relação a ele são bem conhecidas como respostas que a acção social benevolente tenta suavizar e melhorar. Mas como se acredita que alguém estigmatizado não é completamente

humano, então optamos por fazer vários tipos de discriminações, delimitando e reduzindo as oportunidades de vida para aquele. Constrói-se uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conhecimento do perigo que representa, racionalizando por vezes uma animosidade baseada noutras diferenças, como a classe social.

A característica central da situação de vida do estigmatizado é a "aceitação", ou seja, aqueles que se relacionam com ele não conseguem dar-lhe o respeito e a consideração que os aspectos não contaminados da sua identidade social os levam a prever e o que ele havia previsto.

Mas o estigmatizado, pessoa com um atributo diferencial vergonhoso pode tentar romper com aquilo que é chamado de realidade e procurar empregar uma interpretação não convencional carácter da sua identidade social. Pode também utilizar o seu estigma para "ganhos secundários", como desculpa pelo fracasso a que chegou ou entender as privações porque passou como uma benção secreta no sentido de que o sofrimento é uma forma de ensinamento da vida.

A falta de feedback saudável do intercâmbio com os outros, leva o estigmatizado a auto-isolar-se, tornando-se desconfiado, deprimido, hostil, ansioso e confuso. Esta confusão e incerteza é ocasionada não só porque o indivíduo não sabe em qual das várias categorias ele será colocado mas também , quando a colocação é favorável pelo facto de que, intimamente, os outros possam defini-lo em termos do seu estigma, ou seja aquilo que os outros pensam dele.

A visibilidade do estigma é um factor crucial, porque o que pode ser dito sobre a identidade social de um indivíduo em sua rotina diária e por todas as pessoas com as quais interage revela-se de grande importância para ele. Deve-se ter em conta que a visibilidade de um estigma deve ser diferenciada da possibilidade de ser conhecido, pois quando um estigma é muito visível, o estigmatizado ao entrar em contacto com os outros levará o seu estigma a ser conhecido, mas este conhecimento implicará o conhecimento do sujeito estigmatizado. Outro aspecto a saber é até que ponto a percepção de um estigma interfere no fluxo da interacção.

O conceito de identidade pessoal refere-se às marcas positivas ou apoio de identidade e à combinação única de itens da história de vida que são incorporados ao indivíduo com o auxílio desses apoios para a sua identidade . Há que salientar ainda o entrelaçamento entre identificação pessoal e a sua identidade social, o facto de se ser capaz

de identificar pessoalmente um indivíduo dá-nos um recurso de memória para organizar e consolidar a informação referente à sua identidade social (processo que pode alterar subtilmente o significado das características sociais que lhe imputamos). A identidade pessoal, assim como a identidade social, estabelece uma separação, para o indivíduo, no mundo individual das outras pessoas.

Os símbolos de estigma caracterizam-se por estarem continuamente expostos à percepção, mas também alguns meios menos rígidos de revelação também usados. Por outro lado, a aprendizagem do encobrimento constitui uma fase da socialização da pessoa estigmatizada e um ponto crítico na sua carreira moral.

As identidades social e pessoal, são parte dos interesses e definições de outras pessoas em relação ao indivíduo cuja identidade está em questão. No caso da identidade pessoal, esses interesses e definições podem surgir antes mesmo do indivíduo nascer. O conceito de identidade social permite considerar a estigmatização enquanto o de identidade pessoal permite considerar o papel do controle de informação na manipulação do estigma.

A manipulação do estigma é uma característica geral da sociedade, um processo que ocorre sempre que há normas de identidade. Essas características estão implícitas quer esteja em questão uma diferença importante do tipo tradicionalmente definido como estigmático, quer uma diferença insignificante, da qual a pessoa envergonhada tem vergonha de se envergonhar, por isso pode-se deduzir que o papel dos normais e o papel dos estigmatizados são parte do mesmo complexo, recortes do mesmo tecido-padrão.

O estigmatizado e o normal são parte um do outro, na medida em que se alguém se pode mostrar vulnerável, outros também o podem, porque ao imputar identidades aos indivíduos, desacreditáveis ou não, o conjunto social mais amplo e seus habitantes, de uma certa forma, comprometeram-se mostrando-se como tolos. O encobrimento às vezes é realizado porque é considerado divertido, e os erros de identificação provocam o riso e o regozijo daquele que encobre e o dos seus companheiros. (Trata-se de uma forma de enganar os normais fazendo-os passar por tolos).

O estigma envolve, então, não só um conjunto de indivíduos concretos que podem ser divididos em normais e em estigmatizados, mas é também um processo social de dois papéis no qual cada indivíduo participa de ambos, pelo menos em algumas conexões e em algumas fases da vida. Por isso o normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contactos mistos, em virtude

das normas não cumpridas que provavelmente actuam sobre o encontro. Os atributos estigmatizadores específicos não determinam a natureza dos dois papéis, o normal e o estigmatizado, mas sim a frequência com que ele desempenha cada um dos papéis. Segundo Goffman as discrepâncias entre as identidades virtual e real sempre ocorrerão e sempre criarão a necessidade de manipulação de tensão (em relação ao desacreditado) e controle de informação (em relação ao desacreditável) . E quando os estigmas são muito visíveis ou intrusivos (ou são transmissíveis ao longo das descendências familiares), as instabilidades resultantes na interacção podem ter um efeito muito profundo sobre os que recebem o papel de estigmatizado. É de salientar que os processos de estigmatização têm uma função social, que é a de recrutar apoio para a sociedade entre aqueles que não são apoiados por ela, e presumivelmente, nesse nível , são resistentes à mudança, deve-se ver que parecem estar implícitas aí adicionais funções adicionais que variam muito consoante o tipo de estigma.

A um conjunto de indivíduos que compartilham alguns valores e aderem a um conjunto de normas sociais referentes à conduta e a atributos pessoais, pode-se chamar segundo Goffman, "destoante" a qualquer membro que não adere às normas e denominar de desvio a sua "peculiaridade".

Aqueles que se agrupam numa subcomunidade ou meio podem ser denominados de desviantes sociais e a sua vida corporada pode ser chamada de comunidade desviante. Incluídos no grupo de desviantes sociais estão as prostitutas, os viciados em drogas, os parasitas, os vagabundos, os jogadores, os homossexuais, etc, pessoas consideradas engajadas numa espécie de negação colectiva da ordem social. São categorias vistas como incapazes de usar as oportunidades disponíveis para o progresso nas várias trajectórias aprovadas pela sociedade. Os desviantes sentem-se melhores que os normais, e consideram que a vida que levam é melhor do que a das outras pessoas. Os desviantes intragrupais, os desviantes sociais, os membros de minorias e as pessoas de classe baixa, provavelmente serão os estigmatizados, inseguros sobre a recepção que os espera na interacção face a face e profundamente envolvidos nas várias respostas a essa situação.

4. O Papel institucional da Família e novos modelos familiares

Tem-se constatado, ao longo das últimas décadas, que a família como instituição responsável pela socialização do indivíduo, tem vindo a perder o papel central que tinha

outrora, sendo exemplo disso as actuais sociedades pluralistas onde coexistem diferentes tipos de famílias.

Apesar da delegação de algumas responsabilidades da família, resultante do processo acelerado de mudança social que conduziu a alguns conflitos de gerações, ela é ainda entendida como a "unidade fundamental da sociedade". Tal como está consagrada em declarações e constituições políticas, a família tem de facto estado no centro de discursos e de realizações. O discurso sobre a família prevalece sobre as realizações concretas, e a par dessas, tendem também a prevalecer modelos diferentes de convivência familiar, em correspondência com outras experiências de vida.

O modelo familiar no Antigo Regime era o da família alargada em que o casamento não era tido como um laço afectivo, apresentando-se antes como um negócio. Era um casamento por conveniência no sentido materialista e económico. As crianças começavam a trabalhar muito cedo e quando um filho falecia o sentimento dos pais era de indiferença. No período pós Revolução Industrial, a família começa a tomar contornos de família nuclear, que inclui pais e filhos, não havendo renovação de gerações. Este é, ainda, um modelo que predomina nos dias de hoje. As famílias são cada vez mais marcadas pela industrialização e pela urbanização, o que implica terem um certo ritmo de vida, e as crianças começam a ser vistas como um custo de vida e/ ou benefícios.

Para entender-se a mudança na estrutura familiar torna-se necessário perceber as alterações produzidas na sociedade global. O mundo contemporâneo tem sido cenário de rápidas e profundas transformações que atingem as vários áreas da vida social.

Ora, as dinâmicas familiares, são função de transformações mais amplas que ocorrem na sociedade global. Tendo o tempo do social conduzido à era da liberdade, esta liberdade levou à alteração da semântica do amor e do casamento, o matrimónio deixou de ser a procriação, a relação entre esposos, nas suas diferentes modalidades, adquiriu a principal relevância. Mas o estudo sobre a família obriga-nos a considerar uma maior diversidade de fenómenos que lhe estão adjacentes. Será de salientar fenómenos como , a autonomização da sexualidade da família, a entrada da mulher no mercado de trabalho, os vários avanços das novas tecnologias, a divisão do trabalho, etc. Actualmente levanta-se a questão da crise de legitimações morais, na medida em que a diversidade de códigos morais levou a família a deixar de se reger por orientações éticas, facto que acompanha a mudança dos padrões de conduta e das representações, quer no que se refere à conjugalidade quer no que se refere à vida familiar.

Surge, então, uma "família incerta", onde se compatibilizam fenómenos divergentes e mesmo opostos. A crise da família *versus* afirmação do valor da família, coexiste na sociedade actual, com a acentuação do valor da família. Por um lado, a família tradicional – extensa e nuclear – é para muitos a principal experiência de convivência social. Estes modelos continuam dominantes no mundo ocidental, e nomeadamente em Portugal. A afirmação do valor da família aparecerá como forma de associação fortemente desejada para se fazer face ao estado de massificação que invade a sociedade global.

A família apresenta-se, ainda, em algumas situações, configurada sob a forma de uma rede mais ou menos informal de relações e de proximidades pessoais e sociais. A convivialidade familiar é então mais aberta e flexível. Nada tem a ver com a família normalizada tradicional, extensa ou nuclear. Incluem-se aqui várias modalidades atípicas de vida familiar (referência a parentescos relativamente difusos).

Actualmente a família é considerada pelos jovens de uma forma positiva, como um agrupamento onde as pessoas se sentem bem e em segurança, digamos que se tornou num espaço emocional, percorrido por dinamismos contrastantes, onde se desenham estratégias centradas na realização pessoal.

As actuais dinâmicas familiares traduzem, antes de mais, um processo de adaptação ou de reajustamento às novas condições de vida, com a extensão do seu próprio conceito. As realidades existentes e a mentalidade das pessoas ainda continuam muito apegadas às situações sócio-históricas do passado. São conhecidos como efeitos perversos do referido processo de adaptação, a baixa da taxa da nupcialidade, a banalização do divórcio, a baixa da duração média do casamento, o crescimento dos grupos domésticos monoparentais e a generalização de situações de solidão, a coabitação juvenil e as uniões de facto, a baixa da natalidade, o aumento de nascimentos fora dos casamentos, a raridade do segundo casamento, etc.

A par da família extensa surgem vários modelos familiares,: a família nuclear (sob a forma de aliança, fusão ou associação), a coabitação juvenil, a família associação de facto e a relação livre sem associação. Perante a instabilidade das condições de vida, regista-se uma valorização do presente e detrimento do futuro, dá-se prioridade ao imediato, à satisfação de determinados prazeres, os compromissos definitivos deixam de fazer sentido e instala-se a instabilidade na estrutura da família.

Parece que o grande desafio é o processo de adaptação da família às novas condições de vida moderna e o superar da tão chamada crise familiar.

Saiba-se que a mudança não se realiza apenas nas estruturas, esta mudança exige-se também nas mentalidades e nas atitudes. A crise da família surge da ideia e do discurso daqueles que já não acreditam no casamento, em sintonia com os dias de hoje.

Na família estão centrados a aprendizagem da linguagem, expressão, atitudes corporais e valores (intelectuais, espiritual ou ideológicas), todos estes códigos de comunicação são condicionados pelo meio e pelo estrato social que rodeia a família. Ela funciona como instrumento privilegiado de transmissão de costumes, modos de vida e de hierarquia de valores, que sofrem naturalmente alterações constantes impacto dos efeitos dos impactos da evolução da sociedade industrial.

A família pode mudar de uma classe social para outra, uma vez que sofre influência de modelos de comportamentos e valores vindos de outros meios sociais, grupos sociais, etc, nomeadamente através dos mass media.

A escolarização e o contacto com outros valores e origens sociais, leva para a família elementos de aculturações e outros meios. A própria profissão dos pais permitem também levar para a família elementos culturais novos do seu meio de trabalho.

A família transforma-se e essa evolução resulta da mistura de todos estes contributos novos, trata-se de interacções vindas do exterior da sociedade e trabalhadas no interior da família pelos seus elementos.

Como já foi referido, antigamente a socialização moldava a criança ou jovem e conduzia a um processo de diferenciação social, o conceito de socialização moderno prevê o desenvolvimento de aptidões na imaginação, na criatividade do indivíduo, de que o grupo inteiro pode beneficiar. A família como fenómeno social na forma de instituição social, é relativamente complexo, visto que no ambiente familiar existem símbolos num universo de intimidade afectiva cujos significados são difíceis de decifrar.

A família sendo o fundamento básico universal das sociedades, ainda ocupa um lugar central e dominante nas sociedades ocidentais, e constitui a base da estrutura social onde originam as relações primárias de parentesco.

Podemos dizer que a família é a instituição que mais se tem alterado, mas que apesar de tudo consegue sobreviver aos diferentes impactos sociais. Em todas as sociedades humanas encontramos uma forma qualquer de família. Por isso podemos dizer que a família tem como função acompanhar as transformações da própria sociedade em que se insere.

A sua principal função e que de resto assegura a sua institucionalidade, é a transmissão de valores, os ideais, a visão do mundo, contribuindo para a integração de novas gerações na sociedade e nos seus grupos de pertença.

É de salientar que, em muitos grupos sociais, a família já não é o agente central da socialização como o foi antigamente. Ela foi aos poucos substituída pelas instituições especializadas de carácter educativo e pelos meios de comunicação social. É evidente , que estes oferecem modelos de vida e de sociedade que podem estar em desacordo com os padrões de vida oferecidos pela família. Face à socialização familiar, existem modelos alternativos diferentes daqueles em que foram criados: trata-se das sociedades pluralistas onde coexistem diferentes tipos de famílias.

Existem duas correntes opostas relativas à família: uma prevê o fim da família, outra preconiza a reformulação da mesma. A primeira perspectiva fundamenta-se no facto dos filhos deixarem a casa (e a família nuclear) cada vez mais tarde, casam cada vez menos e cada vez mais tarde e o mesmo se passa relativamente ao nascimento dos filhos (variando de classe social para classe social). Quanto à reformulação da família, esta tem a ver com a reformulação de atitudes perante a mesma e a transformação dos modelos familiares. Sabe-se que a "opção" do modelo familiar é influenciado pela classe social em que se encontram inserido.

A tendência actual parece resultar de uma diversidade de padrões e de modelos familiares, aos quais se torna talvez um pouco inadequado denominar de família, ou pelo menos no sentido tradicional do termo. Por um lado, tende a aumentar, com maior frequência, sobretudo em meios socioculturais mais vulneráveis, como é o caso das zonas suburbanas, o número de gravidezes precoces de jovens que, não tendo ainda uma relação afectiva sólida com os seus parceiros, se quedam por casa dos pais, estabelecendo mais tarde outras relações de onde também resultam rebentos. Por outro lado, verificamos uma tendência para o retardamento na constituição de família por parte da juventude que alarga e investe no seu percurso escolar e que, sobretudo, na ausência ainda de um sustento económico e financeiro retarda o momento da constituição de família.

Na primeira situação, deparamo-nos com modelos muito peculiares de família, coexistindo e coabitando muitas vezes, por exemplo, tios e sobrinhos praticamente com a mesma idade. Na segunda situação, obviamente que os jovens se vão conformando em coabitar com os pais até conseguirem inserção no mercado de trabalho e alguma estabilidade económica, que como se sabe, cada vez é mais difícil atingir nos dias de hoje.

Talvez a questão mais pertinente face à diversidade de modelos familiares, seja saber qual o verdadeiro sentido do termo "família". Ou seja, será que devemos entender por "família" um modelo estruturado de pai, mãe e filhos, o qual assenta essencialmente na estrutura que o constitui, ou pelo contrário, devemos entender "família", independentemente da ausência de um pai ou de uma mãe que coabitem sob o mesmo tecto, mas que, ao fim e ao cabo, asseguram ao filho(a) uma estabilidade emocional, afectiva, socializadora e educativa essenciais para o constructo da sua identidade?

4.1. Família monoparental

O conceito de "família monoparental", tal como tem sido definido nos estudos da sociologia da família dos últimos vinte anos, tem sido utilizado para designar o núcleo familiar onde vive um pai (faternocêntrica) ou uma mãe (maternocênctrica) sós (sem cônjuge) e com um ou vários filhos solteiros. Na nossa sociedade a família maternocêntrica sofre mais discriminações e tem mais dificuldades de integração social, quer sociais, quer sexuais, devido à ideia pré-concebida da mãe solteira (ou só), ideia que não dignifica a mulher.

A expressão " família monoparental" surge em meados dos anos 70 em França, é introduzida pelas sociólogas feministas que adaptaram o conceito de *lone parent* , já utilizado nos países anglo-saxónicos desde os anos 60.

A designação de "famílias monoparentais" permitiu uma nova abordagem da maternidade fora do casamento, saindo do anonimato as famílias de mães sozinhas, colocando-as a um nível idêntico ao das famílias conjugais tradicionais. Por outro lado, a maior visibilidade social e jurídica atribuída aos pais e mães sós, veio incentivar a adopção de medidas de política social e familiar dirigida a pais sozinhos.

A introdução da noção de família monoparental em Portugal, não coincidiu como em França com as modificações da legislação sobre o divórcio e as relações familiares nos anos 70. O conceito começa a surgir em trabalhos sociológicos, demográficos e económicos no final dos anos 80 e 90, acompanhando o desenvolvimento das ciências sociais e as novas perspectivas sobre a exclusão social, as condições de vida e a família na sociedade portuguesa. No entanto o conceito de família monoparental encontra-se ausente das políticas sociais, tendo sido apenas tomadas medidas que reconhecem a vulnerabilidade acrescida deste tipo de família. Por exemplo, as instituições de assistência

social passam a dar prioridade a crianças de pais/ mães solteiros que trabalham e a atribuição de um subsídio aos mesmos.

Cabe também dizer, que a noção de família monoparental foi introduzida discreta e tardiamente em Portugal, tal como também não se assistiu ao desenvolvimento de políticas que a tivessem constituído numa população vulnerável e por isso, alvo de protecção social. O conceito enquanto objecto de análise empírica, tem as suas vantagens e desvantagens, apesar de revelar de imediato a estrutura específica destas configurações familiares – uma pessoa que não vive em casal e que reside com filhos solteiros – esquece que a monoparentalidade abrange famílias diferentes conforme a operacionalização que é feita da "pessoa sem cônjuge" e dos " filhos solteiros" - ora filhos solteiros pode incluir todos os filhos independentemente das idades tal como acontece no caso português. Além disso esquece também que tais famílias não constituem um grupo homogéneo e que existe uma diversidade de situações que do ponto de vista sociológico se devem ter em conta - é a situação de famílias monoparentais que vivem isoladas e outras que residem com parentes, é o caso de mães solteiras muito jovens com filhos pequenos e mães viúvas com filhos adultos, pais sós que trabalham ou que nunca trabalharam. Torna-se portanto necessário compreender melhor a variedade de situações abrangidas pelo conceito e as trajectórias diferenciadas das pessoas sós que integram este tipo de família.

Há que salientar ainda, que tal como referem Karin Wall e Cristina Lobo, a introdução do conceito de monoparentalidade descura por vezes a história do próprio fenómeno que pretende descrever. Pode-se dizer, que a monoparentalidade em Portugal, segundo análises do INE, existia sob formas diversas e representava valores numéricos importantes, as proporções deste tipo de agregado familiar teve as suas variações também importantes em função dos comportamentos demográficos e da composição social características diferentes contextos.[45]

A "monoparentalidade tradicional" assenta sobretudo em 3 aspectos: no falecimento de um dos cônjuges, o celibato associado à procriação de filhos fora do casamento e a ausência/ emigração do cônjuge (que pode conter situações de separação conjugal).

O surgimento e crescimento de situações de monoparentalidade geradas pelo divórcio, falecimento, emigração do cônjuge, constituem sem dúvida uma mudança importante a

[45] WALL, Karin, LOBO, Cristina, "Famílias monoparentais em Portugal," *in Revista Análise Social*, vol. XXXIV, 1999, 123-145.

partir dos anos 70. No entanto, parece ser talvez mais pertinente compreender as alterações de monoparentalidade do que propriamente as variações numéricas das últimas décadas.

4.2. Desestruturação familiar em contexto de Bairro

Falar em monoparentalidade exige-nos fazer uma breve reflexão sobre as razões que levam a esta modalidade ou sistema familiar. Antes de mais importa salientar que ao contrário, da inércia dos estudos existentes sobre a família, acerca da tendência para o modelo de família nuclear, há que ressalvar a diferente predisposição para os diferentes modelos atendendo aos contextos a que nos reportamos.

No caso concreto de Bairro, e tendo como referência o Bairro do Cerco do Porto, podemos referir que a tendência verificada é no sentido da desestruturação familiar, por um lado, e a monoparentalidade como resultado dessa desestruturação por outro.

As famílias alargadas e as famílias monoparentais são por vezes parte do mesmo agregado. Quer-se com isto dizer que, não raros são os casos em que pais com um número elevado de filhos, coabitam com filhos, netos (gerados numa idade precoce), cunhados, sobrinhos, e outros parentes, ainda que por afinidade. Há que referir que a questão do alojamento, ou melhor, a aquisição de casa em zona de habitação social tem aqui um papel fundamental do qual não nos podemos desfazer no estudo dos modelos familiares.

A maternidade precoce é um fenómeno cada vez mais frequente e que leva a que os filhos e respectivos rebentos se acomodem em casa dos pais, já que não reúnem condições para obterem um tecto de outra forma. Devido à panóplia de problemáticas possíveis de diagnóstico, no contexto que temos por referência, diga-se que nem sempre se consegue uma definição precisa do modelo familiar, dada uma insistente desestruturação. Veja-se por exemplo, casos em que os filhos que nascem de "encontros esporádicos", ficam ao encargo dos avós, ou mesmo no caso em que se detecta a prisão dos progenitores e os filhos ficam ao encargo de avós, tios quando não de vizinhos, ou até quando não são abandonados logo à nascença e acolhidos por alguém do bairro .

São estes, alguns dos cenários com que nos deparámos ao fazermos uma breve caracterização da família em contexto de bairro, e como é óbvio sem qualquer pretensão em generalizar. Como poderemos então conhecer a realidade familiar portuguesa quando não nos questionámos sobre as razões que levam à "opção" das várias modalidades familiares, e mais ainda quando territórios excluídos passam em branco nestes estudos?

Mais grave talvez seja o facto de existirem numerosos territórios/ zonas de habitação social e os cenários de indefinição acima descritos tenderem a aumentar.

Se atendermos por exemplo, não exclusivamente às condições sócio-económicas que tornam estes grupos mais vulneráveis à exclusão, mas também à questão da instabilidade permanente dos seus percursos e trajectórias de vida, a ausência de projectos de vida, a ausência de um planeamento familiar, algo que sustente de facto a opção por um modelo familiar, como poderemos incluir e definir estes sistemas familiares? Como poderemos definir um modelo familiar, quando uma mãe de família, vítima de violência familiar, sai de casa com um dos filhos, por alguns meses para mais tarde regressar? Ou quando mesmo no seio de uma família alargada os filhos saem de casa para viverem com os respectivos parceiros (relações provisórias ou mesmo esporádicas) e voltam a casa com filhos dessas relações? De facto parece mais fácil deixar de incluir estes casos nos numerosos estudos que existem a âmbito nacional.

As tendências dominantes da "maioria" – relativa, pensamos nós - são de facto a referência predominante na sociedade portuguesa, ainda que existam tantos aglomerados de população excluída e engavetada em fogos de habitação social. O que poderemos dizer quando estes pequenos pormenores relativos à família portuguesa não são tidos como relevantes para as estatísticas de âmbito nacional?

Em contexto de Bairro, e no caso concreto do Bairro do Cerco, porque é neste contexto que se insere o grupo alvo deste estudo, encontramos um quadro de "sistemas familiares" em permanente definição, tal é a sua desestruturação que nos fazem lembrar "famílias à deriva", que se formam em (in)conformidade com as realidades que se lhes apresentam. Se a família se apresenta como incerta o que se dirá do seu futuro e do seu papel como instituição onde ocorre a socialização e a construção identitária do indivíduo?

A questão também se coloca em relação às consequências para as crianças e jovens que advém da desestruturação familiar, quer em termos de socialização e construção identitária, quer em termos de suporte e apoio institucional.

CAPÍTULO III

O PAPEL INSTITUCIONAL DA ESCOLA

1. A Escola e a educação

Antes de falarmos no papel preponderante da escola, importa talvez fazer referência à sua principal função que parece ser a noção de educação. A educação foi estudada por Émile Durkheim que a definiu como *"a acção exercida pelas gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objectivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança particularmente, se destina"*. [46]

A escola pressupõe que a educação deve ser entendida como uma acção social e não como uma acção individual, uma vez que ela não resulta simplesmente de um processo individual entre pai e filho. A educação é um processo de construção contínua de aprendizagens, que tem como conteúdos o património, e os valores que são universalmente difundidos a todos. Os diferentes tipos de educação integram-se no património comum e constituem um todo de partes organicamente ligadas que estabelecem a harmonia entre a diversidade de funções e a unidade social que todos constróem.

É a sociedade no seu conjunto, e cada meio social, em particular, que determinam este ideal que se prevê que a educação realize.

Mas a definição de educação de Durkheim foi criticada por vários autores, porque apesar de ter alguns méritos, como o de dar relevo ao carácter social da educação e ao mesmo tempo à sua natureza global (que ainda hoje são universalmente aceites), não prevê a evolução que teve a própria educação. Por isso, autores como Jacques Fournier, na sua obra *Politique de l'Education*, consideram que o pensamento de Durkheim deve ser retocado, uma vez que a educação não é apenas a acção do adulto sobre a criança, é também o desenvolvimento da educação permanente, ou seja a acção de um adulto sobre outro adulto. Não se trata de uma relação unilateral, trata-se, pelo contrário, de uma

[46] Tal como refere Émile Durkheim na sua obra *Educação e Sociologia*, São Paulo, Edições Melhoramento, 1965.

educação activa que implica um reconhecimento do papel do aluno e do estudo no processo educativo.

Autores seguidores da corrente marxista, como Althusser, Baudelot e Establet, Bowles, etc, ao analisarem o papel da escola na educação, relevam que esta tem por objectivo a reprodução da desigualdade existente na sociedade dividida em classes antagónicas.

A reprodução da força de trabalho exige não só uma reprodução das relações escolares mas também, e em simultâneo, uma reprodução da sua submissão às regras da ordem estabelecida Ou seja, no contexto escolar, aprendem-se "saberes práticos", mas, ao mesmo tempo que estes saberes são transmitidos, são também transmitidas as regras dos bons costumes, o comportamento a que todo o agente da divisão do trabalho deve atender, o lugar que deve ocupar, as regras da moral, da consciência cívica e profissional, etc.

Por outras palavras, a Escola, tal como outras instituições como a Igreja e o Exército, ensinam os "saberes práticos", mas em moldes que garantem a sujeição do indivíduo à ideologia dominante ou o manejo da prática desta.

A Escola é um dos Aparelhos Ideológicos do Estado. Segundo Althusser [47], todos os aparelhos de Estado funcionam simultaneamente pela repressão e pela ideologia – o aparelho repressivo de Estado funciona predominantemente pela repressão, e o aparelho ideológico funciona predominantemente pela ideologia.

O aparelho repressivo de Estado constitui um todo organizado cujos diferentes membros se encontram subordinados a uma unidade de comando, a da política da luta de classes aplicada pelos representantes políticos das classes dominantes que detêm o poder de Estado. A unidade entre os diferentes aparelhos ideológicos de Estado é assegurada, na maioria das vezes em formas contraditórias, pela ideologia dominante, a da classe dominante. De facto, é por intermédio da ideologia dominante que é assegurada a harmonia entre o aparelho repressivo de Estado e os aparelhos ideológicos de Estado, e entre os diferentes aparelhos ideológicos de Estado.

O aparelho ideológico de Estado, que sempre foi colocado em posição dominante nas formações capitalistas maduras, após uma violenta luta de classes política e ideológica contra o antigo aparelho ideológico de Estado dominante, é o aparelho ideológico escolar. Todos os aparelhos ideológicos de Estado concorrem para o mesmo fim: a reprodução das relações de produção, ou por outras palavras, das relações de exploração capitalista.

[47] ALTHUSSER, Louis, "Ideologia e aparelhos ideológicos de estado", in MÓNICA, Maria Filomena, *Escola e Classes Sociais* (antologia), Lisboa, Ed. Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1981.

No caso da Escola, esta toma a seu cargo todas as crianças de todas as classes sociais, desde a pré-primária que inculca durante anos - período em que a criança se encontra aprisionada ao aparelho de estado familiar e ao aparelho ideológico de Estado Escola – saberes práticos envolvidos na ideologia dominante (a história, as ciências, a literatura, o cálculo, a língua, ou simplesmente a ideologia dominante no seu estado puro (moral, instrução cívica, filosofia). Por volta dos dezasseis anos, algumas crianças caem na produção (operários ou pequenos camponeses) e outros continuam os estudos, para se ficarem pelos quadros médios enquanto outros conseguem aceder aos níveis superiores quer para cair, por sua vez, no semi-emprego intelectual, quer para fornecer os agentes da exploração (capitalistas), os agentes de repressão (militares e polícias) e profissionais da ideologia. Todos eles devem saber o lugar a ocupar e o papel a desempenhar, ou de explorado, ou de agente de exploração. Na escola está a aprendizagem de alguns saberes práticos, envolvidos na inculcação massiva da ideologia dominante, que são em grande parte reproduzidas as relações de explorados e exploradores e de exploradores com explorados.

Althusser diz mesmo que a escola ensina um " *know-how*", em formas que garantem a submissão à ideologia dominante ou o domínio da sua prática.

Bowles define a escola como um elemento integral na reprodução da estrutura de classes prevalecente na sociedade. Na mesma linha de pensamento de Althusser, S. Bowles e H.Gintis, consideram como principal função da escola, ou da cultura escolar, a inculcação de "características de personalidade" adequadas às suas futuras carreiras profissionais.

Por sua vez, Baudelot e Establet entendem o aparelho escolar como duas redes de ensino opostas (primária-profissional e secundária-superior) e por isso reproduzem as relações sociais de produção capitalista. [48] A educação deixa de ser um acto unilateral e passa a ser um acto bilateral, uma interacção.

Weber também entendia que os valores e o património cultural, que tem predominado historicamente são os da elite dominante que detém o poder, logo são esses valores e património que são transmitidos pela educação. Para Weber, os objectivos da educação são essencialmente a formação de um homem culto, segundo o ideal de cultura que está marcada pela estrutura de denominação e pela condição social requerida para pertencer à

[48] BOWLES S.; GINTIS, H. – *Schooling in Capitalism America*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1976, p.125.

elite. Portanto a educação é uma acção global, que visa a formação e desenvolvimento total do homem e não apenas um aspecto parcelar.

O objectivo da educação para estes autores é diferente, integrar na sociedade (Durkheim), integrar numa classe social (Marx), integrar e seleccionar as elites dirigentes (Weber), integrar num grupo de gerações e contestar o grupo de gerações antecedentes (teoria das gerações).

1.1. A "crise" da Escola

Importa referir que, no que respeita à escola, diversos autores tem vindo a colocar em questão os efeitos democratizadores da educação escolar. Isto porque se tem vindo a verificar, que esta em vez de nivelar proporcionar equidade, o que faz é hierarquizar as pessoas e seleccioná-las com vista a uma distribuição desigual na sociedade. O que acontece, é que não existe igualdade de oportunidades, quer no acesso, quer no sucesso escolar, quer no acesso a lugares ocupacionais. Segundo Bourdieu, a escola continua a ser discriminatória, anti-democrática e reprodutora das desigualdades sociais, delegando para um plano secundário ou mesmo nulo o papel da formação profissional.

A crise da educação escolar de que alguns autores falam, está relacionada obviamente, com as consequências das descobertas científicas e tecnológicas que revolucionam os conteúdos e os métodos de ensino; por exemplo o desfasamento entre a psicologia, a sociologia, a teoria das organizações, a tecnologia das ciências, que ao fim ao cabo não consegue acompanhar. Trata-se, portanto, de uma questão de adaptação ajustada da educação escolar às mudanças que se verificam nas sociedades.

A educação como processo de interacção social e socialização sempre existiu, o que acontecia é que existia fora da escola. Ou seja, no seio da família, na tribo ou clã, nas igrejas, na profissão e no meio social, instituições que assumiram as funções de educar as crianças e jovens para a vida em sociedade.

Mas é apenas na passagem do século XIX para o século XX que a educação escolar recebe um novo impulso, com a obrigatoriedade da educação escolar.

O crescimento da importância da escola coincide naturalmente com a crescente intervenção dos poderes públicos, quer na construção de escolas, quer na formação de professores, na atribuição de subsídios aos alunos, etc. A educação fornecida pela escola

tornou-se de tal forma predominante que o próprio termo educação se identifica frequentemente com educação escolar.

1.2. As funções da Escola

Das principais funções da Escola destacam-se, sem dúvida aparente, educar, socializar e ensinar, permitindo desde cedo à criança a interacção com os outros e com a sociedade. É no meio escolar que a criança constrói e reforça a sua identidade, com base na aquisição dos conhecimentos que lhe são transmitidos e assimilados pelo processo de interiorização e exteriorização.

Segundo Erikson , o processo de construção da identidade do indivíduo faz-se no centro da cultura duma sociedade, e por isso é que a sociedade espera que a escola assuma a socialização dos jovens[49].

A escola é uma instituição social, que responde à necessidade social de transmitir cultura, socializa o indivíduo e prepara-o para desempenhar um papel na sociedade, surge portanto como uma extensão da família.

A escola, enquanto comunidade socializadora existe em função da educação, e é nela que os novos membros da sociedade começam a alargar a sua experiência do social para além do seu grupo de origem como refere Alves Pinto .[50]

Considera-se necessário que a escola tradicional se modifique no sentido de se adaptar à realidade da criança e não de obrigar a criança a adaptar-se à escola, de forma a facilitar a interacção das diferentes culturas componentes de uma comunidade. Torna-se urgente a construção de uma escola capaz de aceitar e valorizar as diferenças resultantes de uma população escolar muito heterogénea, procurando acabar com os obstáculos ao sucesso escolar daqueles que não correspondem nem reagem à escola tradicional dirigida especialmente para as maiorias.

Por outro lado, a escola existe em função do aluno, logo ela é o espaço onde ele estrutura a sua identidade social. Neste sentido, a escola deve desenvolver no indivíduo o sentido cognitivo, deve desenvolver e aperfeiçoar capacidades e competências de forma a levar os alunos a serem produtores e a vivenciar a cultura.

[49] ERIKSON, Erick, *Adolescence et crise: La quête de l'identité*, Paris, Flammarion, 1972.
[50] PINTO, Alves, C. *Sociologia da Escola*, Lisboa, MacGraw- Hill, 1995.

Se a escola é um corpo social, delimitado, onde existe uma ordem social que garante a manutenção dessa ordem, assegurando a sua continuidade como agrupamento distinto, ela também actua como principal fonte de alteração social, profissional e cultural, modificando muitas vezes a entidade de muitos, e transformando a sua relação com a família e com a comunidade e possibilitando-lhes o acesso a outros estilos de vida e a outros modos de relação social.

A complexidade crescente da vida na sociedade actual, veio trazer profundas alterações no que se refere à responsabilidade da escola na educação. A escola tem a função de proporcionar a todos indivíduos ambientes e oportunidades para que participem das experiências individuais e colectivas, sistemáticas ou ocasionais, necessárias ao seu desenvolvimento intelectual. Não se trata apenas da aquisição de conhecimentos, mas também da formação de atitudes e comportamentos, da auto-realização do aluno e da sua integração no grupo pela aceitação plena e consciente de valores que regem a vida do mesmo.

Podemos dizer, que se a família transmite ao educando valores transcendentes da sua cultura, a escola é a transmissora da realidade social com tudo o que a engloba, e por isso o complemento ideal da própria família.[51]

Mas os obstáculos à democratização efectiva dos contextos de educação formal, permite-nos dizer que a identificação dos agentes educativos com o princípio da igualdade de oportunidades não ultrapassa o plano formal das "boas" intenções.

O reconhecimento do princípio da igualdade de oportunidades, exige um trabalho de reformulação das representações dos agentes educativos sobre a concepção de conhecimento, a relação de ensino-aprendizagem, e a função da escola na concretização dos direitos sociais e culturais.

O pleno reconhecimento da concretização prática, dos direitos culturais de todos os alunos não pode deixar de implicar a transformação das representações correntes que hierarquizam as diferentes culturas, numa lógica de domínio e submissão.

Na escola coexistem diferentes grupos sócio-económicos, com competências culturais e linguísticos diversificadas, em função da classe a que a família pertence, contrasta violentamente com a imposição de uma cultura escolar, tida como universal, é

[51] Ver RIGUEIRA, M.ª.BESSA DOS SANTOS, "Sociedade e Socializações a Escola no campo da intervenção", *in Investigação e Debate, Serviço Social*, nº 4, Porto, 1997.

um passo fundamental para começar a conferir consistência à realização do princípio da igualdade de direitos culturais.

O que é denominado de violência simbólica, a escola em nome da objectividade e da justiça, promove a desigualdade de oportunidades, assumindo um papel relevante na reprodução e legitimação da cultura das classes dominantes.

Os indivíduos das classes populares deparam-se com obstáculos por não terem acesso aos códigos e meios de descodificação de uma cultura que não é a sua.

Enquanto a uns é oferecido o código de acesso à cultura dominante, outros tem que realizar esforços violentos para o conseguirem. Ou seja, os primeiros conseguem à partida uma trajectória escolar com sucesso, outros ficam pelo caminho na trajectória de ascensão escolar.

É de salientar, a importância que assumem as representações construídas na base de categorias naturalistas, individualistas e etnocentristas, representações que atribuem as possibilidades de acesso à cultura, a dotes individuais hereditários ou "à natural" superioridade cultural dos meios de origem dos alunos.

Importa referir aqui, a perspectiva de Bourdieu e Passeron em relação às funções da escola. Estes autores entendem a escola como uma agência de transmissão de um "ethos" ou "habitus" de classe, através do carácter ideológico dos instrumentos pedagógicos. É exercida inconscientemente, a ocultação da coerção social, violência simbólica e arbítrio cultural (forma de impor normas, regras, valores e crenças) aos grupos dominados, que por sua vez são obrigados a encarar como natural a sua inferioridade cultural. Neste sentido, a escola funciona como uma instituição conservadora e reprodutora da hierarquia social, assentando no mito da sua (falsa) neutralidade. É aqui que a escola desempenha com particular eficácia o seu papel de legitimação da estrutura de classes, já que o mito da neutralidade resulta da autonomia da própria escola, uma vez que os laços entre o sistema educacional e a estrutura social são tidos como indirectos e funcionam através de desfasamentos estruturais e mudanças de campo ideológico. [52]

Urge aqui fazer referência ao conceito de poder de simbólico de Bourdieu, enquanto forma transfigurada e legitimada de outras formas de poder, nomeadamente no

[52] Consultar Maria Filomena Mónica, no que respeita à teoria de Bourdieu e Passeron, in *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Editorial Presença, p.27.

que respeita à ideia de culturas excluídas e ditas dominadas, na medida em que à dominação cultural se encontra adjacente uma dominação social.[53]

A acção pedagógica é uma violência simbólica, enquanto a delimitação implicada na imposição e inculcação de significações tratadas pela selecção e exclusão que lhe são correlativas, como dignas de ser reproduzidas por uma acção pedagógica, reproduz a selecção arbitrária que um grupo ou classe opera objectivamente no e pelo seu arbítrio cultural. A selecção de significações que define objectivamente a cultura de um grupo ou classe é arbitrária e necessária, enquanto cultura que existe em função das condições sociais de que ela é produto e a sua inteligibilidade provém da coerência e das funções da estrutura das relações significantes que a constituem. [54]

1.3- A violência da Homogeneização e a Heterogeneização na Escola

A sociedade portuguesa, está longe de se assemelhar a uma amostra homogénea, quer do ponto de vista sócio-económico, quer do ponto de vista étnico-cultural, pois a escola apresenta um leque variado de alunos provenientes de diferentes culturas, diferentes etnias e diferentes grupos sócio-económicos. Boaventura de Sousa Santos afirma mesmo, que a sociedade portuguesa e em particular a escola é um autêntico "arco-íris de culturas". Tal heterogeneidade é resultado de dois principais factores: o alargamento e obrigatoriedade da escolaridade mínima obrigatória, e por outro lado os processos de emigração que se tem vindo a tornar em processos de imigração. Ora, é no entanto, esta heterogeneidade que é a essência da escola de massas, a escola congrega crianças de diferentes meios sociais, de diferentes estratos sociais, etc. Mas esta heterogeneidade também arrasta consigo uma diversidade de motivações, de interesses e de investimento escolar. Perante o "arco-íris cultural", encontramos uma escola e uma "cultura escolar" que funciona de acordo com preocupações de homogeneidade (de tempo, de espaço, de saberes, de valores, e até de ritmos) como se de um grupo ou classe se tratasse, constituindo o modelo de aluno-tipo. Ora, a cultura escolar distancia-se das crianças e jovens cuja socialização provém de outras culturas, e quem diz de outras culturas, diz também de outras etnias, de outros grupos que não os economicamente favorecidos. Gera-

[53] LOPES, João Teixeira, "A animação no espaço escolar urbano – um estudo sobre políticas autárquicas de animação cultural", in *Sociologia*, Revista da Faculdade de Letras, I Série, Vol.III, 1993, p.p.73-136.
[54] BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude, *A Reprodução*, Lisboa, Ed. Vega, s/data, pp.11-15, 23-33, 67-69.

se então a desigualdade de oportunidades na medida em que a escola coloca a criança numa relação entre culturas, quando nem sempre as normas culturais e linguísticas da escola são partilhadas família a que a criança pertence. Neste sentido, podemos dizer que a escola não é mais do que um instrumento ao serviço das desigualdades, e por isso, uma fonte de insucesso, de exclusão e marginalização. A tentativa de homogeneização, resulta muitas vezes numa forma de violência, e para a criança a escola aparece como um local pouco estimulante, pouco compreensível, pouco interessante, e onde lhes será incutida a sua incapacidade para a aprendizagem..[55]

A escola deve consciencializar-se da diversidade e da heterogeneidade dos alunos e da família, passando a encará-la como um recurso ao seu dispor e não como um problema. De contrário, a promoção das desigualdades é certa. Cortesão e Stoer (1996) falam-nos mesmo da incapacidade de captar a diversidade e a heterogeneidade, trata-se de um "daltonismo cultural", que impede de ver, de sentir e de perceber a diversidade dos alunos, e por isso o professor desenvolve uma prática que não vai de encontro à diversidade que ele não sente nem capta. Trata-se de um "olhar daltónico", que não é sensível ao "arco-íris sociocultural" materializado na pluralidade de alunos provenientes de várias culturas e de vários meios sociais. Este "olhar daltónico" convida à valorização de um aluno- tipo e à penalização da diferença e de todos os que dele se afastarem. [56]

As questões ligadas às desigualdades escolares, são entendidas como um fenómeno complexo e multifacetado (ou não estivessem intimamente ligados a processos de exclusão), constituído por uma duplicidade de factores associados a aspectos de ordem cultural e de ordem estrutural.

Ora, além destes factores pensamos que também seria interessante ter em consideração outros factores, como a zona onde habitam, onde a família trabalha, e as características do local (num bairro degradado, na periferia, no centro, etc).

Quanto à questão da mobilização e rentabilização dos recursos e a exploração desigual de recompensas e rituais simbólicos da escola, estes variam de acordo com a classe social de origem dos alunos. Neste sentido, os alunos oriundos de classes sociais sócio-económicas favorecidas, chegam à escola com um conjunto de vantagens, que advém do capital cultural ou social que possuem e que a escola vai acentuar ou aumentar.

---

[55] CORTESÃO, L. e TORRES, M.A. , *Avaliação Pedagógica I- Insucesso Escolar*, Lisboa, Ministério da Educação, 1981, p 26.

[56] CORTESÃO, L. STOER, S., "Interculturalidade e Educação escolar: Dispositivos Pedagógicos e Construção da Ponte Entre Culturas", *in Revista Inovação*, vol. 9, 1996, pp. 35-51.

Outros alunos que não possuam estas características, chegam à escola numa situação de não sincronia com esses factores e por isso encontram-se em situação de desvantagem inicial que a escola encarregar-se-á de acentuar ou de aumentar.

A retórica dos sistemas educacionais impõe aos jovens modelos abstractos, de obediência, perseverança, ambição, responsabilidade, etc, ou seja virtudes que caracterizam um jovem de sucesso, mas tal sucesso não é para todos, daí que alguns embarquem em retóricas sem crédito como refere Machado Pais.[57]

Nas sociedades de forte reprodução social, as heranças culturais marcam os destinos possíveis de forma rígida. Por exemplo, embora as sociedades democráticas tendam a alargar o domínio da competição sujeita a regras, valorizando a meritocracia , nem sempre a competição prevalece. Aos jovens é- lhes inculcada a representação do sistema de ensino como garante da igualdade de oportunidades, mas a verdade é que o jogo pode ser viciado, uma vez que os capitais culturais herdados pelos jovens são distintos, o que faz com que a uma igualdade de oportunidades nem sempre corresponda uma igualdade de resultados.

2. A influência do capital social e do capital cultural

Na problemática das desigualdades escolares, é fundamental termos em linha de conta a classe social de pertença. Perrenoud fala-nos em desigualdades sociais de formação, perante a escola, utilizando os conceitos de "desigualdade actual" e de "desigualdade virtual". Por "desigualdade actual" entende-se o conjunto de competências, reais ou conferidas, pelo aluno, pela família, pelo professor, etc; enquanto pela "desigualdade virtual" de competências entende-se como aquela que é determinada pela "desigualdade actual". Lutar contra as desigualdade social, equivale a lutar contra o sistema de ensino, que ensina, trata e avalia de igual forma, de diferentes classes, de diferentes culturas, de diferentes vivências, e de diferentes experiências, diferentes saberes, diferentes projectos e com diferentes formas e desiguais processos de assimilação.

As aspirações, o investimento na educação , os projectos de formação, diferem de classe social para classe social, mesmo para um valor escolar considerado igual. Da aquisição de tal valor escolar, depende de enumeras factores (tempo, distância, trabalho, riscos que se correm, despesas, etc) e obviamente das vantagens esperadas, quer da própria

[57] MACHADO, Pais, *Ganchos, Tachos e Biscates - Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Ambar, 2001.

formação quer da entrada profissional que ela oferece. De classe social para classe social, estes factores variam, devido à desigualdade das condições objectivas de existência e às diferenças de valores, de definição da realidade, da percepção das oportunidades, etc.[58] As diferenças de aspirações e de expectativas conduzem a investimentos desiguais no campo escolar. A situação de classe parece conduzir a assimilações diferentes, a aspirações diferentes e à criação de estratégias que podem ser entendidas e valorizadas , tal como na capacidade de prossecução das mesmas. No entanto, Bourdieu [59] diz que a situação de classe, não é por si só, portadora de características suficientes para tornar um grupo homogéneo ou similar, daí este autor falar de "capital social" decorrente da própria classe social e de "capital cultural" associadas às relações de produção cultural, e ao facto de a essas posições de classe corresponde um sistema de "disposições" que vai desde a forma de pensar, de agir, de sentir, de perceber, que expressa, sob a aparência de preferências individuais, as estruturas sociais externas das quais o homem é originário. Há uma diferenciação ao nível dos estilos de vida, que decorre e actua sobre o processo de aspirações sociais. Bourdieu utiliza o conceito de "habitus" para dar conta da forma e modo como as práticas e o discurso de pessoas e de grupos se organizam.

Do "habitus", decorrem diferentes distinções simbólicas que condicionam o modo de usufruir dos bens e da produção ou construção dos diferentes estilos de vida. É neste sentido que surge a luta de classes, entre as diferentes classes (dominante/dominada), pela posse dos bens económicos e dos bens simbólicos. Nas classes médias Bourdieu diz que são marcadas pelo princípio da "boa vontade cultural", que toma formas diferenciadas conforme a familiaridade ou a distância que se apresenta, da cultura legítima. Esta "boa vontade cultural" que se encontra ausente das classes dominantes, onde a herança cultural acontece de forma natural, traduz-se num esforço por parte da classe média. Na classe média a "boa vontade cultural" é expressão de um esforço e tenacidade desmedida e da entrega ao trabalho de aquisição da cultura como forma de compensar as desvantagens da ausência de capital cultural.

Enquanto que na classe dominante, pelo processo de socialização primária, há a transmissão precoce e inconsciente de uma herança cultural, que fornece um conjunto de

[58] PERRENOUD, P. , "Das Desigualdades Culturais às Desigualdades Escolares: As Avaliação e a Norma num Ensino Diferenciado", *In Revista Análise Psicológica*, nº 1, vol. II, Outubro 1978.
[59] BOURDIEU, P., *La Misére du Monde*, Paris, Ed. du Seuil, 1993.

apetências e de informações sobre o modo como funciona a esfera escolar que podia fazer-se corresponder pela apetência fornecida por um elevado grau de escolaridade.

Por exemplo, o capital social e cultural daqueles que provém de classes sociais economicamente desfavorecidas distancia-se à partida daquele que a escola geralmente oferece. As escolas funcionam muito na base da lógica do "capital cultural", em bases que assentam em normas, valores, crenças e códigos de comportamento que se distanciam daqueles que não possuem o tal capital cultural e o tal capital social, próprio de grupos sócio-económica e culturalmente favorecidos.

3. Insucesso, abandono escolar e a renúncia à Escola

O insucesso escolar prolongado e a renúncia à escola, constituem hoje um dos mais graves fenómenos de onde decorre a exclusão juvenil.

O insucesso escolar, pode ser entendido como o produto da relação de conflito entre dois tipos distintos de solicitações: a tentativa por parte do Estado de que todas as crianças pudessem cumprir, com sucesso, a escolaridade mínima obrigatória, e por outro lado, uma vez que as crianças são socializadas para uma entrada precoce no mercado de trabalho, estas não conseguem ter bom aproveitamento escolar (faltam às aulas, não fazem os trabalhos escolares, etc). O resultado é mesmo o insucesso escolar (sucessivas reprovações) e o próprio abandono escolar precoce que surge como um fenómeno eminentemente social, geralmente associado a famílias pobres, extensas, de origem camponesa e porque pouco valorizam o sistema escolar, favoráveis a uma rápida inserção na vida activa. [60]

Desde logo, o abandono escolar traduz uma situação extrema de desigualdade, entre os que vivem curtos percursos escolares, fracassam e abandonam, e aqueles que tem sucesso certificado e vivem longos percursos académicos, com as respectivas consequências pessoais e sociais do saber e dos títulos.

Os jovens que abandonam precocemente a escola, são no futuro a mão de obra não qualificada e barata do sistema de emprego, no mundo da economia paralela e do trabalho clandestino. São jovens com percursos escolares marcados pela negativa, e que face à ausência de apoios familiares e às expectativas oferecidas pelo percurso escolar preferem

[60] Conforme refere MACHADO, Pais, *Ganchos, Tachos e Biscates - Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Ambar, 2001.

tentar ganhar dinheiro para garantirem alguma autonomia, ou então enveredarem pela delinquência.

O processo de transformação das desigualdades sociais em desigualdades escolares é bem visível, sobretudo quando se estuda a composição de classe dos que foram precocemente excluídos do sistema de ensino ou dele saíram sem os níveis de ensino socialmente vantajosos.

O fracasso e o êxito é atribuído normalmente a naturezas individuais, mal ou bem dotadas, a escola realiza, através da permanente inculcação da ideologia meriocrática, um trabalho de denominação simbólica, cuja subtileza reside em submeter, pelo convencimento aqueles que a deviam contestar. A isto, acrescenta-se o processo de inferiorização dos saberes mais características das classes populares, dos seus modos de ser e de fazer.

O etnocentrismo de classe, tão persistente, e muitas vezes inconscientemente instalado nos sistemas de percepção e conhecimento dos actores educativos, é um dos mais poderosos obstáculos ao questionamento das condições de funcionamento e organização das escolas. É neste sentido que se torna necessária a adequação da escola às necessidades dos diversos públicos que a frequentam, elucidando subtis mecanismos de reprodução das desigualdades e procurando mecanismos de facilitação das aprendizagens para todos os alunos.

Se partirmos de uma análise da escola como instituição de reprodução social que tem a sua história, e da existência de diversos mecanismos mediadores que ocultam" e permitem uma legitimação dessa reprodução social, afastamo-nos da escola- reflexo, da escola-aparelho-reprodutor passivo.

No contexto educativo, é necessário termos em consideração o facto de que nas interacções aí estabelecidas, os actores sociais utilizarem e produzirem representações sobre a educação, o saber, as finalidades da escola, a inteligência, a relação pedagógica, as causas de insucesso escolar, em suma concepções do homem e da sociedade que, dão origem a formas de relacionamento estigmatizantes e segregadoras.

Na esfera da educação nacional, também se verificam mecanismos produtores de exclusão, vejamos os casos de insucesso repetido, ou do mau êxito escolar, que conduzem inevitavelmente às categorias de exclusão da escolarização normal. A acumulação das mais variadas formas de insucessos é tida como uma causa certa da exclusão.

Quando se verifica o divórcio cultural entre a família de origem e a escola, reforçado por outras marcações negativas (como um determinado tipo de habitat residencial), nasce uma engrenagem destruidora das possibilidades de aquisição dos recursos educacionais fundamentais.[61]

As representações da inutilidade dos saberes escolares, para a inserção no mercado de trabalho tende a consolidar-se cada vez mais, sobretudo em conjunturas onde a oferta de postos de trabalho pelas organizações económico-empresariais que não valorizam os saberes escolares. Face aos obstáculos que surgem na relação família / escola, se pretendermos melhorar a referida relação, torna-se necessário aumentar as probabilidades objectivas para que os seus filhos progridam para os níveis de escolarização mais valorizados, encarando soluções adequadas às suas características singulares. A questão da representação da família à cerca da escola revela-se um factor extremamente importante na construção ou desconstrução do percurso escolar de qualquer criança e jovem. Neste sentido, a criança ou jovem cuja família não pode compreender a utilidade da escola, dificilmente encontrará nesta suporte, quer para enfrentar a aprendizagem dos conteúdos escolares, quer para a motivação para o estudo e na resistência ao abandono escolar.[62]

4. Enunciados Hipotéticos

Face ao modelo de análise apresentado, importa agora proceder à explicitação dos enunciados hipotéticos que orientaram esta investigação.

O absentismo, insucesso e abandono escolar precoce constituem factores da exclusão social deste grupo de jovens, residentes no Bairro do Cerco do Porto, com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos.

As ascendências familiares, a pertença a famílias desestruturadas e os capitais culturais herdados condicionam a situação de excluídos deste grupo de jovens.

O Bairro do Cerco do Porto, espaço físico e geográfico onde habitam constitui um factor de exclusão social deste grupo de jovens.

---

[62] QUEIRÓS, Mª Cidália, GROS, Marielle Christine, *Ser Jovem num Bairro de Habitação Social*, Porto, Ed. S. A Campo de Letras, 2002.

As estratégias de sobrevivência desenvolvidas por este grupo de jovens tornam provável os seus percursos de vida via marginalidade e delinquência juvenil

As estratégias individuais e grupais de sobrevivência não permitem a inserção deste grupo de jovens na sociedade, na medida em que funcionam como contraponto às políticas de inserção profissional.

CAPITULO IV

Técnicas e Opções Metodológicas

O Estudo de Caso

O Estudo de Caso aqui apresentado foi efectuado no Bairro do Cerco do Porto e teve como principal espaço de investigação a Instituição – CERPORTO- Associação para o Desenvolvimento Comunitário do Cerco do Porto, que colaborou positivamente para os objectivos alcançados neste estudo.

O Estudo de Caso, como método de investigação permitiu-nos, por um lado, aumentar o conhecimento sobre este grupo de jovens , por outro, explicar as relações de causalidade entre o fenómeno da exclusão social e uma intervenção.

Como refere Yin[63], o Estudo de Caso pauta-se por 5 etapas, a enunciação de questões que justificam empreender um estudo de caso, uma descrição completa da unidade de análise, a formulação de proposições teóricas ou hipóteses, a avaliação das hipóteses, e o pôr à prova as hipóteses retidas para a interpretação de resultados. Tratou-se de um estudo de caso descritivo, exploratório e explicativo da complexidade da exclusão social que envolve um grupo de jovens do Bairro do Cerco.

Este método baseou-se, por isso, na análise documental, na aplicação de entrevistas e na observação, de forma a apreender suficientemente o objecto de estudo, para transmitir toda a sua complexidade de uma forma narrativa, além da aplicação de entrevistas semi-directivas a cada unidade de observação.

Pensamos que a metodologia adoptada se adequa ao objecto de estudo empírico e teórico, na medida em que possibilitou a descrição, a compreensão e a explicação focalizada/localizada dos mecanismos de exclusão social do objecto de estudo.

A abordagem metodológica utilizada foi de carácter qualitativo, de forma a dar conta do funcionamento e dos recursos desta instituição. Nesta análise deu-se ênfase à interpretação das observações de acordo com a perspectiva dos sujeitos, assim como nas

[63] YIN. R. *Case Study Research*, Londres, Sage, *1984.*

diferentes técnicas accionadas (observação participante, entrevistas semi- directivas e análise documental, etc).[64]

Para qualquer uma das técnicas de recolha de informação do objecto de estudo, foram criados instrumentos de análise que podem ser consultados em Anexo.

Parece-nos fundamental, fazer uma breve exposição dos vários momentos da investigação, bem como das metodologias inicialmente previstas e das técnicas posteriormente incluídas no processo, como forma de complemento e de enriquecimento da investigação efectuada.

Antes de mais, importa dizer, que optamos pela combinação de vários procedimentos de selecção, recolha e tratamento da informação sem negligenciar o *corpus* teórico orientador da investigação, mas tendo sempre presente a noção de que tal combinação nos possibilitaria a reconstrução constante dos pressupostos teóricos definidos à partida.

A complementaridade de metodologias serviu de estratégia para uma "triangulação" – forma de combinar os métodos de investigação e recurso a várias fontes ou a diversos relatos de acontecimentos. Comparar os relatos de uns e de outros membros do grupo bem como comparar as informações obtidas através da entrevista semi-directiva foi uma das vantagens conseguidas. Esta triangulação obedeceu à flexibilidade dos métodos com vista ao desencadeamento de um processo de interacção natural, inicialmente com a observação participante, seguida da análise documental e por último a entrevista semi-directiva.

Embora inicialmente se pretende-se exclusivamente o Estudo de Casos, como forma de apreender as práticas, os modos de vida e as trajectórias, de um grupo de jovens residentes no Bairro do Cerco do Porto, acabamos por decidir incluir duas Histórias de Vida de dois irmãos – também jovens do Bairro do Cerco – que consideramos pertinente para complemento do Estudo.

Pretendeu-se com isto, enriquecer o Estudo, analisando dois percursos de vida (um no feminino e outro no masculino), tendo como base comum a Família. As histórias de vida permitiram-nos reforçar a análise dos percursos de vida familiares e escolares, tendo como ponto de referência principal a Família.

As duas biografias possibilitaram-nos o esclarecimento do contexto familiar nos vários momentos da vida destes jovens: infância, adolescência e vida adulta. Através de

[64] BYRMAN, Alan, *Research Methods and Organizations Studies,*London, Sage Routledge, 1989.

entrevistas aprofundadas, obtivemos relatos ilustrativos da reconstrução dos seus conteúdos de vida pela recuperação de memórias de experiências narradas.
Uma vez que as memórias narradas pelos interlocutores se revestem de um carácter afectivo, como refere Machado Pais, sentimos a necessidade de ganhar a confiança dos jovens entrevistados ao longo do período da observação participante, dissipando dessa forma as dúvidas e as desconfianças relativas ao interesse por nós manifesto em invadir a privacidade dos mesmos.

O primeiro passo consistiu em conhecer de perto o objecto de estudo. Procuramos conhecer *in loco* as actividades realizadas pelos jovens no seio da Instituição CERPORTO, espaço gratuito para a ocupação dos tempos livres das crianças e jovens do Bairro, com estatuto de desfavorecidos do ponto de vista económico e social, ou seja, em situação de risco e de exclusão social.

Fases da pesquisa de campo

Da fase exploratória à aplicação das entrevistas semi-directivas

A pesquisa de campo desdobrou-se em várias fases e processos: em primeiro lugar a fase exploratória de conhecimento e aproximação ao objecto de estudo e ao seu contexto, em segundo lugar a fase da observação directa e participante para um conhecimento mais sólido das atitudes, comportamentos e estilos de vida dos jovens, em seguida a fase da análise documental designadamente a consulta e tratamento de informação relativa ao objecto de estudo, seguindo-se ainda, a fase da aplicação da entrevista semi- directiva aos jovens, e por último, o uso do método biográfico na realização de duas histórias de vida que consideramos de todo o interesse para a complementaridade e enriquecimento deste estudo. Há no entanto que referir que a fase da observação directa e participante foi transversal em termos de duração temporal da investigação, já que consistiu num procedimento que se estendeu no tempo e que pensamos ter vindo a privilegiar este estudo.

Embora a abordagem inicial não tenha sido fácil, dada a resistência manifestada pelo grupo de jovens, pouco receptivos à abordagem de elementos estranhos ao Bairro, a interacção passou a ser facilitada pela persistência e pela presença sistemática em várias situações de ocupação dos tempos livres do grupo.

Partindo do pressuposto que não seria possível conseguir atingir os nossos objectivos da investigação, sem um diagnóstico prévio e sério que desse consistência a este

estudo, procedemos, então, à averiguação dos nossos pressupostos teórico-metodológicos delineados à partida.

Após um período de diagnóstico e de interacção, mais ou menos informal, conforme as situações assim o exigiam, pareceu-nos necessário voltar a reconsiderar os nossos pressupostos metodológicos, rever as metodologias e recriar estratégias de enriquecimento da investigação.

Observação directa

De facto, a observação directa, constituiu um importante impulsionador desta investigação. Concretamente, esta técnica revelou-se essencial para a elaboração do Projecto de Investigação, para o equacionamento das várias possibilidades de estudo, bem como para a reformulação e para o reajuste das opções metodológicas previamente definidas.

A observação directa/participante e a interacção estabelecida com o grupo de jovens proporcionaram-nos o diagnóstico dos comportamentos e atitudes manifestadas pelo grupo, bem como o retrato vivo dos estilos de vida de cada um dos elementos. Esta técnica permitiu a descrição de valores culturais do grupo em estudo, e a descrição exacta de cada comportamento (consultar grelha de observação directa em Anexo I).

Na investigação social, a observação directa constitui um dos mais importantes métodos de captação dos comportamentos no momento em que eles se produzem, sem necessidade de um documento ou de um testemunho que os comprovem.

O acto de observar por nós optado foi previamente estruturado através da construção de uma grelha de observação, onde incluímos alguns critérios de observação: posturas, comportamentos, atitudes, etc, atendendo sempre à natureza da situação observada, ou seja, ao contexto onde se organizavam as práticas e os comportamentos produzidos.

A observação directa e participante, realizou-se com a nossa presença assídua durante um longo período de tempo nos diferentes contextos onde se circunscreviam as práticas do grupo de jovens, tendo como resultado a recolha de material relativamente espontâneo e a autenticidade dos acontecimentos bem como a apreensão real dos comportamentos produzidos no momento.

Os contextos em que se realizou a observação directa não se cingiram unicamente ao espaço interior da Instituição onde se realizavam algumas actividades, mas alargou-se também a outros espaços do Bairro, rua, blocos, espaços públicos, etc, onde se desenvolviam outras práticas habituais do grupo de jovens.

Para o efeito, foi construída uma grelha de análise (Anexo I) que nos facilitou a organização de informação pertinente: desde o local onde se realizou a observação, quais os participantes, os comportamentos e atitudes manifestados pelos jovens, o vestuários e a indumentária, as posturas e as formas de estar nas interacções observadas.

O desempenho de funções na Instituição, em termos de apoio à coordenação no desenvolvimento de actividades, foi obviamente facilitador da aproximação ao objecto de estudo, mas também originou algum constrangimento na procura incessante da neutralidade e imparcialidade na realização da investigação que acreditamos terem sido conseguidas.

Análise documental

A análise documental assentou sobretudo na análise de registos do desenvolvimento de actividades da Instituição com os jovens (planificações de actividades semanais, registos diários, e fichas de inscrição dos jovens onde constavam informações bastante pertinentes, reveladoras quer do percurso familiar, quer do percurso escolar dos jovens). Aqui obtivemos o enquadramento do nosso objecto de estudo e a confirmação da adequação das técnicas de recolha de informação escolhidas.

Esta fase da análise documental revelou-se bastante positiva pela riqueza da informação conseguida em relação à vida dos jovens. Para o efeito foi construída um quadro geral de análise da informação obtida em relação a cada um dos jovens a entrevistar.

A análise documental apresenta-se como um método de recolha e de verificação de dados, visando o acesso às fontes pertinentes, neste caso escritas, que deu origem à criação de novo material empírico.

A organização e ordenação de uma série de dados informacionais relativos aos jovens que frequentam a Instituição CERPORTO, permitiu-nos uma melhor apreensão da realidade familiar e escolar dos jovens entrevistados e facilitou a estruturação de um guião de entrevista com questões pertinentes.

A elaboração de um quadro de agregação de dados obtidos da análise documental (em Anexo II), mostrou-se essencial para uma melhor visão da realidade familiar e escolar dos jovens em estudo. Este quadro permitiu a organização da informação de acordo com os seguintes pontos analisados: sexo, idade, naturalidade, residência, percurso escolar, actividade ocupacional, agregado familiar, tempos livres, trajecto de vida, frequência na Instituição e ainda o grau de autonomia na Instituição.

A escolha de uma metodologia qualitativa ofereceu-nos a possibilidade de apreender as especificidades do objecto de estudo no contexto em que organizam as suas práticas. De outra forma não se conseguiria captar com exactidão e autenticidade os comportamentos produzidos nos vários momentos relatados e observados.

"Quando se utiliza a técnica da entrevista, muitas vezes encontramos nos entrevistados uma predisposição, relativamente estável e organizada, para responderem em termos de "juízos de valor", de acordo com uma matriz ideológica muitas vezes inconsciente que produz (e que se traduz por) um conjunto de tomadas de posição, de qualificações, de descrições e de avaliações que não podem ser compreendidas fora dos contextos em que são produzidas." [65]

Após o momento da análise documental, passamos à realização de entrevistas semi-directivas ao grupo de jovens seriados do número de inscrições que constavam na Instituição. O critério utilizado na escolha dos jovens a entrevistar, foram essencialmente a idade – superior a 12 anos e inferior a 18 – o sexo – encontrar um número razoável de jovens do sexo feminino e de jovens do sexo masculino – e por último e talvez o mais dificultoso, foi a ocasião e a predisposição dos jovens para aceitarem ser entrevistados.

Entrevista semi-directiva

O guião de entrevista (em Anexo III) foi estruturado pelas seguintes referências: infância, adolescência e vida adulta, pretendendo abordar aspectos como a Escola, a Família os amigos, a Instituição CERPORTO e o contexto sócio cultural onde supostamente se encontravam inseridos – o Bairro do Cerco.

[65] PAIS, Machado, *Ganchos, Tachos e Biscates - Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Ambar, 2001, p.109.

A flexibilidade e a fraca directividade do guião da entrevista permitiu-nos recolher os testemunhos e as interpretações dos jovens, respeitando os seus próprios quadros de referência, a sua linguagem e as suas categorias mentais. [66]

As entrevistas foram realizadas no espaço da Instituição por se tratar de um espaço acolhedor onde os jovens se mostravam espontâneos na organização dos seus comportamentos e atitudes.

As entrevistas semi-directivas, tiveram como complemento, o registo escrito e a descrição da forma como os jovens se comportavam, se apresentavam e se revelavam ao longo da entrevista. Foi elaborada para o efeito uma grelha de observação directa (em Anexo VII), para a análise dos comportamentos, posturas, atitudes e indumentária dos jovens. Tivemos também em consideração o grau de receptividade dos jovens à realização das entrevistas, sendo que nalguns casos a solicitação da entrevista foi feita alguns meses antes da sua realização, e em outros casos a solicitação e a aceitação da realização da entrevista foi imediata, ou seja, ocasional. Vimo-nos por conseguinte constrangidos com a reticência de alguns jovens na aceitação da realização da entrevista, o que traduziu desde logo uma atitude de resistência à invasão da privacidade.

Curiosamente, houve casos em que a aceitação foi imediata e posteriormente no momento da entrevista a resistência e o evitamento em falar da vida privada foi evidente. Por outro lado, outros casos de reticência em realizar a entrevista foram claros à partida e posteriormente, no momento da entrevista, surpreenderam-nos pela positiva com a exposição de vivências pessoais e intimas.

Na verdade, compreendemos que a arte de entrevistar não se cinge apenas ao momento da condução da entrevista, o entrevistador deve ser um "artista" na forma de abordar e deve saber lidar com as mais variadas situações que se apresentam no contacto prévio à entrevista. Por outras palavras, pensamos que o investigador tem que assumir um papel de "sedutor" para a concretização e operacionalização das suas técnicas de investigação, quando se encontra face a manifestações de resistência por parte do seu objecto de estudo. Neste sentido, pensamos que o objectivo foi conseguido ao obtermos a confiança dos jovens convencendo-os a exporem as suas vidas e sobretudo com recurso à gravação dos seus testemunhos.

[66] Uma das vantagens enunciadas por Raymond Quivy (1992) no *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, a respeito das entrevistas semi-directivas.

A opção pela entrevista de tipo semi-directiva recaiu na necessidade que sentimos em dar oportunidade aos jovens para a criação de narratividade, recusando desta forma a rigidez de guiões demasiado directivos.

Tentamos que o principal fosse a nossa escuta atenta e a valorização interpretativa dos silêncios, das posturas, dos tiques e expressões dos entrevistados ao longo das entrevistas.

Ao optarmos pela entrevista semi-directiva, situamo-nos num nível intermédio, por um lado permitiu aos entrevistados que estruturassem os seus pensamentos em torno das temáticas de nosso interesse, por outro lado evitou redundâncias discursivas que não iriam de encontro ao objecto de estudo.[67]

Tal como refere Machado Pais "A objectividade não tem, necessariamente, de ficar amarrada à obsessão do mensurável e do quantificável. Com efeito, é tão perigosa a ilusão subjectivista quanto a ilusão objectivista" [68]

Cientes de que a objectividade poderia então não ser de todo fiável, optamos pela complementaridade de técnicas de recolha e de tratamento da informação.

Foram realizadas 13 entrevistas, duas delas Histórias de Vida que acabaram por ser incluídas no Estudo de Caso, dada a pertinência da informação narrada pelos interlocutores. Parece-nos um número razoável de entrevistas para ilustrar os percursos de vida dos jovens residentes no Bairro do Cerco.

A entrevistas foram sujeitas à análise conteúdo, como análise dos discursos proferidos pelos jovens. A análise do discurso foi efectuada atendendo a um conjunto de categorias e subcategorias que entendemos por bem definir na atribuição de sentidos ao tipo de vivências apresentadas pelos entrevistados.

A definição de categorias por ciclo de vida (ciclo da infância, ciclo da adolescência, ciclo da idade adulta) foi necessário à construção dos sistemas de percepção e aos sistemas de sentidos atribuídos pelo grupo de entrevistados. A unidade de contexto utilizado foi a página e a unidade de registo utilizadas foi a frase.

---

[67] ALBARELLO, Luc, e Outros, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Trajectos, Gradiva, 1997.

[68] PAIS, Machado José, *Ganchos, Tachos e Biscates, Jovens Trabalho e Futuro*, Colecção Trajectórias, Porto, Ambar, 2001.

Histórias de Vida

Além da aplicação da entrevista semi-directiva, optamos também pela história de vida, como método complementar deste estudo, e que embora não tenha sido perspectivado inicialmente, revelou-se efectivamente um modo mais eficaz de obtermos relatos imediatos com o recurso às memórias que os jovens conservam dos seus percursos de vida. São testemunhos de histórias imediatas, relatadas com espontaneidade pelos dois entrevistados e que de outra forma não teriam tão bem exposto as suas vivências e as suas memórias de acordo com as temáticas abordadas.

As histórias de vida, tal como as entrevistas tiveram como orientação um guião com as temáticas da Família, Escola, Bairro, e de acordo com os vários ciclos de vida: infância, adolescência, o ciclo de vida adulta.

Esta estruturação veio facilitar os testemunhos de história de vida dos jovens que seguiram com algum interesse os ciclos de vida definidos previamente. Na aplicação desta técnica fizemo-nos socorrer de uma grelha de observação directa para a análise dos comportamentos e atitudes apresentados no decorrer da entrevista, bem como do vestuário e da indumentária que se fizeram transportar.

Considerações metodológicas

Tal como Machado Pais, também consideramos que " os estudos de caso, como acontece com as demais metodologias qualitativas, orientam-se por uma epistemologia interpretativa. Ao estudar-se um caso, o objectivo não é o de representar o mundo; basta a representação do caso. Aliás, um caso não pode representar o mundo, embora possa representar um mundo no qual muitos casos semelhantes acabam por se reflectir." [69]

A resistência manifestada e a fuga às questões, sobretudo relacionadas com a família e com a infância, foram uma constante comum à maioria dos entrevistados, apesar da empatia estabelecida com o grupo ao longo do período em que decorreu a investigação. As reacções de evitamento são deveras tradutoras do desvio e do afastamento à disciplina e a uma ordem coerente. Neste caso, os jovens não apresentavam na sua maioria um seguimento coerente das experiências relatadas por referência aos vários momentos das

[69] PAIS, Machado, *Ganchos, Tachos e Biscates - Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Ambar, 2001, p.109.

suas vidas. A possibilidade de realizarmos a análise documental acima citada foi fundamental para esclarecemos os contextos familiares e escolares dos jovens que não foram revelados em entrevista.

Relatos escritos de um dia de vida

Além das técnicas de recolha de informação já mencionadas, acrescentamos ainda relatos por forma escrita de um dia na vida de cada jovem. Apesar de inicialmente reticentes, acabaram por aceitar relatar por escrito a organização mental dos seus comportamentos e atitudes num dia ao seu critério.

Os resultados obtidos da análise dos registos diários de cada um dos jovens, foram de facto, ao encontro do manancial de informação obtida através da aplicação das restantes técnicas. Para a análise dos dados obtidos serviu a efeito um quadro de agregação de informação pertinente, estruturada conforme as várias esferas da vida do jovem, bem como a variável tempo de cada acção. (Para melhor elucidação consultar quadro de análise de registos diários em Anexo VII).

Por último, importa referir a vantagem que tivemos em observar *in loco* alguns comportamentos produzidos por elementos familiares dos jovens e aceder a alguma informação familiar e escolar que de outra forma seria bastante dificultoso obter.
Para o mesmo efeito serviram também contactos informais com moradores do Bairro, com os técnicos e dirigentes da Instituição CERPORTO.

Digamos que o espaço do Bairro foi bastante explorado na procura incessante de mais informação relativa aos jovens entrevistados.
Os encontros inesperados e informais com os jovens nos diferentes espaços do Bairro (como por exemplo na paragem de autocarro, na rua, na praceta, etc) constituíram um meio privilegiado de estreitamento de relações e de redução de desconfianças.

Embora cientes da fraqueza que algumas técnicas de recolha de informação pudessem revelar no que respeita à sua fiabilidade, o cruzamento de informação obtida foi de extrema importância para um conhecimento mais rigoroso e profundo do nosso objecto de estudo e para a confirmação ou não dos enunciados hipotéticos definidos à partida.

CAPITULO V

Caracterização do objecto de estudo e enquadramento da investigação

O espaço e o tempo são variáveis que nos permitem apreender a realidade de forma coerente e precisa, na medida em que se assumem como determinantes na configuração e estruturação das dinâmicas sócio-culturais dos indivíduos. Por conseguinte, a contextualização/ enquadramento dos fenómenos constitui uma etapa fundamental no decorrer de qualquer investigação que se pretenda ver validada.

O espaço pode ser encarado como um "factor indutor" e mesmo como um "factor induzido", o que permite uma melhor apreensão e explicação do sentido de que se reveste a relação com a materialidade na constituição de uma dinâmica social. [70]

Face a um determinado contexto, cada posição social, cada actividade dispõe de possibilidades diferentes, numa lógica de apropriação diversificada. Neste sentido, o espaço é tido como uma determinante social global, que assume um determinado significado num modelo complexo, onde intervêm outras determinantes. Digamos que o espaço surge no plano da vida quotidiana como um lugar de convergência onde facilmente se detecta a presença de diferentes actores.

O contexto sócio-geográfico onde incidiu a nossa pesquisa, é caracterizado pela sua forte natureza semi-periférica que se nos apresenta sob a forma de um aglomerado de indivíduos de escassos recursos económicos e financeiros, realojados numa unidade habitacional sob a designação de Bairro.

O conceito de Bairro exprime no concreto a ideia de "um outro" modo de vida urbano, muitas vezes desintegrado do espaço a que supostamente, ou pelo menos geograficamente pertence. Podemos designá-lo também como a auto-concentração de um ou mais grupos de população que na ausência de recursos para a aquisição de um habitat próprio recorrem à ajuda do Poder Autárquico no sentido de aí serem realojados.

Como refere Rémy o Bairro está frequentemente vazio de equipamentos e constitui um local, onde se vive de uma forte dissociação entre o profissional e o extra-profissional.

O Bairro, embora situado na cidade, conserva um modo não urbanizado de apropriação do espaço onde se inscreve numa continuidade com o passado, funcionando como um interstício entre a zona urbana da cidade e uma zona mais rural que ainda é

[70] RÉMY, Jean, VOYÉ, Liliane, *A Cidade Rumo a uma nova definição?*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.

conservada. Talvez por este motivo, verifica-se um reinvestimento dos habitantes no que respeita à valorização dos modos de vida não urbanizados. A unidade de vida colectiva que é o Bairro, agrega grupos populacionais que tem preferência pela imobilidade espacial, quer por via da escassez de recursos económicos, quer por via da ausência de outras alternativas. A concentração de grupos sociais desfavorecidos parece contribuir para a concentração de problemas sociais e para o agravamento das condições de vida dos mesmos grupos, uma vez que do realojamento destes decorre muitas vezes um processo de isolamento em relação ao restante espaço da cidade.

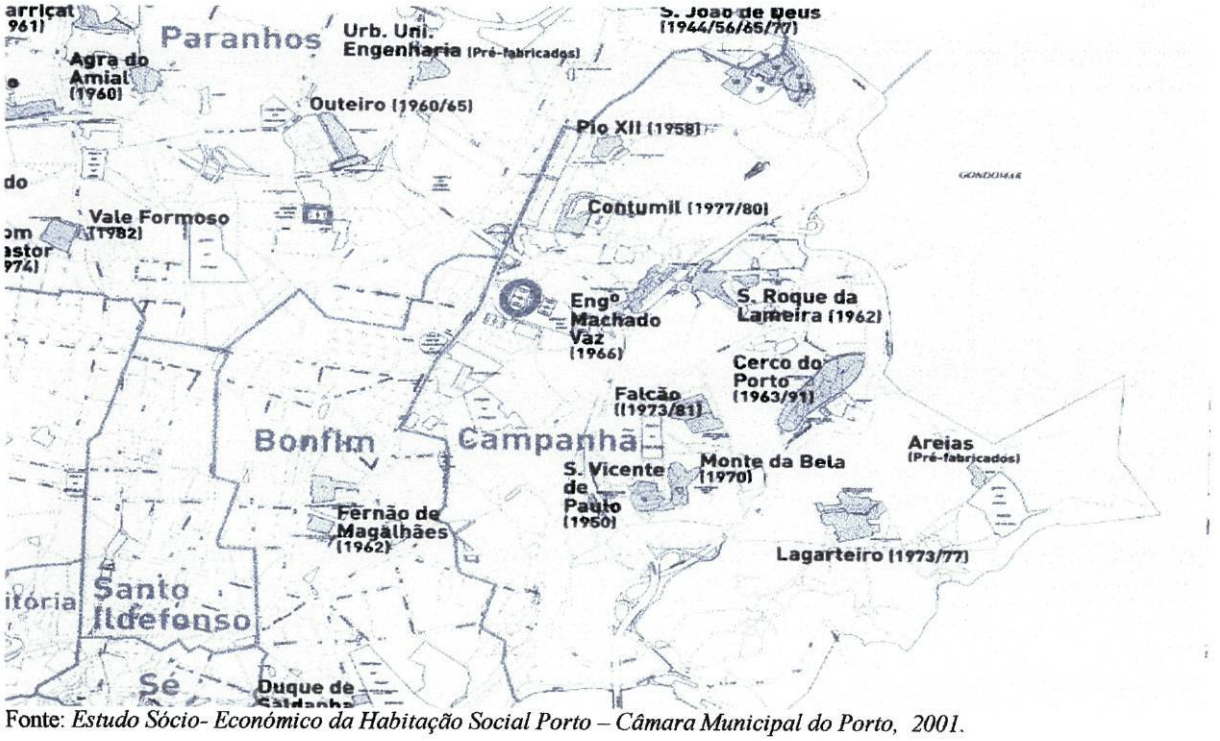
O contexto onde procedemos a esta investigação foi um dos Bairros tidos como um dos espaços mais problemáticos da cidade do Porto, o Bairro do Cerco. Este Bairro encontra-se situado na zona Oriental da cidade do Porto, pertencente à Freguesia de Campanhã – em extensão, a maior do Concelho do Porto e a segunda mais populosa (com cerca de 50.000 habitantes), contíguo à Estrada da Circunvalação e na proximidade do Concelho de Gondomar.

Figura 1

Mapa da Freguesia de Campanhã

Cidade do Porto

Bairros de Habitação Social



Fonte: *Estudo Sócio- Económico da Habitação Social Porto – Câmara Municipal do Porto, 2001.*

O referido Bairro foi inaugurado em 1963 e é actualmente o maior bairro social da autarquia, constituído por 892 fogos – 802 agregados familiares e 3.060 habitantes. Trata-se de um bairro gerido em regime de aluguer pela Câmara Municipal do Porto, não se tendo registado até à data alterações no sistema de rendas. A localização periférica e o conjunto de factores de ordem económica, social e urbanística, tem vindo a contribuir ao longo de várias décadas, para uma progressiva degradação sócio-urbanística e ecológica da zona de Campanhã e nomeadamente do Bairro do Cerco do Porto.

Figura 2
Ilustração de um dos Blocos do Bairro do Cerco próximo à Estrada da Circunvalação



A imagem das polarizações e clivagens sócio-espaciais produzidas pelo processo de crescimento económico e pelas políticas urbanas é uma das marcas bem visíveis na referida zona geográfica.

Figura 3

Imagem do Bloco 3 do Bairro do Cerco
Espaço demarcado de convivência juvenil



Quadro Nº 1
Caracterização Sócio-Demográfica da Freguesia de Campanhã
Habitação Social

Bairros de Campanhã	Nº Fogos	Nº Agregados	Nº Pessoas
Areias	20	16	58
S. João Deus	434	396	1.591
S. Vicente Paulo	220	187	669
Pio XII	124	111	365
S. Roque da Lameira	436	384	1.204
Eng. Machado Vaz	273	239	779
Cerco do Porto	**892**	**802**	**3.060**
Monte da Bela	236	221	711
Lagarteiro	447	398	1.766
Falcão	397	381	1.366
Contumil	254	245	949
TOTAL	3.733	3.380	12.518

Fonte: *Estudo Sócio- Económico da Habitação Social Porto – Câmara Municipal do Porto, 2001.*

O Bairro do Cerco do Porto, tal como a Freguesia a que pertence, não se assumem como espaços integrados na cidade do Porto, nem tão pouco como parte integrante do fenómeno urbano como refere Paula Guerra .[71]

Trata-se de um contexto social muito específico, por todas as problemáticas que lhe estão associadas, desde a marginalidade, a delinquência, o consumo e tráfico de droga, a prostituição, etc, aspectos que determinam e condicionam fortemente os modos de vida de todos aqueles que nele se encontram inseridos.

A forte concentração espacial da população carenciada – famílias na sua grande maioria de baixo estatuto sócio-económico, com níveis de rendimento bastante baixo – tem efeitos perversos ao nível da produção de determinados problemas sociais, de que são exemplo certos comportamentos desviantes que se vão afirmando pela negativa acentuando os estigmas sociais.

Tal como refere Paula Guerra, o Bairro do Cerco " configura-se como uma zona de forte visibilidade de problemas sociais tais, como a concentração de comportamentos desviantes ligados ao consumo e tráfico, de droga, a desintegração da população residente activa face ao mercado de trabalho, a sobreocupação dos alojamentos e a degradação arquitectónica e ambiental".

Do reconhecimento das problemáticas associadas ao Bairro decorre a assunção de rótulos e estigmas da população residente, que condicionam fortemente as práticas de sociabilidade, a apropriação que fazem dos espaços e a própria percepção que deles têm.

A demarcação territorial, e a apropriação de determinados espaços de sociabilidade no Bairro, são aspectos fundamentais na configuração das práticas sociais dos jovens que temos por objecto de estudo.

Esta Investigação permitiu-nos confirmar os principais problemas sociais que caracterizam este Bairro. Entre os mais visíveis encontram-se: o desemprego de longa duração, o emprego precário e baixos rendimentos, o analfabetismo e a ausência de qualificações, o envelhecimento da população, a desestruturação familiar, o absentismo/insucesso e abandono escolar precoce, a delinquência juvenil e marginalidade, a degradação habitacional e sobrelotação, a negligência familiar e maus tratos, a violência doméstica, o

[71] GUERRA, Paula, A *Cidade naEncruzilhada do Urbano*, Porto, UP, 2002.

alcoolismo, o consumo e tráfico de droga, as situações de endividamento, o isolamento social, os problemas familiares e relacionais, a gravidez precoce.

Figura 4
Bloco 3 do Bairro do Cerco
Momento de encontro de jovens



O Bairro do Cerco, tal como muitos outros bairros de habitação social, pela sua concentração de grupos mais vulneráveis e pela concentração de uma extensa panóplia de problemas sociais, é tido como um território de exclusão. A interiorização dos rótulos e dos estigmas por parte da população que o habita condiciona fortemente as vivências e as práticas de sociabilidade, as formas de apropriação e de percepção do espaço e mesmo as estratégias face ao poder e ao planeamento urbano e social.

A identificação da população residente com o bairro enquanto local de residência é uma referência importante na análise do espaço. "As referências identitárias face ao Bairro

constroem-se e reproduzem-se em função do gosto pelo Bairro e dos sentimentos de pertença face a esse mesmo espaço." [72]

O referido "mau ambiente" é o principal promotor de um sentimento de desgosto pelo bairro. Enquanto que " o gosto pelo Bairro conjuga-se com sentimentos de pertença face ao mesmo espaço". O gosto pelo bairro traduz-se num comportamento de habituação em relação ao bloco como local de habitação. A configuração das práticas sociais que aí se desenham, espelham cada um destes sentimentos, ou de gosto ou de desgosto pelo Bairro.

A heterogeneidade de referências culturais e de situações sociais que caracterizam o bairro tem, necessariamente, influência no próprio modo como se vê e se representa o espaço, e nas diversas formas com os moradores dele se apropriam. Há que salientar, que no que se refere às desigualdades territoriais, estas são visíveis logo na demarcação das zonas do próprio bairro. Geralmente há uma divisão física mais ou menos delineada, trata-se por vezes de uma demarcação étnica, racial ou então mesmo no que se refere às condições de vida.

O bairro caracteriza-se normalmente pela existência de uma forte identidade negativa resultante do facto de nele coexistirem diferentes grupos sociais e identidades culturais. Por isso , são visíveis as fortes sociabilidades conflituais decorrentes da "ofensa" e da "intriga". Por vezes a má vizinhança também é a razão explicativa dos conflitos existentes num bairro. Porém, e ao contrário do que possa parecer, os amigos que são feitos no bairro são de grande importância para estas populações, o que indica a possibilidade de bons relacionamentos entre os vizinhos.

A existência de uma multiplicidade de referências identitárias e a particular permeabilidade à mudança destas identidades, através dos diferentes processos sociais por que os indivíduos passam ao longo da vida revela a complexidade dos processos de (re)estruturação das identidades sócioculturais.

O facto de se viver num Bairro contribui sem dúvida para uma grande "fragilização identitária", por exemplo em relação aos emigrantes traduz-se numa certa demarcação face aos sistemas culturais./étnicos de origem. O Bairro social tem uma conotação negativa, de inferiorização social e cultural que é interiorizada pela população que aí habita, arrastando consigo a segregação e a marginalização. Essa inferiorização agrava a indefinição

[72] GUERRA, Paula, *A Cidade na Encruzilhada do Urbano*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2002. (p. 408)

identitária que lhe está associada, promove as estratégias de isolamento e a demarcação face ao território.

A identidade cultural de um Bairro social poderá ser entendida como o resultado do cruzamento de dinâmicas internas e externas, que resultam por sua vez das redes sociais conflituais, do fraco sentimento de pertença e das divisões ou demarcação do Bairro, e por último da forte imagem negativa que o exterior lhe atribui.

As vivências num Bairro são frequentemente marcadas por fenómenos de segregação e de exclusão que contribuem para produzir e reproduzir processos de marginalização de carácter cumulativo incidentes nestes territórios e nas populações que o habitam.

No entanto, e apesar da panóplia de aspectos negativos que lhe estão associados, o Bairro do Cerco, constitui sem dúvida o habitat natural dos seus moradores, bem como o seu território de pertença, com o que de bom e de mau lhe possa ser atribuído. As vivências dos seus habitantes no próprio espaço de pertença, a percepção e a apropriação que fazem dos espaços do Bairro são, na realidade, aspectos que fortalecem a ligação estreita que mantém com o Bairro no desenvolvimento das suas práticas de sociabilidade que preenchem o seu quotidiano.

Acreditamos que, apesar de toda a fama construída pelos "estranhos" ao bairro - porque é uma construção/representação social imaginária – este é, e não deixará de ser para os seus moradores, e no caso especifico para os jovens entrevistados, um espaço familiar de defesa, de partilha, de bons e maus momentos vivenciados por eles. De um espaço onde apenas se gera hostilidade quando efectivamente surge necessidade de defesa do seu território e dos seus habitantes.

A defesa do território por parte dos moradores aparece de tal forma vincada, quer na presença de estranhos, quer pela informação muitas vezes veiculada pelos mass media, que a nosso ver vem provar a forte ligação identitária com o Bairro numa atitude de apreço e sentimento de afeição pelo local onde habitam.

Tido como um espaço familiar, de defesa e de identificação para os jovens que constituíram o objecto de estudo desta Investigação, assume-se como o próprio habitat natural, onde a rua traduz a continuidade do familiar.

A título ilustrativo apresentamos aqui um exemplo que espelha, quanto a nós, a representação que os jovens entrevistados tem do próprio Bairro, quando transitam de pijama pela rua e até se deslocam, assim mesmo, à Instituição CERPORTO, outras vezes

descalços e em tronco nu, aspectos que não causam qualquer tipo de constrangimento face aos estranhos. Estas situações ocorrem com normalidade no Bairro e na vida dessas pessoas, o que nos leva a questionar o que será o normal e o que será anormal.

Efectivamente, estes comportamentos e atitudes dos jovens demonstram-nos uma representação social do espaço em que vivem, assumindo desta forma a continuidade do Bloco ou casa em que habitam às ruas do Bairro. A privacidade e a intimidade quase que não ganham lugar num meio onde as práticas de sociabilidade são fortemente destacadas pelo convívio entre vizinhos e amigos que residem no Bairro e onde a vida familiar não se cinge ao que apenas acontece em casa, mas antes se alarga ao que acontece no Bairro.

O objecto de estudo que aqui temos por referência é um grupo de jovens entre os 12 e os 18 anos, residente no Bairro do Cerco do Porto, e frequentadores da Instituição CERPORTO , que acolhe crianças e jovens em situação de exclusão social.

O objectivo deste estudo é conhecer, de perto, as vivências, as representações e os mecanismos de exclusão social que fazem destes jovens um grupo com características tão específicas, próprias de quem partilha os mesmos valores e a mesma cultura de resistência.

O nosso trabalho será traçado em função do que pensamos serem factores condicionantes da exclusão social destes jovens, e em função das várias vertentes em que tal exclusão se pode manifestar.

Neste sentido, atribuímos importância aos ciclos de idade destes jovens (adultos) e às esferas: familiar, escolar, laboral, e ao lazer, como forma de apreender quais as causas e condicionantes dos percursos de exclusão e quais as suas consequências na vida dos jovens.

Apresentando formas de estar muito próprias, estes jovens não se assumem como vítimas da exclusão, porque a aceitação é algo a que eles não se sujeitam pela sua atitude de resistência ao que é normativamente estipulado pela sociedade.

CAPITULO VI

As vivências da exclusão

A análise de todos os dados recolhidos nesta investigação passaram por uma análise de conteúdo, como um conjunto de técnicas de análise de diversas comunicações, visto que "tudo o que é dito ou escrito é susceptível de ser submetido a uma análise de conteúdo." [73] Procuramos os significados inerentes às informações orais e escritas e procedemos ao seu tratamento descritivo e à sua interpretação.

Para tal, foram elaboradas unidades de codificação ou de registo e unidades de contexto. As unidades de registos permitiram-nos codificar a unidade de significação do segmento de conteúdo, com vista à categorização e à contagem frequencial (neste caso foi utilizada a frase). Enquanto as unidades de contexto serviram-nos de unidades de compreensão para codificar as unidades de registo que corresponde aos segmentos da informação (temáticas).

A categorização foi utilizada na classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e posteriormente por reagrupamento segundo o género, com os critérios que previamente definimos das temáticas. Este processo de categorização consiste na elaboração de um inventário de forma a isolar os elementos, e na classificação de forma a repartir os elementos procurando impor uma organização da informação.[74] (Para melhor elucidação devem-se consultar em Anexo os instrumentos de categorização e tratamento de informação da respectiva técnica de análise).

Sob os olhares de um estranho

A observação directa constituiu uma fase fundamental para a apreensão de comportamentos, atitudes, posturas, formas de estar, vestuário e indumentária, aspectos que representam e simbolizam estilos de vida enquadrados num tempo e num espaço, e que de outra forma, não seria possível compreender. Para o efeito foi construída uma Grelha de observação directa, onde constam as Categorias que nos permitiram apreender e organizar a informação observada. (Ver Anexo I)

[73] HENRY, P. MOSCOVICI, S., *Problèmes de l'analyse de contenu,* Langage, Setembro 1968, nº II.
[74] BARDIN, Laurence, *Análise de Conteúdo,* Lisboa, Edições 70, 1977.

A observação directa decorreu quer em situações de maior formalidade, como festas públicas e eventos, e em situações menos formais, quer na Instituição quer fora da Instituição (no Bairro e ainda fora do Bairro).

Na observação directa de momentos em que decorriam actividades no interior da Instituição os comportamentos diferiam entre aqueles que participavam nas actividades, e aqueles que não mostravam qualquer interesse pelas. Estes últimos optavam por atitudes "irreverentes", e comportamentos indisciplinados que dificultavam a execução das actividades. Estes comportamentos eram mais visíveis nos jovens do sexo masculino que mostravam mais imposição em relação aos outros.

Embora as jovens do sexo feminino também aderissem aos comportamentos indisciplinados, tal ocorria mais frequentemente na ausência dos jovens do sexo masculino. O que, de alguma forma, denota a importância atribuída ao papel instrumental do homem como elemento com maior poder e domínio face à mulher.

Fazer distúrbios e perturbar a realização das actividades era um comportamento frequente da maioria dos jovens que, insatisfeitos com as actividades planeadas mais dirigidas às crianças, reivindicavam espaços para poderem dedicar-se a outras formas de ocupar os tempos livres.

As actividades onde se registava maior participação por parte dos jovens eram os jogos de cartas (ex: sueca), as actividades desportivas (futebol e ping-pong), e ainda jogar computador.

Importa referir que, dada a fraca capacidade da Instituição, em termos de espaço físico, em termos de equipamentos e talvez em termos de recursos humanos, as actividades eram diariamente dificultadas pelos comportamentos "irreverentes" dos jovens.

A título exemplificativo, podemos recorrer às situações em que os jovens pretendiam jogar computador. Desprovida de computadores em número suficiente que pudesse satisfazer as preferências de todos os jovens e crianças, este constituía um motivo de reivindicação, de zanga e de conflito entre eles, o que os levava, em alguns casos, a bater a porta à saída. Quando colocados de castigo, alguns mantinham-se do lado de fora a dar "pontapés" à porta, ou mesmo a rebentar bombas de carnaval, para perturbarem o funcionamento da Instituição.

Na observação directa de momentos no exterior da Instituição, na realização de actividades desportivas por exemplo, no campo de futebol cedido pela Junta de Freguesia

de Campanhã, os jovens, embora satisfeitos pela natureza das actividades, conseguiam na maior parte das vezes, entrar em conflito, apresentando comportamentos descoincidentes com a disciplina que os técnicos responsáveis pretendiam manter para exemplo dos mais novos.

Outras das situações observadas foi também num local situado no Bairro do Cerco, mais concretamente no auditório do Centro de Formação Profissional do Cerco, para a realização de um espectáculo de ilusionismo e dança, promovido pela Instituição CERPORTO. Embora este Centro de Formação se situe no Bairro do Cerco, estes jovens só tem acesso de entrada quando a Instituição realiza no local alguma actividade. Apesar do Espectáculo ter corrido com normalidade, porque se encontravam cerca de 300 pessoas no auditório, a instabilidade de alguns jovens era bem visível pelo "entrar e sair" frequente do espaço, preferindo estar numa das entradas do Centro.

As posturas adoptadas pelos jovens no decorrer do espectáculo eram na sua maioria, "mandar piropos e bocas" aos participantes e, embora sentados, mantinham os pés e as pernas apoiados nas cadeiras da frente. Por sinal, o local parecia estratégico para causar distúrbios, dado que se encontravam nos últimos lugares do Auditório. De facto, as cadeiras ficaram destruídas e o espaço exterior foi animado com grafittis. (Ver Anexo IX, fotos elucidativas dos comportamentos e atitudes dos Jovens).

As observações directas de carácter mais informal ocorreram nos trajectos realizados pelo Bairro, espaços demarcados, blocos que se assumem como pontos de paragem pelos jovens, dominantemente do sexo masculino, para fazerem e fumarem "charros, uma prática diária e considerada normal para os moradores. As escapadelas de mota, muitas vezes sem capacete, também são habituais em momentos de passagem pelo Bairro.

As indumentárias e vestuários utilizados pelos jovens do sexo masculino resumiam-se aos bonés (de marca), t-shirts ou camisolas desportivas (de marca na sua grande maioria), em sapatilhas desportivas de marca Adidas por exemplo, e calças de ganga ou desportivas preferencialmente de marca. O uso de brincos de ouro é um outro aspecto que faz parte da indumentária destes jovens. O cabelo é usado muito curto e espetado. Tirar a camisola ou a t-shirt era um acto habitual na época do Verão, mesmo dentro da Instituição.

Quanto às jovens, o uso de roupas de marca é menos visível, mas é mais evidente por exemplo quando se faziam acompanhar dos filhos ainda muito bebés com sapatilhas de

marca. De um modo geral, as jovens apresentam-se com calças por vezes de ganga, camisolinhas muito reduzidas, brincos de ouro, cabelos compridos e às vezes pintados.

Também foram passíveis de observação directa situações em que algumas jovens passavam na Instituição vestidas de pijama e com chinelos.

Pensamos que a observação directa, constituiu um dos meios mais importantes na definição e redefinição dos nossos pressupostos teóricos e metodológicos na medida em que a pertinência da informação daí obtida possibilitou um direccionamento mais preciso e coerente dos objectivos a atingir nesta investigação.

A observação directa revelou-nos os limites de aceitação da disciplina e dos princípios normativos por parte dos jovens. A não participação nas actividades da Instituição decorria muitas vezes pela imposição da disciplina pelos técnicos face aos jovens participantes. Ou seja, os jovens quando obrigados a seguirem um disciplina e um comportamento exemplar para as crianças que também frequentam a Instituição, recusam-se a participar, optando pelo isolamento que, no fundo, funciona como auto-exclusão e resistência.

A reinvindicação, o conflito e os distúrbios acontecem também quando os jovens são preteridos em relação às crianças na realização de actividades, ora seja, porque os técnicos conseguem mais facilmente trabalhar com as crianças, ora porque os jovens não se querem sujeitar às regras.

O inconformismo é manifestado pelo recurso ao "charro" como prática que tinham por hábito fazer também à porta da Instituição, quando não o conseguiam fazer dentro da mesma.

Entenda-se, também, que, embora os conflitos e a violência física sejam uma prática muito frequente no decorrer das actividades da Instituição, também é certo que, uma vez um técnico envolvendo-se na discussão, a união e a defesa dos jovens partiam num só sentido, contra o técnico, o que revela o forte sentimento de pertença e a necessidade de defesa face ao estranho que não mora no Bairro. Os laços de solidariedade saem reforçados quando surgem situações de conflito e o envolvimento de pessoas externas ao Bairro.

Documentos que "falam"

A informação recolhida da análise documental efectuada, foi ordenada segundo um conjunto de itens que fizemos constar num Quadro Individual nº1 de Análise (por jovem), que pode ser consultado no Anexo II, e num Quadro Geral nº 2 de agregação de dados relativos ao total de Jovens da Instituição CERPORTO, dos quais seriámos apenas aqueles que por nós foram entrevistados. (Ver também Anexo II)

O conjunto de itens utilizados foram: o sexo, a idade, a naturalidade, a residência, o percurso escolar, a actividade ocupacional, o agregado familiar, os tempos livres, o trajecto de vida, a frequência na Instituição e o seu grau de autonomia e participação.

Dos jovens entrevistados, 5 eram do sexo masculino e 8 do sexo feminino. Do sexo masculino 2 jovens tinham 18 anos, 1 tinha 17 anos e 2 jovens tinham 14 anos. Enquanto que do sexo feminino 1 jovem tinha 18 anos, 2 jovens tinham 17 anos, 2 jovens tinham 16 anos, 1 jovem tinha 15 anos, 1 jovem tinha 14 anos, e ainda outra jovem tinha 13 anos.

A grande maioria dos jovens eram naturais da Freguesia de Campanhã e nasceram no próprio Bairro, apenas 4 jovens referiram que tinham outra naturalidade, no entanto pertencentes ao Grande Porto.

Residentes no Bairro do Cerco do Porto, 6 jovens já tiveram a experiência do abandono escolar precoce, influenciado por percursos de insucesso escolar. Por outro lado, verificamos que apenas 2 jovens não tinham nunca reprovado até ao momento, sendo que na sua grande maioria a média de reprovações oscilavam entre os 2 e os 3 anos.

Quanto à actividade ocupacional dos jovens constatamos que apenas 6 jovens se encontram na escola, 2 jovens encontram-se em situação de trabalho precário, os restantes 5 jovens encontram-se desempregados ou por outras palavras sem ocupação profissional. Será de salientar, que dos 6 jovens que frequentam a escola, 1 encontra-se "integrado" num projecto individual devido às dificuldades de aprendizagem manifestadas, e 3 encontram-se a frequentar cursos técnico-profissionais que permitem a equivalência do 9º ano.

Relativamente à situação familiar, 7 jovens apenas vivem com o pai e com a mãe, mas 2 deles já viveram a experiência de separação provisória dos mesmos. Dos restantes 6 jovens, 2 jovens vivem com o elemento paterno e com irmãos, 1 jovem vive com o elemento materno e com padrasto, outro jovem vive com a mãe, com o namorado e com o filho, 1 jovem vive com a mãe e com o irmão, outro jovem vive sem a mãe e sem o

padrasto que estão detidos por apreensão de droga, encontrando-se a viver com 2 irmãos menores.

Importa também referir que apenas 8 elementos (pai/mãe) destes jovens se encontram a trabalhar, apesar de se tratar de trabalho precário (ex: empregada de limpeza, motorista, pintor, cozinheira, etc.) Enquanto os restantes elementos se encontram em situação de desemprego, ou desenvolvem outras formas de sobrevivência (economia subterrânea) como seja "passar rifas", por exemplo.

Quanto às actividades de ocupação dos tempos livres, as que revelam preferência por parte dos jovens do sexo masculino são as actividades desportivas (jogar bola, jogar ping-pong), ouvir música, ver televisão e jogar jogos no computador. Enquanto que as actividades de preferência das jovens são: ouvir música, ver televisão, dançar, e bordar.

Além destas actividades todos os jovens referem como actividade de tempo livre "estar com os amigos", passear pelo Bairro e apenas um dos jovens (talvez porque trabalhe), referiu gostar de ir às compras.

No que respeita aos trajectos de vida, e como já foi frisado na questão da naturalidade, apenas 4 jovens nasceram fora do Bairro mas cedo vieram morar para o Bairro. Todos frequentaram as escolas do Bairro (primária, preparatória e secundária) à excepção daqueles que abandonaram o seu percurso escolar com o 4º ano (1 jovem), e 6 jovens ainda frequentam a escola preparatória. Verificou-se ainda que o abandono escolar de alguns deu-se curiosamente quando transitaram para a escola preparatória, mas como já dissemos, após experiências de reprovação escolar.

Finalmente, no que se refere à frequência da Instituição CERPORTO, a maioria dos jovens não frequenta a Instituição diariamente, ou por motivos de incompatibilidade com os horários escolares, ou por questões relacionadas com a frequência da Instituição por parte das Crianças. A participação em actividades da Instituição revela-se muito reduzida, e quando aderem às actividades estas são de natureza desportiva, ou de natureza lúdica como por exemplo ver filmes, e ainda jogar computador.

Relativamente ao grau de autonomia dos jovens há que dizer que a maioria mostra alguma autonomia, e quando não decorrem actividades da sua preferência não participam limitando-se a ir embora, ou então a impedir que elas se concretizem.

Desta análise podemos arriscar em afirmar que estes jovens tem traços identitários muito comuns, não menosprezando, obviamente, as particularidades dos seus percursos de vida e de aspectos que os possam diferenciar entre si. No entanto, partilham dos mesmos

valores, dos mesmos estilos de vida (uns mais do que outros naturalmente) e da mesma cultura juvenil.

Vidas à deriva –discursos cruzados

As entrevistas semi-directivas e as histórias de vida aqui também incluídas com fim de complementaridade, tiveram como suportes dois guiões de entrevista construídos segundo alguns parâmetros de análise. (Ver Anexo III)

Da análise de conteúdo das entrevistas semi-directivas efectuadas aos jovens residentes no Bairro do Cerco do Porto, foram apurados resultados que consideramos relevantes, conforme se poderá comprovar no Quadro nº1 referente à análise dos dados individuais e no Quadro Geral nº2 de análise de dados (ver Anexo IV), e obviamente, na leitura sequencial da listagem de categorias definidas à priori.

Passaremos, então, a descrever os resultados apurados e as categorias (em AnexoV) que mais se evidenciaram, por ordem descendente de importância na vida dos jovens entrevistados.

A descrição que pretendemos apresentar será consolidada com excertos quer das entrevistas semi-directivas, quer das histórias de vida realizadas, por entendermos que tais relatos são deveras tradutores da espontaneidade e dos percursos de vida destes jovens.

A ausência de projectos de vida, a desresponsabilização, a inconstância são características deste grupo de jovens, que nos revelam a ausência de reflexão em tomadas de decisão, o que se reflecte fortemente nas atitudes e comportamentos por eles demonstrados. A forma como deixam que as suas vidas sejam conduzidas, ao sabor das aventuras e das desventuras do dia-a-dia, espelham fortemente momentos de quase permanente alienação e de afastamento da realidade.

A Categoria AL, respeitante às manifestações de incoerência e de alienação, representativa do desprendimento total que o jovem manifesta em relação à forma como traça o seu percurso de vida (escola, vida familiar, vida amorosa, etc), revelou-se a categoria mais presente no quadro de análise individual de cada entrevista, bem como no quadro de análise geral.

Estes momentos, referem-se a situações de brincadeiras e partidas com consequências graves e incalculáveis, a relações amorosas esporádicas das quais resultam gravidezes precoces inesperadas, ao desprendimento e ao desinteresse manifesto em

relação ao próprio percurso escolar e ao consequente abandono, bem como a situações de violência, de furto, e a actos de vandalismo e obstrução de equipamentos públicos e privados, etc. Falamos, efectivamente, de momentos de manifesta auto-afirmação, característica da juventude que não se prendem a princípios da moral e dos bons costumes tão proclamados pela sociedade vigente. Estes são alguns dos exemplos de demonstrações de alienação manifestadas pelos jovens entrevistados.

A alienação reporta-se aos momentos em que os entrevistados não apresentam respostas coerentes às questões que lhes são colocadas, bem como à indiferença e à ingenuidade demonstradas em relação às temáticas abordadas.

As manifestações de alienação parecem ser um elemento constante da própria cultura juvenil, cultura de resistência aos modelos de comportamento dominantes e convencionais, o que implica o afastamento aos valores normativos impostos pela sociedade. O desprendimento e a desresponsabilização que pautam os seus percursos de vida constituem nesta análise aspectos identitários do grupo de entrevistados.

Tal como refere Garcia «o papel da família na produção ou desencorajamento de comportamentos desviantes constitui um dos pilares teóricos que sustentam os modelos de "subcultura" e de controlo social", no âmbito dos estudos sobre a delinquência juvenil».[75]
As práticas educacionais, condicionadas por um conjunto de factores socioeconómicos divergem obviamente, em função do estatuto familiar, podendo ou não ser promotores da delinquência.

O ser jovem é uma condição transitória, tal como refere Lopes " Ser jovem no presente momento histórico das sociedades ocidentais é estar permanentemente de passagem e, em certa medida, ser prisioneiro das condições sociais dessa mesma passagem".[76]
Ao jovem é "permitido" ser várias coisas, assumir vários papeis, em vários espaços e transitar com uma certa fluidez de uma situação para a outra.

Importa aqui fazer referência à tomada de consciência da juventude, considerada independentemente da natureza biológica, atendendo à classe social de pertença e às variáveis (idade, sexo, etc), ao considerarmos alguns atributos próprios da condição jovem

[75] GARCIA, José Luís *Estranhos, Juventude e dinâmicas de exclusão social em Lisboa*, Oeiras, Celta Editora, 2000. p.60.

[76] LOPES, Teixeira, *Tristes Escolas - Práticas Culturais no Espaço Escolar*, Porto, Edições Afrontamento, 1997, p.40.

e por último considerada de acordo, sobretudo, com o enquadramento sócio-institucional das suas práticas e pelos cenários de interacção, e nestes conforme as regiões, os jovens actuam de forma distinta e constróem de maneira plural a sua identidade porque também distintas e plurais são as suas disposições.

Os jovens assumem-se como agentes sociais que gozam de competências, que sofrem os mesmos constrangimentos de qualquer outro agente, reproduzindo-os de acordo com o enquadramento espacio-temporal onde se movem nos cenários de interacção.
Se jovens de diferentes condições sociais parecem viver situações semelhantes no quadro da nova "condição juvenil" [77], também as situações são vividas de maneira diferente, sob o efeito de polarizações sócio-económicas.

As famílias de baixo estatuto económico tendem por exemplo a valorizar valores adquirido na esfera laboral, tal como a autoridade e a disciplina (ainda que não cumpram). Isto, faz com que haja uma fraca supervisão sobre os filhos, facilitando as influências e as aprendizagens grupais e os percursos potenciadores de delinquência, que se encetam quer por percursos de insucesso escolar, quer pela incapacidade ou bloqueamento que experimentam nas oportunidades socialmente valorizadas e à proximidade com oportunidades e esquemas criminalizados, se não chegarem a ser reprovados em casa ou na comunidade.[78]

Como refere Machado Pais, a Sociologia da Juventude tem vindo a oscilar entre duas tendências: uma que defende a juventude como um conjunto social, cujo principal atributo é o ser constituído por indivíduos pertencentes a uma determinada "fase da vida", onde prevalece a procura de aspectos uniformes e homogéneos, aspectos que fariam parte de uma "Cultura juvenil" específica, de um grupo/geração definida em termos etários, enquanto outra tendência vê a juventude como um conjunto social necessariamente diversificado, partilhando (adoptando) diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades, etc.[79]

---

[77] PAIS, Machado, "A Construção Sociológica da Juventude – alguns contributos" *in Análise Social*, Vol XXV (105-106), 1990 , 1°,2°, (pp. 139-165).

[78] GARCIA, José Luís, *Estranhos – Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa,*, Oeiras,, Celta Editora, 2000.

[79] PAIS, Machado, "A Construção Sociológica da Juventude – alguns contributos", *in Análise Social*, Vol. XXV (105-106), 1990, 1°, 2°, p.139-165.

A definição de cultura juvenil é como que um qualquer "mito" por que existe mais como uma representação social do que propriamente como uma realidade visível aos nossos olhos.

A subcultura da delinquência visa fundamentalmente a apreensão da emergência e do desenvolvimento de valores opostos, não conformistas em relação aos valores dominantes na sociedade. Ora, a não conformidade com os valores dominantes surgem mais frequentemente em grupos sociais com escassos recursos económicos, que face ao desapossamento de capital cultural e económico, preferem passar a desenvolver estratégias de inconformidade " aceites" com relativa normalidade.

Por outro lado, a relação entre delinquência e identidade surge-nos aqui como forma de interpretação de algumas inconformidades. Isto porque, a delinquência resulta das vicissitudes vivenciais dos jovens, próprias de uma fase de passagem pelo problema da indeterminação identitária, que vacila entre a dependência e o desejo de autonomia.

As várias nuances de alienação obrigaram-nos a distinguir para uma melhor precisão os vários tipos de incoerências, ou dito de outra forma, tentamos perceber em que vertente da vida do jovem esta se verifica. Daí a nossa definição de sub-categorias.

Subcategoria AL1: Incoerência na forma como vivem o dia a dia:

Nas teorias de controlo social, a família surge como uma importante instância capaz de travar as influências desviantes. Neste caso, somente quando existem fortes laços familiares, os filhos sentem inibição perante a hipótese de adesão ao desvio.
Porém, também temos que compreender que se os próprios pais perdem a capacidade de incutir e desenvolver controlos internos, ou mesmo de se envolverem em acções convencionais, dificilmente os filhos se convencem e se conformam com os modelos valorativos dominantes. De outra forma, digamos que, se houver envolvimento em actividades convencionais e vínculos institucionais por parte dos pais, facilmente se consegue o reforço da conformidade.

Vejamos o caso da entrevistada nº 10 e a forma como traçou até ao momento o seu percurso de vida:

"Foi, engravidei aos 15... não, não foi o meu primeiro namorado! Já tive mais dois aqui, já tive o Queirós (riso) e lá em baixo já tive um cigano, andava com um cigano... 14... depois soube qu'ele era casado, sem eu saber, andava com ele (riso), a minha mãe, depois houve um dia qu'eu fugi... com ele, depois a minha mãe, ele parava na minha casa e tudo! Era para a minha mãe, a minha tia pensava qu'ele não era casado! A minha tia vai descobrir a vida dele, soube qu'era casado, nunca mais, depois foi um rapaz que nunca mais na vida! E se o vir agora, nem falo com ele nem nada! Só por saber qu'era casado, só, a mulher dele andava-me ameaçar! A dizer que me queria bater! Aí com essa é que foi, andava a dizer que me queria bater...!"

(...)

"Claro! Não! Então não? Não primeiro perdi a virgindade, depois engravidei aos 15 anos... Claro... depois olha ia ter com ele às dez e meia e ele vinha, depois houve uma vez que eu engravidei, a minha mãe telefonou-lhe e ele não quis saber... ele nunca mais me apareceu... Depois houve uma vez... ele abandonou-me grávida... houve uma vez que eu fui prá maternidade de urgência e ele foi ter comigo! Eu andava atrás dele todos os meses, todos os meses, houve um mês que eu parei, fui prá maternidade e ele veio ter comigo, pediu-me desculpas e veio ter comigo... foi quando aí fizemos as pazes..."

A Entrevistada nº 9 conta-nos, a propósito do momento em que abandonou a escola e após ter experimentado por pouco tempo trabalhar em confecções:

" Andei aí no bairro... depois fiquei grávida e olha... depois tava grávida... (...) namorava praí há meio ano. Olha!"

O Entrevistado nº 7 algumas coisas que costuma fazer no dia-a-dia:

" Oh!... Partir coisas lá em casa! ... Sei lá!... é de andar a jogar à bola dentro de casa! (...) "Ponho-me ma... ma... uma coisa de matrecos, o pessoal põe-se lá a jogar entretidos, não se faz nada põe-se a jogar. Depois vou pró mato à noite. Jogar à bola!

Sim à noite. Tem uns holofotes pequeninos... na linha... um gajo vê a linha do comboio."
" É a mesma coisa, é práli prá Ramadinha toda a tarde... depois à noite é jogar bola no mato sem medo pumba! Com o pessoal que pára comigo... que conhece a Cláudia... É ali pessoal de Pêgo Negro! Há mais velhos que eu, outros mais novos... Tem todos medo! Tem tudo medo! Tudo medo , só menos eu! Meto é a guerra dos nabos! Dos nabos! Não sabe o que é nabos? Os nabos que é de meter na sopa...
Arrancamos os nabos que tem lá nos campos e vamos à guerra pum!

Sub-categoria AL2: Incoerência na forma como o jovem traça o seu percurso escolar

A titulo ilustrativo, uma das demonstrações de alienação em contexto escolar apresentada pela entrevistada nº 3 - que frequenta um curso de informática com equivalência ao 9º ano, depois de um percurso escolar de insucesso - quando questionada sobre o que pretende fazer no futuro ela diz:

" Olha... vou depois para o estágio e depois é que vamos ser empresárias acho eu de computadores."(...)
" Não sei... ainda não tenho pensado nisso." "É. Mas eu primeiro queria ser médica... mas não pode ser..."

Outro relato que caracteriza a alienação vivida em contexto escolar refere-se ao entrevistado nº 7, ao qual já havíamos feito referência.

"Levamos o saco do Sr. Carlos, estavamos ao lado do ginásio, táva com o cigarro na mão, o Sr. Carlos apareceu tive de deitar o cigarro pró chom fomos prá esquadra! Não aconteceu nada! Vim-me embora, mandaram-me uma carta e fui a tribunal!... Podes ir embora à tua vida! (riso)... Cheguei lá ah... tivemos a conversar praí meia hora... "podes ir embora". Tá, obrigadinho! Até logo!... E vim-me embora mais nada! Tivemos lá a conversar e vim-me embora!"

O mesmo entrevistado apesar de enumeras dificuldades de aprendizagem e de já ter um percurso escolar caracterizado por insucessos, diz que continuará a estudar até ao 8º ou 9º ano, e quanto ao que deseja fazer no futuro responde:

" Eu quero uma coisa que me aparecer à frente! Menos andar aí como esses porcos estúpidos! Aí os badalhocos todos! Os drogados."
Curiosamente, diz que depois de ter o 8º ou o 9º ano gostava de tirar um curso de mecânica, mas confrontado com a baixa escolaridade que dificilmente lhe proporcionará acesso à inscrição para um curso de mecânica ele impõe-se:
" Quero lá saber! Tirava sempre o meu curso! Tirava! "

Pensamos que estes relatos ilustram na perfeição a ausência de informação, de capital escolar e cultural, bem como a ausência de preocupação com a construção de projectos de vida e com o próprio futuro. A alienação que pauta os seus percursos de vida é permanente. O despreendimento e a descoincidência discursiva remete-nos para o plano do imaginário que tão bem caracteriza o grupo de entrevistados.

Ainda relativamente ao percurso escolar, o entrevistado nº 13 admite que até:

" Curtia ir prá escola, mas não curtia ir prás aulas ". Considera que até não tinha dificuldades de aprendizagem mas diz que reprovou várias vezes: " Reprovei prái dois, prái três ou quatro anos".

Parece que o entrevistado entra em contradição quando em seguida afirma :

" Eu é que sou burro. Se fosse agora ia às aulas!" demonstrando-nos desta forma o seu arrependimento pelo abandono escolar precoce.

O entrevistado parece não ter sequer uma noção exacta do seu percurso de insucesso escolar, dada a reticência ao denunciar o número de anos que reprovou. Abandono, que ele próprio faz questão de frisar que teve como principal causa o absentismo escolar, fazendo como que ponto de honra mencionar o número de faltas acumuladas, constituindo pra ele um motivo de orgulho.

" Quer que lhe diga quantas faltas é que eu tive no, prái há 2 anos... foi há 2 anos... foi há dois anos... 648 faltas. Ainda tenho lá o papel , quase o ano todo!"

A entrevistada nº 11 confessa que não gostava da escola, recordando apenas que na primária saía muito para fazer recados à professora. Diz também que não se recorda da escola lembra-se só de alguns amigos que frequentavam a sua turma na altura.

A Escola parece não ter proporcionado experiências marcantes em termos de aprendizagens, dado o desprendimento com que os entrevistados nos falam do percurso escolar. As escassas memórias da Escola relatadas pelos jovens, encontram-se associadas a alguns professores ou então aos amigos e aos colegas da escola.

As atitudes inconstantes e passivas, bem como o desprendimento com que traçam o seu percurso escolar é revelador da alienação e das incoerências mentais e discursivas do grupo de jovens.

Subcategoria AL3: Incoerência e desprendimento na forma como o jovem vivencia as suas relações familiares

Vejamos a percepção de dois irmãos relativamente às suas vivências familiares:

Enquanto a entrevistada nº 11 (do sexo feminino) aceitou falar um pouco mais das vivências familiares, concretamente da separação dos pais há poucos meses atrás, o irmão, entrevistado nº 13 limitou-se a dizer que estava tudo bem.

Tratando-se de uma separação com uma duração de um ano, em que a mãe levou consigo a filha mais nova, para viver com outro companheiro, o entrevistado nº 13 parece aparentemente não ter dado grande importância ao facto aceitando-o com uma certa normalidade, já que se deu a reconciliação dos pais, curiosamente quando a entrevistada nº 11 comunicou a sua gravidez à família.

Outro testemunho de separação dos pais, é apresentado por outra jovem entrevistada de 18 anos já com um filho.

Após ter vivido com o pai e com a mãe, e encontrando-se actualmente a viver com a mãe, com o namorado e com o filho de poucos meses, dada a separação dos pais, a entrevistada nº 9 justifica a mesma da seguinte forma :

" Sim. Vivi... Porque o meu pai teve uma chatice com a minha mãe... (...) Já! Prái há 3 anos..."

Na verdade, sabemos que o pai da jovem entrevistada saiu de casa há bem menos de 2 anos. Mais uma vez verificamos descoincidência entre o discurso e a noção errada do tempo em termos de experiências de vida.

A entrevistada nº 10 apresenta-nos um retrato familiar, caracterizado por incoerências e desconexões, evidentes num discurso que perde por vezes o sentido rendendo-se a uma grande confusão de ideias.

Vejamos:

« Tinha os meus irmãos toxicodependentes... Não, eram filhos do meu pai... Sim... o meu pai, eu ia pra lá pra baixo a minha mãe, vim-me embora de vez, a minha mãe veio-me buscar, vim-me embora de vez, foi quando engravidei... engravidei... sei lá, tive em casa, a vida já é outra...(...) Não o meu pai morava ao lado, eu ia o ver de vez em quando... (...) A minha mãe andava nas pedras da rua a passar rifas e ele só lhe batia... (...) E a minha mãe pega... saiu do... saiu do meu pai e veio aqui pró Cerco pá beira do meu padrasto! E eu também desatinava muito com o meu padrasto, era só barulhos! (...) Aí vê lá ainda me lembro, só me lembro dessa coisa não me lembro de mais nada! Claro, claro que não, claro que me magoou... mas foi quando a minha mãe ia-se virar a ele quando ele disse isso em minha casa, porque ele não é mesmo meu pai! Não o meu pai é outro, Mas só qu'eu nunca mais o vi, ele deixou-me e nunca mais o vi, deixou-me em bébé e nunca mais o vi. Eu ia ter com ele e ele dava-me tudo, ele era fixe, quando eu tava com ele dava-me as coisas, eu nem tou perfilhada por o meu pai que morreu!»

Aqui está uma forma muito particular de vivenciar as relações com a família, e de agir de acordo com o papel que cada interveniente desempenha na vida da jovem.

No que respeita ao relacionamento familiar, o entrevistado nº 11 recorda algumas situações em que os pais o colocavam de castigo, concretamente quando chegava tarde a casa e quando faltava às aulas. Refere que os castigos passavam por não poder sair de casa durante algum tempo, levava também alguns estalos e diz também que *"não havia guitas pra ninguém!"*.

Uma das fortes sanções aplicadas habitualmente pelos pais relaciona-se com a privação de recursos económicos. Ou seja, um dos castigos que os jovens entrevistados referem é a privação de recursos económicos. Facto que obviamente, tem as suas repercussões, designadamente quando a ânsia de consumo está presente e os obriga a recorrerem a actos menos "próprios" como pequenos furtos, etc, para satisfazerem as suas necessidades de consumo.

Não devemos esquecer que, os jovens manifestam uma necessidade natural de distinção face aos outros. Essa distinção é conseguida por exemplo através das roupas que se envergam. "Por outro lado, se os objectos da semiótica juvenil são em grande parte mercadorias-objectos, então quais são os meios económicos para a sua aquisição e/ou quais as substituições disponíveis, criadas e produzidas? Ou, no actual contexto de diversificação e transformação rápida das representações juvenis, qual a maleabilidade das adesões dos jovens e qual o meio económico para reconverter essas imagens?"

Na realidade, o tipo de castigos aplicados pelos pais dos jovens acabam por potenciar percursos de delinquência, já que sem emprego, e mesmo já tendo abandonado a Escola, os jovens optam por traçar percursos à deriva e desenvolver estratégias de sobrevivência.

Mediante os cenários familiares aqui descritos, temos dúvidas que estes jovens percepcionem a Família como uma instituição de apoio, estável e continua ao longo da vida, quer devido às suas características, quer devido à estruturação ou desestruturação que apresentam.

A família não se assume aqui como um suporte institucional, nem tão pouco parece exercer um poder de coesão dada a frágil estruturação ou forte desestruturação que apresentam. Neste sentido, os jovens desenvolvem mecanismos de auto-afirmação social e de autonomização face à família.

Tal como refere Pais, os jovens desenvolvem estilos de vida "escapatórios" que lhes garantem uma certa mobilidade e elasticidade, que lhes permite assegurar uma

determinada autonomia individual, uma liberdade existencial que lhes confira espaços de manobra, e a possibilidade de voltar, associada ao "princípio da reversibilidade".
As ritualizações destes jovens em ruptura, passam pela prática de pequenos furtos, atentados à ordem pública, que ilustram um descarrilamento comportamental que pode a qualquer momento organizar-se.

As ritualizações, são como se sabe, elementos construtivos e estruturantes da própria identidade dos jovens, e portanto são marca das culturas juvenis que identificam os jovens com os espaços de pertença em função da frequência dos mesmos.

É com os espaços, que os jovens criam laços muito fortes no desenvolvimento de práticas e ritualizações que "preenchem" o quotidiano de cada um deles. Os aspectos identitários que os jovens mantém com os espaços tornam-se visíveis nas representações mentais que nos apresentam acerca por exemplo do território (Bairro do Cerco).
Os bairros, como diz Fernandes tendem a reproduzir, no espaço as relações de classe. Já não se trata da separação entre proletariado e burguesia como no passado."[80]
A defesa do território, é sem dúvida, a prova da identificação do jovem com o Bairro e da sua forte identidade de pertença.

As culturas juvenis aparecem geralmente associadas a conjuntos de valores, crenças, símbolos, práticas, normas, aspectos que podem ser próprios de inerentes à fase de vida a que se associam as noções de "juventude" mas também podem ser aspectos derivados ou assimilados de gerações precedentes ou até das trajectórias de classe em que os jovens se inscrevem. "A cultura juvenil requer um espaço social próprio". [81]

A par da Categoria AL, situa-se a categoria Y, referente à posição defensiva demonstrada pelos jovens em relação ao local de residência – Bairro do Cerco do Porto – e dos seus habitantes, no sentido da não aceitação do estigma que lhe está associado enquanto território desprestigiado pela opinião pública.

[80] FERNANDES, A .Teixeira, "Formas e Mecanismos de Exclusão Social", *in Sociologia, Revista da Faculdade de Letras do Porto*, 1, 1991, p. 45.

[81] PAIS, Machado, "A Construção Sociológica da Juventude – alguns contributos", *in Análise Social*, Vol. XXV (105-106), 1990, 1°, 2°, p.139-165, p.142.

Vejamos um dos exemplos demonstrativos da defesa da identidade de pertença ao Bairro pelo entrevistado nº 4, logo que lhe foi proposto falar sobre a sua vida no Bairro:, ele diz num tom quase hostil:

" Vivo cá porque nasci cá, sempre vivi cá e não tou a pensar sair daqui!" **(riso)**

Num momento seguinte, quando questionado sobre o que acha que as pessoas do exterior pensam do Bairro, o entrevistado expressa-se desta forma:

" Há quem tenha ideias pouco... negativas, que é mesmo assim... por aquilo que vem na televisão, vem a falar mal, e é droga aquilo é droga isto, lá está, não conhecem as pessoas e... o Bairro pode ter coisas más, mas também tem coisas boas! Quem não mora aqui não pode falar. Quem mora aqui é que sabem a vivência do bairro, o que é que se passa no bairro e mais nada."

Embora o entrevistado tenha consciência de que as pessoas que não moram no Bairro possam dizer mal, ele salienta que as mesmas não tem legitimidade para o fazer, já que não são moradores, e numa atitude defensiva do território diz ainda que apesar de ter coisas más o Bairro também tem coisas boas.

Apesar do entrevistado admitir à semelhança de todos os outros, que a droga é o principal problema do Bairro do Cerco, a defesa em relação ao Bairro surge mais uma vez quando diz:

" Isso é, em todo o lado! Qualquer Bairro é assim... qualquer Bairro que tenha droga dá má fama... a droga dá má fama a toda a gente..." " Não! Aquilo que passa na televisão... mas muitas coisas que dizem é falso... mas de resto o que se passa na televisão nunca é falso!
" Gosto. Seja pelo aquilo que for, seja por aquilo que disserem sempre hei-de gostar, mesmo se for morar para outro lado, é aqui... que vou parar não é em mais lado nenhum."

Embora pareça contradizer-se, o entrevistado considera que nunca o discriminaram por ser do Bairro, admite ainda que gosta de morar onde mora e se um dia tiver de sair do Bairro assegura que será ali que vai parar.

A defesa do território, com os aspectos negativos e com os aspectos positivos que lhe estão associados, resulta, em grande parte, da percepção e da apropriação que os jovens fazem dos espaços do Bairro. E falamos em espaços do Bairro, porque não limitamos o nosso estudo à vida familiar e ao percurso escolar dos jovens. O alargamento da análise a variadas situações revelou-se fundamental para perceber as práticas sócio-culturais e a convivialidade que fazem parte da vida destes jovens.

No Bairro do Cerco, espaço que temos como referência neste estudo, e onde se inscrevem as práticas sociais e culturais assumidas pelos jovens, grupo alvo deste estudo, é notória a demarcação territorial e a apropriação dos espaços.

A apropriação de determinados espaços do Bairro, zonas de acesso a determinados blocos ou espaços recônditos adjacentes aos mesmos, servem de local de encontro a um grupo de jovens, evidenciando determinadas práticas sociais e culturais, ainda que não muito convencionais na nossa sociedade. Podemos designar tais espaços como espaços de afirmação social e cultural típicos da juventude. Acresce, ainda, o facto de que alguns desses espaços, como outros também existentes no bairro, são apropriados com vista a práticas de convivialidade ou ao que se designa de " fazer nada juvenil".

O espaço é actualmente utilizado como forma de designação de um campo de interacções sociais, ou seja, todo o sistema de relações se inscreve num espaço onde se associam estreitamente o lugar, o social e o cultural. [82]

Digamos que o uso faz o espaço, na medida em que são as práticas que se desenvolvem no contexto local, que constróem a percepção mental que os indivíduos tem acerca dos espaços. A percepção que se tem dos espaços é sempre construída em função do uso que deles se faz. Conforme existem espaços de repulsa, existem outros familiares, outros estranhos, outros acolhedores, etc, eles podem ser estigmatizantes e segregadores, ou de conquista, de defesa, de repressão ou de emancipação. A apropriação que se faz dos espaços e as práticas neles desenvolvidas imputam-lhe um destes atributos.

[82] FERNANDES, A. Teixeira, «Espaço Social e suas representações» in: Sociologia. Revista da Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2, 1992, p. 62.

" A vida humana desenrola-se no quadro de coordenadas espaço-temporais. Se não existe sociedade sem história, também não há espaço sem marcas do tempo. Este vem-se condensando e cristalizando em espacialidade."

Quando falamos na produção social do espaço devemos considerar que o mesmo não se poderá resumir a um local onde se desenvolvem um conjunto de experiências. Os espaços são feitos de afectos, de vivências, de simbolismos, de memórias, constituindo um campo semântico aberto a uma pluralidade de leituras possíveis de se fazer. Digamos que os espaços podem ter muito ou pouco de cada um de nós, conforme a percepção e apropriação que deles fazemos.

Há no entanto a considerar, que o espaço físico é também construção do imaginário individual e colectivo, assim como a relação que o indivíduo estabelece com o meio ambiente é mediatizada por representações.

Podemos ainda acrescentar que a apropriação do espaço é uma forma de o tornar privado, tornando-se um lugar de familiaridade e da intimidade, em contraposição com ao espaço público, que será o da multidão, do anonimato e da massa.

O conceito de identidade tem vindo gradualmente a ser substituído pelo conceito de estilos de vida, na medida em que se circunscrevem num espaço e num tempo determinado pelas circunstâncias de envolvência.

As culturas locais são culturas de um espaço relativamente limitado, trata-se indiscutivelmente da natureza dos hábitos e rotinas estabelecidas e que são geridas de forma muito particular. Os elos que ligam os indivíduos a um lugar e a partilha de um sentimento comum face ao passado (por exemplo momentos da infância e da adolescência), são reforçados pela persistência no tempo com a incorporação de rituais, símbolos, cerimónias, etc. Daí que a relação directa face ao estranho revela geralmente, rivalidade, o que de resto serve de reforço à identidade cultural local.

Urge aqui lembrar, que a incorporação do sentimento do excluído faz-se também pelo auto-isolamento e auto-exclusão. A rivalidade criada com o estranho vem provar o sentimento de exclusão e o atributo e reconhecimento do estigma que está associado aos habitantes do Bairro do Cerco, daí a forte defesa da identidade cultural local.

No referido contexto é nítido o desenvolvimento de mecanismos de auto-isolamento que se encontram bem presentes na vida dos jovens entrevistados. O facto de "pararem" em determinados locais específicos para a prática de convivialidade, para fumar

uns "charros", para praticar pequenos furtos, actos de vandalismo, etc, priva de alguma forma os jovens de partilharem outras condições de existência com a restante sociedade.
O auto-isolamento existe associado à necessidade de demarcação de territórios para a prática de determinadas actividades. A postura desconfiada, deprimida, hostil, ansiosa e confusa caracteriza este grupo de jovens que tem como principal espaço de sociabilidades o próprio bairro isolando-se de tudo o que para além dele existe.
"Quando um estigma é imediatamente perceptível, permanece a questão de se saber até que ponto ele interfere com o fluxo da interacção", tal como refere Goffman .[83]

A intrusão, surge como um elemento de diferenciação da visibilidade de um estigma. A presença de um intruso evidencia a visibilidade do estigma em função da percepção que o intruso possa ter e em função da possibilidade de conhecimento de tal atributo. O isolamento e a hostilidade demonstrada ao intruso é justificada pela insegurança resultante da possibilidade de conhecimento da atribuição de um estigma ao grupo, que como se sabe tem sempre um carácter depreciativo. Daí que, mais fácil do que interagir com intrusos, pessoas externas ao bairro, é efectivamente fugir e optar pelo isolamento e pela auto-exclusão, deixando de tirar partido de todos os direitos e de cumprir todos os deveres como qualquer outro cidadão.

A constituição de grupos de jovens de determinados contextos sócio-económicos desfavorecidos, como é o caso do Bairro do Cerco, vem provar precisamente o afastamento e o isolamento voluntário, para a prática de acções menos recomendadas e completamente inaceitáveis pela sociedade actual, que se rege aparentemente por princípios normativos tradutores do convencional.

Digamos que os jovens de que falamos se assemelham àquilo a que Goffman denomina de pessoas "engajadas numa espécie de negação colectiva da ordem social. Elas são percebidas como incapazes de usar as oportunidades disponíveis para o progresso nos vários caminhos aprovados pela sociedade; mostram um desrespeito evidente por seus superiores; falta-lhes moralidade; elas representam defeitos nos esquemas motivacionais da sociedade". [84]

Uns mais do que outros, expõem-nos as suas várias formas ilustrativas de desvio social, outros envergonhados com o estigma que envergam, por serem do Bairro do Cerco, apresentam já alguns sinais de desafiliação, que não passam no entanto, do desejo de no

[83] GOFFMAN, Erving , *Estigma, Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982, 4ª edição, p.59.
[84] Idem, *Ibidem*, p155.

futuro conseguirem ir morar para fora do bairro. Tais desejos, não se fazem acompanhar de projectos de vida nem de prospectivas futuras quer no que respeita à vida familiar, quer no que respeita ao meio laboral.

São jovens "desviantes sociais, conforme definidos, ostentam sua recusa em aceitar o seu lugar e são temporariamente tolerados nessa rebeldia desde que ela se restrinja às fronteiras ecológicas de sua comunidade" como refere Goffman.

Convém também aqui fazer referência aos modos de vida destes jovens, que são estruturados de acordo com os espaços onde se desenrolam as interacções entre os participantes. «As "estruturas" que organizam os sistemas e os "modos de acção colectiva" não são dados "naturais" que aparecem espontaneamente e cuja existência iria por si como resultado automático de uma dinâmica qualquer. Também não são fruto da soma linear das decisões individuais. As "estruturas" são sempre "provisórias e contingentes", fruto das soluções encontradas pelos actores graças a recursos e capacidades específicas e historicamente datadas». [85]

Os modos de vida remetem-nos para as acções da vida quotidiana, para a esfera familiar, privada, para as actividades de lazer, práticas de consumo, etc, e para as várias esferas do económico, o político, o cultural. [86]

O bairro surge aqui como o paraíso de auto-defesa o que prestigia o tempo que os jovens permanecem no bairro. Por outro lado, queremos também aludir à forma como estabelecem as suas interacções e como apesar da condição de "desviantes sociais" na denominação de Goffman, eles sentem que são melhores do que aqueles que são considerados normais. Ou seja, em função da vida que levam, porque acham que a sua vida é melhor do que a vivida pelas outras pessoas, e prova disso é a alienação que manifestam na construção dos seus percursos de vida (familiar, escolar, amoroso, etc). Ora, estes "desviantes sociais também fornecem modelos de vida para os normais inquietos, obtendo não só a sua simpatia mas também adeptos" . [87]

Oriundos de classes desfavorecidas, os jovens vêem-se muitas vezes como indivíduos estigmatizados e inseguros quanto à recepção que os espera na interacção com os outros. Nesta interacção incluem-se as relações com organizações de serviço, por

[85] Consultar GUERRA, Isabel , *Modos de Vida, novos percursos e novos conceitos,* Sociologia Problemas e Práticas, nº 13, 1993, pp. 59-74.
[86] Idem, *Ibidem.*
[87] GOFFMAN, Erving – Estigma, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982, p. 156.

exemplo, públicas e comerciais, onde deve prevalecer um tratamento cortês, uniforme e com base limitada apenas à cidadania, mas onde surgem habitualmente oportunidades de atitudes hostis por parte da classe média.

Se por um lado, consideramos importante abordar a dificuldade de "movimentação" das pessoas oriundas de bairros sociais, em questões de direitos e deveres enquanto cidadãos, também pensamos que será de apontar também o "uso" do atributo "estigma" em seu favor. Queremos com isto dizer, que muitos são os casos em que verificamos quer por parte dos jovens, quer por parte dos agregados familiares, o uso do "rótulo" de estigmatizado, excluído, desfavorecido e um rol enorme de termos depreciativos que a comunidade faz o favor de atribuir, para puderem usufruir de determinados "direitos" e benefícios.

A vitimização de uma quase aparente (auto)exclusão surge-nos como um elemento pertencente à própria identidade dos jovens e à aceitação do atributo que lhes está associado.

As culturas e as identidades juvenis estão estritamente relacionadas com a esfera do consumo/ lazer fruto do impacte das restruturações económicas. Os jovens desenvolvem estilos de vida muitas vezes incompatíveis com o seu poder económico mas que lhes dá uma aparente visibilidade e até um estatuto dentro da comunidade local.

O uso e apropriação do espaço urbano tem vindo a adquirir evidência como mecanismo central na produção das identidades culturais da juventude. Em consequência disso, parece que os espaços tradicionais de formação identitária dos jovens adultos perdem vigor, dada a dilatação dos períodos que antecedem a obtenção de um emprego proporcionador de realização pessoal e na também consequente falta de oportunidades para formar agregados familiares independentes.[88]

O prolongamento destes períodos são propiciadores de trajectos de delinquência, já que a vontade de consumo e de posse de adereços (de marca) e o poder económico não são compatíveis. Em consequência dessa incompatibilidade, os jovens desenvolvem práticas de inconformidade e optam por comportamentos desviantes, dedicando-se à prática de pequenos delitos, furtos, que ao fim ao cabo acabam por lhes permitir aceder ao que de outra forma seria bem mais difícil.

[88] HOLLANDS, Robert, G. , *As Identidades Juvenis e a Cidade,"* in FORTUNA, Carlos, *Cidade, Cultura e Globalização,* Oeiras, Celta Editora, 2001.

Apesar da entrevistada nº 11 encontrar aspectos que a identificam com o Bairro admite que no futuro até:

Gostava de viver também com o pai do seu filho numa casa pequenina mas fora do Bairro "Não, não gostava de morar no Bairro! Não, não. (O bébé chora) Não gosto deste Bairro agora... É das pessoas! Sei lá! Gostava de sair daqui... Claro. Não! Para conhecer outros sítios... "

Esta entrevistada não é a única a revelar que preferia ir morar para outra zona. Também a entrevistada nº 10 que nos diz:

" Sei lá! Num gosto de tar no bairro, antes queria ter um apart... uma casa sozinha, pra mim e prá minha filha e ó... desandar destes bairros, num gosto de morar em bairros, já gostei mais de morar em bairros..."

A Categoria Y embora revele um entrusamento muito forte com a identidade de pertença dos jovens ao Bairro do Cerco, pode também revelar-se como um sinónimo do sentimento de exclusão que os mesmos fazem questão de ocultar, perante todos os que são externos ao Bairro. Apesar do reconhecimento e do desagrado em relação ao ambiente conflituoso que se gera por vezes no Bairro, em consequência, por exemplo, do envolvimento com tráfico e consumo de droga, os jovens, saem em defesa do seu território logo que se trate de enunciar os aspectos que designam a fama do Bairro. Isto parece constituir um forte sinal do sentimento de pertença que os jovens mantém em relação ao seu espaço de vivência e de sociabilidades.

Segue-se a Categoria K, designação da fuga dos entrevistados relativamente às questões relacionadas com as vivências familiares e com o momento de infância. Esta Categoria revela-nos nitidamente o receio dos jovens em expor as suas vivências familiares e a sua infância, arranjando estratégias de fuga e de não resposta às questões colocadas. A vergonha, a sensação de comprometimento na exposição da privacidade, bem como a insignificância e desvalorização do papel da família podem estar na origem desta fuga e deste evitamento. A própria desvalorização quer do seu percurso escolar, quer do seu percurso de vida, podem estar na origem do evitamento na resposta às questões pessoais.

O evitamento e a retracção social é utilizada como uma das estratégias de defesa contra a imposição da identidade de excluído. Por outro lado, a recusa da imagem negativa de si próprio não assenta em mecanismos de dissimulação mas antes num processo de denegação da própria realidade. [89]

Os jovens não se limitam a esconder a sua condição ou situação real, eles simplesmente a negam. O indivíduo "não procura diferenciar-se da imagem negativa que vê nos seus semelhantes, recusa vê-los e acaba por acreditar na realidade que inventa para si próprio." [90]

Uma das situações que manifestam um evitamento em falar da vida familiar apresenta-se logo no início da entrevista nº 1, quando a jovem apesar de ter sido abandonada pela mãe em bebé evita expor a sua experiência de abandono:

" Nasci cá no Bairro, tenho uma experiência de família boa e gosto de contactar com todos os jovens cá do Bairro."

Quando em seguida, questionada sobre o facto que terá levado a mãe a abandonar o lar, limita-se ao silêncio e confessa não gostar de recordar a mãe.
A situação de desestruturação familiar parece contribuir para o fraco significado do termo "Família" que os próprios jovens nos apresentam nos seus discursos.

Parece-nos que, devido ao "vazio" de uma vida familiar sem a importância que habitualmente se atribui, e ao "vazio" inerente ao momento de infância, os jovens não se sentem capacitados para descrever e interpretar tais situações, limitando-se a enunciar alguns momentos mais recentes das suas vidas.

A banalização dos sinais de estigma serve para negar claramente a diferença entre indivíduos e espaços e a defesa face ao descrédito que assenta numa busca de invisibilidade social.

O facto dos jovens afirmarem que o bairro onde reside é "igual a outro qualquer" pode constituir uma estratégia de comunicação que consiste principalmente em desmentir qualquer particularidade que queiramos confirmar.

---

[89] QUEIRÓS, Maria Cidália, GROS, Marielle Christine, *Ser Jovem num Bairro de Habitação Social,* Porto, Campo das Letras, 2002.
[90] GAULEJAC, de V. e LÉONETTI, Taboada, *La lutte des places, Insertion et désinsertion,* Paris, EPI, 1994.

O abandono dos progenitores ou a fuga de casa por algum deles, revelam-nos circunstâncias de ausência de estruturas sólidas de apoio, violência familiar e carências de vária ordem, muito característicos dos percursos dos excluídos, sobretudo daqueles que vivem em bairros segregados e que vão experimentando fragilidades no enquadramento dos menores e experiências de vida na rua. Ora, quando os jovens seguem este rumo de experiências inconformistas, a referência à família não existe, o que promove as representações negativas da família no seu inconsciente.

Se o seu principal habitat é a rua, torna-se ainda mais difícil o jovem ter como modelo de referência a família, o pai ou a mãe, construindo uma solidariedade bairrista com os espaços onde passam a maior parte do quotidiano. Daí resultam processos de socialização decorrentes da adaptação à rua.[91]

A importância que supostamente a Família teria para qualquer jovem é atribuída à rua, como local privilegiado de "acolhimento" e de práticas de sociabilidade que os jovens desenvolvem e que fortalecem a sua identidade cultural local.

A adolescência pode ser entendida como uma série de quotidianos onde se inscrevem formas particulares de cultura juvenil, ou como diz Machado Pais " conjunturas biográficas" marcadas por uma certa singularidade. A imagem negativa do insucesso parental pode condicionar tendencialmente a reprodução do abandono dos filhos no que respeita à responsabilidade sobre a família. A diversificação das formas de transição da família e a pluralidade de modalidades conjugais e de atitudes face ao casamento e face á família, tornam a definição da "Família" quase que impossível de determinar.

Se pensarmos nas principais instituições cruciais das nossas sociedades somos obrigados a admitir as suas fraquezas. A Família face à desconfiguração/ desestruturação (ou novas estruturações) do modelo tradicional, mostra-se incapaz de servir de suporte económico e afectivo dos jovens que muitas vezes confrontados com situações instáveis de insucesso por exemplo escolar, e na ausência de apoio ao nível do grupo de amigos, e na ausência de outro tipo de apoio institucional, enveredam por caminhos mais tortuosos, tornando-se "desviantes sociais".

As situações instáveis acumuladas nas várias instâncias da vida do jovem potenciam fortemente percursos também eles instáveis e de constante vaivém ou como Machado Pais denomina de movimento "yô-yô" de uma geração dominada pelo

[91] GARCIA, José Luís, *Estranhos, Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa,* Oeiras, Celta Editora, 2000.

aleatório.[92] Perante um acumular de insucessos – familiar, escolar, social, etc, os jovens mais facilmente optam pela desistência e pelas estratégias mais facilitadas e facilitadoras de sobrevivência juvenil.

A denegação da família é clara quando não encontramos redes familiares sólidas de apoio. A desresponsabilização familiar leva ao "vazio", a um processo de indiferença que elimina por completo a imagem e a significação da Família.

Apesar do papel dos pais se revelar aparentemente interventivo, no caso do grupo dos jovens entrevistados, o mesmo não podemos afirmar no que se refere aos seus percursos escolares, onde não se verifica interesse em investir nos estudos, certamente por partilharem de uma cultura de resistência em relação à escola e ao investimento escolar como forma de atingirem uma ascensão social e profissional no futuro. Importa fazer referência ao nível de escolaridade dos pais que corresponde ao ensino básico, bem como à situação de desemprego de longa duração do pai e às funções de limpeza e serviço doméstico prestados actualmente pela mãe em casa de particulares.

A partilha dos mesmos valores e do desinteresse no investimento escolar pela família e pelo jovem, reflecte-se na passividade demonstrada pelos jovens em relação à Escola.

Segue-se a Categoria P, referente à passividade demonstrada pelos jovens entrevistados relativamente ao Papel da Escola, como instituição de socialização e de ensino, fundamental para a construção das suas identidades. Este grupo de jovens não entende a Escola como um meio de investimento escolar essencial para os seus percursos de vida, mas, pelo contrário, revela uma relação de indiferença e em alguns casos, o menosprezo é evidente pela forma como se expressam ao falar desta Instituição. Por outras palavras, a tomada de consciência de que a Escola é importante até existe, mas não passa do plano mental, das ideias, a sua concretização não se vê consumada.

O Entrevistado nº 9, quando questionado sobre a Escola diz:

"Reprovei no 1º, no 2º e no 3º ano".

Quando o questionamos se gostava da escola respondeu:

[92] PAIS, Machado, *Ganchos Tachos e Biscates*, Porto, Ambar, 2001.

"... Sei lá!"

Quanto ao apoio prestado pelos professores refere:

"Não! Isso não! Sei lá! Porque elas não quiseram! Sei lá! Não sei de nada!... Foi pelas dificuldades de saber ler..."

No que respeita à sua inclusão num projecto individual que a escola tem para o entrevistado ele diz:

" Sei lá! Hum, eu nem sei o que é!

Sabe que tem disciplinas diferentes dos colegas, mas não tem noção do que de facto é o projecto individual.

" Não sei... se der até ao ano qu'eu me apetecer ir! Sei lá! Paí até ao 8º, 9º...

Na verdade, este relato dá-nos a entender que a Escola continua a acolher melhor aqueles que até não precisariam tanto, do ponto de vista da justiça social, do que aqueles que mais precisam. José Luís Garcia afirma, mesmo, que "o abandono escolar constitui uma situação de desigualdade entre os que vivem curtos percursos escolares, fracassam e abandonam, e os que obtém sucesso certificado e vivem longos percursos académicos, com as respectivas consequências pessoais e sociais do saber e dos títulos. Enquanto manifestações das desigualdades, o abandono aparece com a escola obrigatória e conhece diversas formas e razões segundo a extensão dessa obrigatoriedade e segundo o momento em que ocorre".

Reforçando a ideia de Pais, Garcia diz que os mecanismos de reprovação escolar reforçam o processo de exclusão dos jovens face ao mercado de trabalho.

Muitas vezes, o gostar ou não gostar da escola aparece-nos no decorrer dos testemunhos dos entrevistados, muito associados às relações de empatia ou apatia que tem ou tiveram com os seus professores. Sabemos que são estes também os responsáveis pela motivação para o estudo, condição que nem sempre é conseguida, designadamente quando não existe uma relação de empatia professor/aluno. Porém, convém também referir que

além desta relação de empatia, o esforço feito de parte a parte para o sucesso escolar é fundamental para incutir no aluno o gosto pela Escola.

A culpabilização dos agentes do sistema educativo pelo absentismo/ abandono e insucesso escolar não é de toda correcta, mas também temos presente que muitas vezes são desencadeados mecanismos que levam è selectividade e à marginalização. Frequentemente assistimos, no sistema educativo, à repartição por turmas daqueles que são os "bons alunos" e dos que são os "maus alunos", os primeiros são privilegiados logo à partida e os segundos são desde logo marginalizados. Tão ou mais grave é, porém, o desdém com que alguns agentes lidam, ou melhor não lidam, com os alunos com mais dificuldades de aprendizagem, tornando-se mais fácil, ignorá-los.

Com refere a entrevistada nº 11:

«Em relação aos professores! Eram uns chatos só! Eram muito exigentes! Então! Se eu não sabia tinham que explicar outra vez... mas lá não! "Não sabes, não sabes!" ... "Não sabes não faças!" ... Eu gostava até da escola de baixo! Foi desde que passei para a de cima, foi por causa disso! Não ensinavam o qué qu'eu andava ali a fazer? Saí! E nunca mais fui!»

De facto a interiorização dos vários fracassos e frustações vividas no seio da Escola, com o apoio reforçado muitas vezes dos professores, levam muito facilmente o jovem a optar pelo abandono escolar precoce, que se concretiza efectivamente, sobretudo na ausência de uma estrutura familiar sólida sem interesse no investimento escolar do filho(a).

Depois de um percurso escolar de insucesso, com reprovações que custam a lembrar quer para o entrevistado n.º 13, quer para a entrevistada nº11 (histórias de vida – consultar Quadros em Anexo VI), esta última refere que esteve cerca de um ano sem fazer nada e depois foi trabalhar para as confecções, onde diz que:

" Estávamos ali até parecíamos umas escravas... não pagava... Nunca pagava ao fim do mês! Era só ao dia 10... Não, eu recebia 60. Eu ainda andei lá 2 meses depois ele nunca

mais fui...""Depois nunca mais trabalhei! Depois nunca mais fiz nada! Táva sem trabalhar, enquanto táva sem trabalhar arrumava a casa!"

Estas foram apenas algumas das experiências relacionadas com o mundo do trabalho relatadas pelos jovens entrevistados. Breves e instáveis contactos com o mundo laboral é como poderemos classificar estes episódios que não cativaram com toda a certeza estes jovens.

O funcionamento estereotipado da escola (personalizado no comportamento selectivo do professor) que marginaliza crianças oriundas, normalmente, das classes populares, numa visão de "cliente ideal", que conduz ao insucesso/absentismo escolar destas crianças, impedindo-as de obterem os graus de ensino socialmente exigidos. Assim, os jovens desprovidos de um grau de ensino considerável e socialmente valorizado, habitando muitas vezes em zonas também elas discriminadas e rotuladas, com uma auto-estima muito fraca, racionalizam o fracasso, o constrangimento e não se adaptam ao mundo social competitivo. Por isso, a sua vulnerabilidade impossibilita-os de desenvolverem possibilidades e alternativas para a construção de projectos de vida, já que nas condições em que vivem não lhes é permitido aceder a um emprego estável e socialmente valorizado, que lhes permita uma ascensão e realização pessoal e social.

A Categoria AJ e AK surgem aqui com o mesmo grau de frequência e de importância nas vidas dos entrevistados. A Categoria AJ expressa a presença de situações de desestruturação familiar, instabilidade e rupturas no seio familiar, o que de alguma forma justifica a situação de fuga às questões relativas à família. A ausência de um modelo familiar definido e convencional torna-se um factor inibidor da exposição e do relato das vivências familiares dos entrevistados. Os jovens não se sentem com à vontade para expor aspectos da sua vida pessoal, por insegurança ou por vergonha. Na verdade, muitos chegam a encarar situações familiares de conflito com aparente normalidade, como que estrategicamente procurassem ocultar a violência exercida.

Uma das entrevistadas (nº11) relativamente à separação provisória dos pais que actualmente já se encontram juntos refere:

" Agora já se dão melhor... Foi, acho que foi... foi durante um ano qu'ela saiu não foi? Por causa do meu pai. Foi uma altura em qu'ele andava viciado e em bailes... Era, ela

saiu! Nada, não era de beber nem nada! Era de chegar... dias que não aparecia a casa... Não, não dormia, se dormisse chegava muito tarde... é foi por isso qu'ela foi embora... Voltou pra casa e agora tá tudo bem!... Foi de há uns tempos pra cá qu'eles começaram a discutir..."

No entanto, refere que a relação que mantém com os pais é marcada por alguma conflitualidade:

" Sei lá! Por coisas pequeninas, discutimos sempre! Ó, c'o a minha irmá Cláudia! Faz uma coisa começam logo a tripar, meu Deus! Faz ali uma tempestade! Com ela, comigo, com todos! É... Dou... Além de não falar pró meu pai há 4 meses! Mas não faz mal."

Também a entrevistada nº 10 tendo vivido a experiência da separação dos pais, relata-nos essa passagem:

" Claro! Depois a minha mãe separou-se... Não. Depois a minha mãe foi presa, a minha mãe veio, a minha mãe separou-se dele... Sei lá! Sei lá... porque ela também não gostava dele, gostava doutro, depois ela pega o meu pai ía lá vê-la e ela deslargou-o nunca mais o quis... e depois foi embora... (...)

A aparente normalidade e descontracção com que os jovens nos relatam as situações de desestruturação familiar consiste, por vezes, numa estratégia de evitamento em desenvolver e apresentarem-nos situações e o dia-a-dia familiar. No entanto, a atitude descontraída e despreocupada com que os jovens encetam os seus percursos de vida reflecte-se a todos os níveis, quer em relação à família, quer em relação à escola, ao seu grupo de amigos, ao lazer, etc.

A categoria AK que se apresenta ao mesmo nível da categoria AJ, designa o consumo e o tráfico de droga, o envolvimento directo ou indirecto do jovem com o meio da droga, por convivência com o grupo de amigos, com vizinhos ou conhecidos.
Esta categoria ocorre com uma frequência significativa na vida dos jovens entrevistados, não se confinando ao facto de se tratar de um contexto social problemático, mas porque existe, de facto, uma relação, mais ou menos estreita, com o próprio acto de consumo e de tráfico de estupefacientes.

A título exemplificativo, apresentaremos em seguida alguns relatos das vivências no/com o mundo da droga.

O entrevistado nº 5, confessa-nos que a mãe e o padrastro estão detidos por tráfico de droga.

" Eu os meus dois irmãos, o meu padrasto e a minha mãe. Está detida. Também. Sim. De droga. Faziam."
" Á noite, é só mau ambiente... é só o ambiente da droga, de resto é como de dia... Só à noite é que podem vender droga. Claro! Num tenho medo de andar no meio do bairro!"

No entanto parecem existir zonas em que o consumo e o tráfico se fazem com maior visibilidade pública.

"Em algumas zonas... Há... há... É onde calhar, onde tiver é ali que ficam.. Não, o bairro é todo frequentado, todo... tanto tão lá em cima como lá em baixo, nunca param."

Também o entrevistado nº 7 nos apresenta o seguinte quadro do bairro:

" Há drogados... levam porrada e tudo... Até os bófias lhes dão porrada! Os polícias! São eles próprios a dar porrada aos rapazes... Sei lá! É de noite! Sei lá, lá prá meia noite... tão sempre lá em baixo no 8, outro dia quando fui dormir à minha tia lá abaixo ao 8, ao 7, eles tavam a dar porrada aos gajos..."

O entrevistado nº 13 optou por fazer uma comparação do ambiente do bairro antigamente e com o momento actual:

" Ui, muito menos! Agora é qu'é meia dúzia de blocos. Dantes era todos os blocos! Não havia uma pessoa daqui do bairro que não sobrevivesse à custa da droga! Hoje já não, hoje já não, já agora já é outros tempos! Já não tira nada! Eles tanto estão na parte de cima como na parte de baixo! Um, um é mais fechado uns blocos são mais fechados c'os

outros claro! Mas... só à noite é que se vê! Só meia dúzia deles a consumir na esquina... Que de dia não vê nada!..."

Quando questionamos o jovem a cerca do consumo próprio de estupefacientes – *charros* – ele comenta:

" Mas isso não tem nada a ver... isso tamos com as vizinhas todas a falar cá em baixo... sentados e... Ó, só pedem olha, olha o fumo, e tá-se bem... Olha aí o fumo... Não incomoda, claro mas se passar se estão a passar chavalos um gajo... Tá-se bem... sempre agora com os adultos támos à vontade... (riso) é um charro não é nada de mal... você vai... Você vai à Espanha a (***) vê mais isso na rua... isso é normal! Só que a cabeça das pessoas não é! Acho mal!"

A propósito do consumo de drogas, José Luís Garcia diz-nos que a « inclusão e socialização no grupo e na sua subcultura desviante permite modificar a concepção da droga ao aprender a fumar " convenientemente" e, na etapa seguinte, a perceber e apreciar os seus efeitos» (...) « Assim se passa, primeiro, do acto desviante ao modo de vida desviante e, depois, pela exclusão do estigma, a definitiva inclusão no grupo dos desviantes.»

Um outro testemunho que nos confirma o consumo e tráfico de droga no bairro e que prova a convivência com esse meio, é o do entrevistado nº 4:

" Tirando prontos, os problemas de consumo, droga e isso, mas isso não era de mudar agora, isso já havia de ter mudado há muito tempo, agora não dá para mudar nada... já não dá para voltar atrás. Não. Eu acho que não tem remédio isto... já são muitos anos... Pode, pode vir a caminhar para pior, já foi pior! Agora tá a melhorar, mas pode voltar aos velhos tempos... ser pior có que era. Se piorar, se piorar, é menos roubos e mais tráfico. Agora se melhorar, com os roubos os consumidores começam a desaparecer, os traficantes começam a ficar sem vender...

O facto deste entrevistado ter amigos que param a fumar "charros" num dos blocos do bairro já lhe tem trazido algumas chatices com os pais, que acabam por castigá-lo não o deixando sair de casa.

" Oh! O meu pai caçou-me no 3... Não, não tava a fazer nada, mas já me tinha caçado outras coisas... Não, por causa do ambiente. Há muita droga lá. É por causa das companhias... por causa de certas coisas que eles fazem. É , são todos. E não tenciono deixar de parar com eles por causa... por causa dessas coisas. Não, porque eles pensam que me... porque eles pensam que por eles andarem eu também tenho de andar... não é assim... Porque o que eles fazem a mim não me interessa! São meus amigos! Andaram sempre comigo na escola, sempre... sempre vivi a minha vida toda com eles aqui no Bairro e nunca deixei de falar com eles e de parar com eles... É, para os meus pais são, porque por eles andarem na vida que andam, nem todos! A maio parte deles por andarem na vida que andam pensam que eu também tenho que andar nessa vida, mas não... podem pensar assim... Eu paro à beira deles porque eles são meus amigos.(...) Eu agora passo mais tempo fora do Bairro, mesmo à noite venho, vou ter com eles ao 3, converso, vou ao café, do café vou à Corujeira, da Corujeira, venho pra baixo, passo outra vez pelo 3, falo com eles e vou pra casa."

Também a entrevistada nº 11 nos diz o seguinte a cerca do ambiente do bairro:

"Dizem que este bairro é mais (***) às vezes dizem, outras pessoas dizem mal deste bairro! Porquê, por causa da droga! Mais nada! É assim! Não, eu não acho que é o problema da droga! É! Não, não, agora já não, mas antes era! O 4 e assim... Não. Agora acho que não... (***) há uns que vendem mas são mais discretos... são mais discretos."

As práticas de lazer desenvolvidas por este grupo de jovens quase que se limita ao estar sem fazer nada pelo bairro ou por exemplo a "parar" num dos blocos a fumar uns charros. O lazer, tal como a escola e a família é um outro aspecto que nos parece também desprezado pelos jovens dada a passividade demonstrada na ocupação dos seus tempos livres.

As práticas culturais, como se sabe, variam em função da posse dos códigos de acesso a um conjunto de "saberes-fazeres" culturais dominantes. Ou seja, todas as classes

sociais, tal como este grupo de jovens, quer pelos valores transmitidos pela família, quer pelos valores que a escola consegue neles incutir, acedem de diferente forma às práticas culturais dominantes, daí que seja mais fácil optar pelo "não fazer nada" como forma, até, de afirmação da sua condição de jovem do que propriamente conseguir obter passagem para uma cultura de elite ou cultura dominante.

Os lazeres dos jovens em questão, são frequentemente marcados por excessos e transgressões, formas autênticas de passar o tempo, como "parar por ali" e "andar por aí" , desafios que lhes proporcionam uma suposta emancipação perante os amigos e a comunidade local.

Fenómenos como a marginalidade, a delinquência, os problemas de inserção social, os problemas com a escola, os problemas com os pais, etc, encontram-se associados à problematização social da juventude.

Tratando-se de uma construção social nas palavras de Machado Pais [93] a juventude agrega um conjunto de problemas que lhe estão associados e que são efectivamente sentidos, apercebidos, reconhecidos socialmente quando reportada a uma fase de vida.

A juventude como terminologia, só começou a ganhar importância a partir do momento em que se tornou visível mediante os problemas sociais, associados às camadas mais jovens, como por exemplo o prolongamento da escolaridade, a legislação sobre o trabalho infantil, o surgimento da escolaridade obrigatória, o surgimento da família contemporânea, o aumento da dependência dos jovens em relação às família, etc, que vieram promover o reconhecimento dos problemas sociais da adolescência.

A Categoria que se nos apresenta com um grau de frequência também significativo, é a Categoria V respeitante à forma passiva como os jovens entrevistados encaram os seus tempos livres. Esta situação parece estar relacionada, em alguns casos, com o facto de se encontrarem fora da escola e não inseridos no mercado de trabalho, não valorizando os tempos livres como tal. Ou seja, já que alguns vivem em permanente estado de tempos livres, não preenchem esses tempos activamente, preferindo estar passivamente por alguns locais do Bairro ou arredores. Poucos foram os jovens que deste grupo caracterizaram os seus tempos livres de forma dinâmica.

[93] PAIS, Machado, *Traços e Riscos,* Colecção Trajectórias, Lisboa, Ambar, 2ª Edição, 1999.

A Entrevistada nº 11:

Agora dedica o seu tempo ao seu filho, durante o dia arruma a casa, ouve a música na Romântica, e vê televisão, as telenovelas que passam durante o dia. Á noite vai fazer bordados no âmbito de um Projecto para mães jovens promovido por uma entidade também sediada no Bairro, vê só à noite o pai do seu filho.

" Ouço sempre à uma meto sempre o gravador, a Romântica!" " Não sabe quem é a Anabela! A do Amanhecer da novela!"

A entrevistada nº 8, quando questionada sobre o tempo livre que tem actualmente diz:

" Mais ou menos... Tou a cuidar do meu bébé e prontos, tenho tempo livre, até tenho tempo livre não é... (...) Mais ou menos, vou ao fim de semana, vou prá casa do meu namorado... Passo mais tempo no bairro, no bairro entre aspas, em casa. (...) Arrumo... e tou lá com os bordados... (...) Ah vejo, música é raro agora... Televisão vejo... Novelas."

A entrevistada nº 10 encontra-se desempregada no momento, e diz que nos tempos livres:

" Não faço nada... às vezes vou a casa da... desta minha amiga... tou em casa, às vezes em casa dela... Conversamos sobre homens! Ah... conversamos sobre coisas de casa... (riso) Não, televisão ... vamos ao café, ficamos em casa a ver televisão, a conversar... a lanchar... depende!"

O entrevistado nº 4, embora se encontre a trabalhar num talho, diz que nos seus tempos livres:

" Agora? Sair daqui, jogar umas máquinas para o Central... Eu agora passo mais tempo fora do bairro, mesmo à noite venho, vou ter com eles ao 3, converso, vou ao café, do café vou à Corujeira, da Corujeira venho pra baixo, passo outra vez no 3, falo com eles e vou pra casa. Vou pró Central, Campo 24 de Agosto, Via Catarina... Bom Sucesso, sei lá

muitos sítios. Sim, sim gastar o ordenado (riso). Em roupas, chapéus, sapatilhas, é... Sim, é se puder ser é... tem de ser de marca. É , jogar computador, jogar à bola, fazer muitas coisas."

Os testemunhos dos jovens relativamente aos tempos livres, revelam-nos passividade na forma como ocupam esses tempos que, no fundo, acabam por ser tempos iguais aos outros tempos dos seus quotidianos. Queremos com isto dizer que, aqueles que ainda frequentam a escola, revelam ocupar os seus tempos livres ou em casa a ver televisão, ou na rua (por exemplo a jogar bola), ou ainda na CERPORTO (com actividades lúdicas ou desportivas), enquanto aqueles que se encontram desempregados " não fazem nada", ou seja, não planeiam os seus tempos livres porque na realidade não existem. Poucos são os entrevistados que trabalham, e esses sim que tendo poucos tempos livres dedicam-se a estar com os amigos quando podem, outros passam também na CERPORTO para assistirem passivamente às actividades que as crianças realizam.

Pensamos que o lazer é desta forma um pouco desprezado pelos jovens, resultado dos valores que constituem a sua cultura bairrista, que por sinal parece não promover o investimento em actividades social e culturalmente prestigiadas.

A Categoria I respeitante à presença de situações de conflitualidade e de violência familiar, apresenta-se em seguida como uma das categorias presentes nas vidas dos entrevistados. Embora a Categoria H que designa o papel activo da família, não tenha ocorrido com um grau de frequência tão assinalável como a categoria I, importa referir que em várias entrevistas o papel activo da família encontrava-se estreitamente relacionado com a aplicação de castigos e sanções aos jovens, o que nos leva a deduzir a violência e a conflitualidade implícita no papel activo da família. O papel activo da família encontra-se implícito em situações em que o jovem se sente controlado e pressionado pelos familiares em agir de determinada forma sob pena de serem submetidos a castigos ou sanções. Por outro lado, a família revela-se pouco interventiva, por exemplo, em relação à Escola no futuro do jovem, o que estará relacionado com a ausência também de investimento escolar pelos familiares e pela própria desvalorização do papel da Escola neles incutida.

Para exemplificar, o entrevistado nº4 refere que os pais não gostam:

" Que faça asneiras, que falte ao trabalho... coisas dessas..." " Ou metem-me de castigo ou dão-me porrada. Ah, agora já não, agora é mais para o castigo! Sem ir à rua. É, a semana passada já tive em casa três dias sem sair..."
" Ó o meu pai caçou-me no 3... Nada , mas já me tinha caçado outras coisas..."

As companhias do entrevistado nº 4 revelam ser o principal motivo de discussão e de punição por parte dos pais. O facto do entrevistado estar frequentemente acompanhado pelos amigos que "param" no Bloco 3 do Bairro, local demarcado para fumar charros, provoca frequentemente discussões familiares.

O entrevistado diz que:

" É, para os meus pais são, porque por eles andarem na vida que andam, nem todos! A maior parte deles por andarem na vida que andam pensam que eu também tenho que andar nessa vida, mas não... podem pensar assim... Eu paro à beira deles porque eles são meus amigos."

O papel positivo da Escola representado pela Categoria L ocorre com uma frequência significativa, mas será de salientar que embora a compreensão de que a Escola tem um papel importante para cada um, como investimento no futuro, a sua concretização não se verifica em termos práticos. Quer-se com isto dizer que, alguns dos jovens admitem de facto que a escola seja importante, mas uma vez em situação de abandono escolar ou ainda em situação de frequência, a desmotivação e o desinteresse pela Escola é nítida sobretudo na ausência de projectos de vida e de aspirações para o futuro coincidentes com um percurso de investimento de capital escolar.

A entrevistada nº 12 considera que a Escola é importante para o seu futuro e diz:

" Vai, vou continuar sempre! Sim. Até à Faculdade... Ginasta."

Esta jovem confessa-nos que quer ser ginasta de competição.

Já o entrevistado nº 7, depois de um percurso escolar de insucesso, e de já por algumas vezes querer abandonar a escola, encontra-se no momento num projecto individual, frequentando a escola de forma diferente dos seus colegas. Apesar de estar há algum tempo a faltar à escola, acena negativamente com a cabeça quando lhe perguntamos se nunca desanimou do estudo.
Com 14 anos sabe escrever com muita dificuldade o seu nome e não muito mais, não sabe ler, e a Escola mediante alguma desresponsabilização familiar, recorreu ao apoio da Segurança Social para propor a sua institucionalização.

O entrevistado não sabe muito bem quais as disciplinas que tem no projecto individual, quando o questionamos sobre a disciplina que gosta mais diz:

" Mais é física e menos é formação cívica. Ei não é educação cívica é música! (...) Porque não gosto! Não gramo os stôres que tão lá! Não gosto dos stôres! Tom... eu não gosto, não gosto deles!"

Perguntamos-lhe se tinha a dizer mais alguma coisa da Escola e ele diz:

" Mais nada...a dizer!"

Quando perguntamos se ele continua a ter dificuldades ele refere:

" Eu continuo mas... eu quero lá saber!"

A Escola deve ser, nas palavras de Sampaio " uma organização que interage com o adolescente, evolui com ele e deve estar pronta para um diálogo esclarecido." [94] A Escola mostra-se incapaz de se adaptar e de lidar com a heterogeneidade que caracteriza os públicos que a frequentam. A selectividade e a marginalização continua a prevalecer com maior agravamento para os grupos mais desfavorecidos.

[94] SAMPAIO, Daniel, *Voltei à Escola*, Lisboa, Editorial Caminho, 1996, p. 133.

A desresponsabilização familiar pelo percurso escolar dos jovens é tão forte que se prolonga pelos próprios jovens. Na ausência de uma estrutura familiar capaz de os apoiar nos estudos, as restantes instituições que ocupam lugar na vida dos jovens assumem uma importância acrescida.

Neste estudo, os amigos, tal como a família, não constituem uma estrutura de apoio ao investimento escolar. Resta-nos o papel de outras instituições públicas ou privadas que procuram ocupar saudavelmente os tempos livres e que podem exercer algum poder e capacidade para motivar para os estudos.

Uma parte da indisciplina passa pela educação familiar, pelas experiências de vida que os jovens tem na família, ou em situações mais alargadas no contexto onde vivem. Este contexto tem uma enorme importância nas formas de afirmação face ao grupo, daí a tomada de determinadas atitudes e de determinados comportamentos.

Os relatos que obtivemos a cerca da importância da escola, estão directamente associados ao arrependimento em relação ao abandono escolar. A compreensão da importância da escola parece só visível para os jovens entrevistados no caso de já terem abandonado a escola. Para aqueles que ainda a frequentam parece ainda não terem bem presente a importância da escola para um futuro promissor no que respeita ao mercado de trabalho.

A desvalorização dos saberes escolares veiculados pela família, parecem não contribuir para o incentivo e motivação em dar continuidade aos estudos com vista a um emprego qualificado.

O papel positivo da Instituição CERPORTO – Associação para o Desenvolvimento Comunitário do Cerco – designado pela Categoria R ocorre na maioria das entrevistas com um grau de frequência considerável, sendo que muitos destes jovens passam mais tempo nesta Instituição do que com a família. A CERPORTO surge na vida destes jovens como local onde podem ocupar os tempos livres, quer seja de forma passiva, quer seja de forma mais activa, na medida em que todos se sentem confortáveis e envoltos de um clima familiar, onde não se sentem rejeitados.

Vejamos o que refere a entrevistada nº1 relativamente ao papel da Instituição:

" Sempre foi um papel importante, não só para mim mas para toda a gente... e acho interessante porque é um sítio que vai acolhendo todas as pessoas, pessoas do Bairro... eu acho que é interessante e que nunca havia de ir abaixo... devia estar sempre ao alto."

No entanto, quando questionada sobre o apoio que a Instituição presta especificamente aos jovens com mais de 12 anos refere:

"Eu acho que não dá o apoio suficiente aos jovens dos 16 para cima, dá mais aos mais novos, porque se calhar também há outras instituições a trabalhar com os mais velhos..."

Este testemunho não só vem confirmar a ausência de estímulos e dinâmicas desenvolvidas pela Instituição, para os jovens, como também revela a existência de outra Instituição no Bairro, que apesar de tentar acompanhar alguns jovens, as actividades que com eles realiza são periódicas e muito específicas, por exemplo destinadas a mães jovens.

Em contrapartida, o entrevistado nº 4, relativamente ao papel da Cerporto na sua vida refere:

" Até agora tem sido bom... sempre que coiso, venho aqui falo com as pessoas, sempre desde que parei aqui já me deram bons conselhos também. Até agora não tenho nada que dizer daqui."
" É, é, é bom. Especialmente para a chavalada."

Parece consensual que a Cerporto desempenha um papel importante no acolhimento e entretenimento das crianças, o que por um lado é um factor inibidor da frequência da Instituição pelos jovens. No entanto, apesar da maioria dos entrevistados considerar que o apoio prestado não é suficiente o entrevistado nº4 apresenta outra perspectiva:

" Não! Isto é assim... a Cerporto só pode dar apoio a quem vier aqui, quem não andar aí... a Cerporto não pode andar por aí fora a dar apoio a toda a gente, é mesmo assim. Só os que vem aqui é que podem ter o apoio da Cerporto, mais ninguém..."

É nesta sequência que surge a Categoria **H** – papel activo da família – à qual já havíamos feito referência associada à Categoria **I** – presença de situações de violência e/ou conflitualidade familiar. De resto importa referir, que a violência é um aspecto tão frequente na vida destes jovens que já é entendido com normalidade pela maioria dos jovens entrevistados, ainda que esta normalidade seja imaginável e aparente.

Vejamos o caso da entrevistada nº 10, que nos relata a experiência de maus tratos de que foi vítima a mãe, e por outro lado, relata-nos também a violência que o namorado (pai do seu filho) também já lhe dedicou:

" Não porque o meu pai batia-lhe muito, era muito mau pra ela, e ela não merecia, a minha mãe não merecia, qu'ele era muito mau pra ela. (...) E a minha mãe pega... saiu do... saiu do meu pai e veio aqui pró Cerco pá beira do meu padrasto! E eu também desatinava muito com o meu padrasto, era só barulhos! Qu'eu ainda agora é! C'a minha filha ainda agora é, ainda é! "

Quanto ao namorado quando soube da gravidez a entrevistada diz-nos o seguinte:

" Mal... reagiu mal, tanto é que nem, quis saber... depois... Já me deu um pontapé na barriga, no dia dos meus anos! Quando fui lá atrás dele, bati-lhe à porta e ele deu-me um pontapé na barriga, nas costas... e eu pega caí e depois olha... depois quando fui prá maternidade veio ter comigo, foi quando eu tive pena dele e perdoei-lhe, senão a esta hora não tava com ele!"

A entrevistada acrescenta ainda que o namorado:

" Já teve a viver comigo também... Só que eu pega e zanguei-me com ele, porque ele foi pró baile e eu pôs-lhe as roupas na porta e ele foi embora! E mandei-o embora, e ele jurou que nunca mais vivia comigo! E... até hoje..."

A violência familiar parece caracterizar a maioria dos agregados familiares dos jovens entrevistados, e arriscamos mesmo a dizer que se torna em algo hereditário. Conforme os pais vivem situações de conflito, também os filhos têm tendência a vivenciar situações idênticas. A normalidade com que nos são apresentadas estas situações de violência revelam-nos algum conformismo e alguma indiferença por parte das vítimas.
Esta violência não se confina ao seio familiar, mas tal como já demonstraram outros testemunhos, a violência é uma característica predominante no bairro, entre habitantes e estranhos, e também entre vizinhos.

Sabemos que a complexidade das mudanças estruturais da família, pode ser entendida como fonte de crescimento e de enriquecimento, ou pelo contrário, pode conduzir à disfuncionalidade conjugal e/ou afectar as relações entre pais e filhos ao longo do ciclo de vida. Isto acontece, na medida em que são os pais os principais catalisadores do desenvolvimento dos filhos, e este é condicionado não apenas pela forma como os pais vivem as suas funções parentais mas também conjugais.

O que não significa que as relações de influência sejam unidireccionais, o filho é um agente activo na dinâmica relacional familiar, existindo influências reciprocas no desenvolvimento dos membros que constituem a família.

Para que o filho (criança/jovem) tenha um desenvolvimento harmonioso, pressupõe-se que a família constitua um contexto de amor, carinho e protecção, mas ela revela muitas vezes , implícita ou explicitamente, dinâmicas que se apoiam, não estes pressupostos que lhe são socialmente atribuídos, mas antes no medo, hostilidade e violência.

A violência familiar deve ser analisada atendendo a um conjunto de valores, de crenças, de estilos de vida, e do sistema sócio-político, característicos da cultura de uma determinada época. O significado de um comportamento de violência varia naturalmente de acordo com a intencionalidade e com o significado que lhe é atribuído num contexto mais restrito ou mais alargado.

Muitas vezes a vitimização acontece, não porque se seja objecto directo dessa violência, mas porque sofre a que ocorre por exemplo entre os pais, sendo nela triangulada.[95]

[95] COSTA, Emília, DUARTE, Cidália, *Violência Familiar*, Colecção Flor de Lótus, Porto, Ambar, 2000.

Os testemunhos apresentados pelos jovens entrevistados, traduzem-nos situações de violência por exemplo pelo exercício do poder paternal. Mas a violência não se cinge a um acto apenas físico, passa frequentemente pela lesão dos direitos e necessidades relativamente ao desenvolvimento psicomotor, intelectual, moral, afectivo ou relacional do jovem.

Na verdade, o que muitas vezes se verifica e concretamente neste estudo, as situações de violência estão directamente relacionadas com o défice de competências parentais, na medida em que são filhos do acaso, de gravidezes precoces e não planeadas, não tendo sido incluídos num projecto de vida comum até porque também este nunca foi construído.

Por fim, a Categoria **N** aparece também com um grau de frequência considerável, sobretudo atendendo a que a maioria dos jovens que optou pelo abandono escolar precoce já experimentou trabalhos precários.

No caso do entrevistado nº4, que se diz arrependido de ter abandonado a escola, refere que no momento actual:

"Tou num talho. Faço entregas, desosso, ajudo-os a eles naquilo que eles precisam, aprendendo também... até um dia... Gosto, tudo o que faço gosto, agora dos horários é que não! É muito cedo! Levantar às sete e meia da manhã, seis e meia! Sair às sete e meia da noite e isso... só poder estar com os amigos à noite... de tarde nunca tou com eles... É! Se chegar atrasado, vou para trás."

Quanto às condições contratuais refere ainda que:

" Não isso... já devo estar a fazer porque eu já fui tratar e uns papeis desses, os papeis do banco e isso tudo. Porque eles abriram-me agora uma conta... já faz mais de seis meses que estou lá... eles abrem a conta depois no nosso nome!"

Apesar do entrevistado considerar que lhe devem já estar a fazer descontos para a Segurança Social, as dúvidas persistem quando nos diz que se encontra a trabalhar há 6 meses mas ainda nem assinou contrato.

Após um percurso escolar marcado pelo absentismo e insucesso, o entrevistado nº 13 abandona a escola com o 4º ano de escolaridade, vejamos o relato acerca das suas breves experiências com o trabalho precário:

" Comecei a trabalhar(..) mas acho que foi 2 dias...Ó era servente! Dois dias não, dia e meio!... trabalhei dia e meio, vim-me embora! Não dava! Servente! Che! Era baldes de massa e carregar tijolos, qu'é isso! Eram 70 contos mas... não... não tem nada a ver..."

Confessa que se fosse agora fazia pelo menos o 9º ou o 8ºano e que gostaria talvez de ser pintor de chapas de automóveis. Refere também que muitos dos seus colegas tem o 9º ano. **Ainda quanto às experiências com o trabalho diz:**

".. não dava pra mim! Ainda pra mais o calor! O Verão era praia!"

O desinteresse manifestado pelos jovens na sua própria autopreservação conduz à impossibilidade de uma verdadeira desresponsabilização em relação aos outros, perpetuando-se, assim, uma forma de culto de desresponsabilização que decorre do processo de indiferença perante a sua própria sobrevivência. Conduzidos pelo aleatório na construção da sua identidade, os jovens interiorizam o impedimento de oportunidades ou da incapacidade e insucesso, o que faz com que eles se retirem do mundo socialmente valorizado que os desvalorizam a eles. [96]

Relativamente à posição dos pais pelo facto de se encontrar sem trabalho o entrevistado nº 13 diz:

" Ainda agora, me fodem a cabeça ... tou a dizer que vou arranjar, vou arranjar, vou arranjar (riso) e... Isso não é um dia que começa a aparecer... Nem procuro agora! É muito duro ou não tou interessado! Quando tiver interessado, não curto! Agora não, agora, agora, agora é que tou memo! É verdade!... Por causa do julgamento... (...) Sei lá já trabalhei em várias cenas e... e... nas coisas dos comboios tirar óleos e os... Revisão, revisor dos comboios, noutra era de empilhador... sei lá... carros..."

[96] GARCIA, José Luís, *Estranhos, Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa,* Celta Editora, Oeiras, 2000, p.63.

Neste excerto o entrevistado parece contradizer-se quando inicialmente demonstra a sua inaptidão para o trabalho e depois diz ter que trabalhar uma vez que se encontra em julgamento por ter sido autor do furto de um carro.

A inactividade surge como duradoura no percurso de vida destes jovens. A fraca escolaridade apresentada por aqueles que já abandonaram a escola surge como factor determinante na procura de um emprego estável e bem remunerado. Esta possibilidade nem chega a ser apontada pelos mesmos, uma vez em que cientes da sua fraca escolaridade, a obtenção de um emprego socialmente qualificado e qualificante não faz parte das suas expectativas.

A respeito das fracas qualificações académicas (e, como se sabe, os jovens portugueses são dos menos escolarizados na Europa Comunitária), Machado Pais afirma que « o problema do desemprego tem uma solução *sui generis*: em situação de desemprego, os jovens menos instruídos – que são também os de origem mais humilde – são os que mais tendem a "aproveitar a primeira oportunidade de trabalho e de ganhar algum dinheiro". Ou seja, para estes jovens o problema do desemprego parece resolver-se, em grande medida, através do *subemprego.* Quando a capacidade de suportar o desemprego é elevada, o subemprego reduz-se à custa do desemprego.» [97]

Machado Pais também nos refere que o período prolongado de desemprego e a precariedade persistente provocam tal apatia nos jovens, que se gera um círculo vicioso que vai desde a redução de oportunidades de emprego à redução do nível de aspirações embora cresça também o sentimento de exploração.

No entanto, o problema que se coloca no grupo de jovens entrevistados e conforme provam os seus testemunhos, o desinteresse e a desafeição pelo trabalho é bem mais forte do que propriamente a preocupação em arranjar um emprego, ainda que este seja desqualificado.

Na mesma linha de pensamento de Machado Pais, a questão da procura de um emprego compatível com as aspirações dos jovens não chega muito a colocar-se aqui no caso deste grupo de jovens, já que a sua grande maioria não sabe o que quer fazer no futuro, até porque nem tem a preocupação com a construção de projectos de vida. Além disso parece que o desemprego, situação que se encontram alguns, não se lhes apresenta como um problema a resolver. A par disto surgem outras formas de sobrevivência

[97] PAIS, José Machado, *Ganchos, Tachos e Biscates, Jovens, Trabalho e Futuro,* Ambar, Porto, 2001, p. 46.

relacionadas com a economia "anómina" e com actos que acabam por lhes permitir satisfazer as suas necessidades de consumo e de sustento.

As trajectórias destes jovens implicam uma perda das atitudes e aptidões requeridas pela inserção profissional e envolvem, por isso mesmo, processos de desafeição social impossíveis de se restaurar na ausência de programas específicos com objectivos de incentivo à procura de emprego.

Os relatos dos entrevistados confirmam-nos também uma desinformação estranha, já que alguns entrevistados acham que não necessitam de investir na Escola, nem num Curso Superior para obter um determinado estatuto e para o desempenho de funções de chefia. Um misto de ingenuidade com uma persistente cultura já entranhada fazem crer estes jovens de que podem ser artistas e empresários sem necessariamente passar pelos corredores da Escola e da Universidade. Obviamente também aqui estão incluídas as hipóteses da formação profissional que, ainda que alguns aspirassem frequentar, os tão baixos níveis de escolaridade não permitem que tenham sequer acesso à inscrição.

Vejamos o caso da Entrevistada nº 9 que, após ter abandonado a escola, ainda se inscreveu num curso profissional:

"O curso de carpintaria que era o único que tinha pró 6º ano."

Depois de ter desistido do curso esteve também a trabalhar em Confecções:

" Ó primeiro era bom, mas depois tava a ser chato! ... Depois eram muito exi... exigentes... Olha , não podiamos chegar um minuto atrasados começavam logo a mandar vir... queriam que fizéssemos muita coisa num só dia! Era das 8 ao meiodia e meia e depois das duas às seis... Não. Pagaram mas não queriam pagar! Que andar 3 ou 4 dias pra receber."

Arrependida de ter abandonado a escola acrescenta:

" Pois... porque agora pra arranjar um emprego... é só quem tem o 9º ano, e eu não tenho essa escolaridade, não posso trabalhar em qualquer coisa!"

Uma vez mais, reforçamos a ideia de que o prolongamento do período de transição entre abandono escolar e a entrada no mercado de trabalho revela-se grave na medida em que induz à prática de comportamentos desviantes e de não conformidade com a ordem estabelecida.

O entrevistado nº 13 relata-nos a experiência do furto de um carro na zona do Falcão, numa das noites que se encontrava com os seus amigos. Ele explica como tudo começou:

" Tinhamos decidido"ir aos bolos, íamos a Valongo. Tavamos a bater mal! Não tínhamos carro, não tínhamos boleia... começamos a bater mesmo mal... Hei vamos ós bolos! Eram prái duas e tal, três e tal... fomos dar uma volta maior! (...) Foi... foi a primeira vez que roubei, levei logo com eles!... A ... foi quando me mandei da ponte... (...) Disso e por causa da carta... por não ter carta... Vou pagar a multa da carta e o arranjo do carro! Pronto tá-se bem na mesma! Não era, não era bem roubar isso... era deixas andar, sai daí, pegava na mota, andava aí duas horas com a mota. E o gajo sempre lá a bater mal! (... Sem carta... eu não dou bandeira, ando sempre devagar, só às vezes é que ando de..."

Este jovem, parece ver com normalidade estes episódios que em nada favorecem o seu percurso aos olhos da autoridade e da sociedade em geral.
Aparentemente calmo, refere que faz campismo selvagem com os amigos, não está para namoros, e que se não fosse a "Chavalada" que a CERPORTO acolhe passava lá mais tempo.

É sobretudo nestes momentos de procura interminável da identidade de cada um, que os jovens se defrontam com a ausência de apoio institucional. Face às fraquezas da Escola e da Família que as Instituições de Solidariedade Social assumem na vida dos jovens uma importância acrescida.

É evidente o lugar de destaque que as instituições tem vindo a adquirir no contacto com os grupos mais desfavorecidos da população, que como refere Ferreira de Almeida "embora as suas formas de presença se diferenciem quer quanto ao âmbito de intervenção,

quer quanto ao número de acções que protagonizam, quer, ainda quanto ao carácter específico das actividades".[98]

É também através das instituições que se verifica a principal via de participação e responsabilização da sociedade na protecção social, já que este trabalho existe graças ao voluntariado.

Temos no entanto, que referir que este voluntariado e a ausência de formação específica para lidar/trabalhar com determinado tipo de público, por exemplo com população social e economicamente desfavorecida, em nada favorece e prestigia quer a instituição, quer, sobretudo o combate à exclusão social, devido à ausência de profissionalização dos técnicos, que muitas vezes se limitam a agravar mais as situações, pelo reconhecimento do estigma e pela rotulação da população com que trabalha.

Queremos com isto dizer, e sem de forma alguma menosprezar o desempenho das funções da Instituição CERPORTO no Bairro do Cerco, que constatamos mediante testemunhos recolhidos e através da observação directa, a Instituição embora preste apoio à população do bairro, este apoio é mais direccionado às crianças, sendo os jovens preteridos em relação a elas. Isto acontece também devido à falta de espaço suficiente para a Instituição acolher dois grupos etários tão distintos. (Ver em Anexo VIII imagens da Instituição)

Em suma, na falta de um espaço ideal para prestar o apoio necessitado pelos grupos etários da comunidade local, a Instituição desprovida de receitas do Estado, opta por acolher aqueles que à partida ainda tem um acompanhamento por parte da Escola e quem sabe da Família. Neste sentido, e face à dificuldade de impor regras e disciplina aos jovens desordeiros que querem de alguma forma frequentar a Instituição, a porta abre-se mais facilmente para as crianças.

Também nas Instituições de Solidariedade Social, tal como na Escola, existem critérios de selecção daqueles que ficam à porta por serem desordeiros e daqueles que entram por aparentemente terem um bom comportamento.

Esta tomada de posição pela Instituição causa muitas vezes retaliações aos próprios técnicos e dirigentes, bem como o confronto entre jovens.

[98] ALMEIDA, Ferreira João, *Exclusão Social, Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta, 1994, p. 113.

Vejamos: após um conjunto de experiências não muito agradáveis, o entrevistado nº13 faz-nos a sua apreciação do significado da amizade:

" Amigos não há! Não. Só colegas! Porque digo, amigos não há, só colegas... Todos! Todos eles... Todos, sem exche... exche... excepção... e digo na cara deles se for preciso! Amigos não há! Só colegas! São todos falsos!... Se tiverem que martelar um gajo martelam tá a perceber? Se tiverem que foder a vida a um gajo fodem! Pronto... hoje em dia não se pode confiar em ninguém!"

Os períodos de transição alongados originam as identidades condicionadas à utilização de espaços situados fora das relações de produção e da casa.

" O alongamento dos períodos de transição para o trabalho e para o casamento e o decréscimo do sentimento de comunidade andam de mãos dadas com o crescimento do consumo e a apropriação do espaço urbano na formação da identidade moderna".

Surgem assim com um impacto crescente, a utilização dos espaços urbanos, considerados "marginais" enquanto meio de reconstrução da identidade local. Esta reconstrução processa-se por um lento "rito de passagem" centrado na prática de sair à noite, o que significa a adopção criativa de novos estilos de vida. O envolvimento no consumo e nos rituais urbanos permite os jovens abandonar temporal e espacialmente e transgredir determinados papeis e normas sociais ao mesmo tempo que reafirma as identidades locais. [99]

Por outro lado, o facto destes indivíduos terem sido socializados, durante o período em que frequentaram a escola, no sentido de uma sobrevalorização do trabalho de concepção, acaba por favorecer a criação de expectativas de futuro elevadas, as quais se afastam das suas condições objectivas, ou seja, da sua condição social real. Resta-lhes, então, os sectores de actividades manuais, socialmente desvalorizados, aos quais não se adaptam, aumentando consequentemente o sentimento de frustração. Assim, é da conjugação destes factores e da rotulação precoce de que são alvo (incapazes/ pobres, sem vontade de trabalhar/ preguiçosos, etc) que resulta o desenvolvimento de uma baixa auto-estima, de uma desacreditação em si próprio, que favorece, por sua vez, a conformidade

[99] GUERRA, Paula, A *Cidade na Encruzilhada do Urbano*, Porto, UP, 2002, p. 17.

face à situação de pobreza e de exclusão a inexistência de projectos de vida, bem como a inexistência de vontade de mudança.

A classificação negativa/estigmatização, induz ao descrédito de determinadas categorias sociais consideradas à partida "anormais" face aos padrões dominantes, resultando assim o sentimento de inferiorização em relação à sociedade que as rejeita.

Queremos ainda fazer referência à gravidez/maternidade precoce, como um fenómeno se torna também muito característico no Bairro do Cerco entre jovens de tenra idade.

Embora na nossa análise de conteúdo a categoria respeitante à maternidade precoce não tenha ocorrido com a frequência que ocorreram as categorias já mencionadas, parece-nos de extrema importância abordar aqui esta questão, na medida em que 3 das 7 jovens entrevistadas já passaram pela situação de gravidez precoce (com 15, 16 e 17 anos), encontrando-se no momento a cuidar dos filhos ainda de poucos meses.

A ausência de informação conjugada com a irresponsabilidade/ alienação manifestadas pelas jovens, tem vindo a contribuir para a ocorrência de gravidezes precoces e indesejadas. Este facto, vem também trazer consequências em termos dos modelos familiares que parecem começar a dominar sobretudo em meios sociais mais desfavorecidos. A desestruturação familiar parece assemelhar-se a um valor transmitido hereditariamente de pais para filhos.

Mais uma vez, se prova que na ausência de um modelo familiar definido e estruturado, os jovens tendem a desprender-se de qualquer necessidade de projectar ou de planear a sua vida familiar e menos ainda a sua vida amorosa/íntima.

Efectivamente, o risco surge como uma constante no percurso de vida destes jovens e em particular na vida íntima das jovens que engravidaram precocemente. O desprendimento e as situações de risco que correm no dia a dia contribui para que resultem situações "imprevisíveis" como a de que falamos.

Recusando o determinismo patente na ideia de que uma família desestruturada resulta outra família desestruturada, estamos cientes de que há um condicionamento muito forte que parece promover a desestruturação. Ou seja, concretamente nos casos de gravidez precoce das 3 jovens verifica-se que todas elas vivem na ausência de um modelo familiar consistente e na ausência de um dos elementos parentais, o pai ou a mãe em perfeita. A harmonia conjugal dos pais é desconhecida, estas 3 jovens já passaram pela experiência de separação dos pais e o seu percurso de vida parece adivinhar os futuros modelos familiares

que se desenvolvem com o nascimento de filhos fora do casamento e sobretudo fruto de relações esporádicas que acontecem numa idade muito jovem.

Esta questão da maternidade precoce, levara-nos até a falar na questão das competências parentais, que embora se trate de um conceito passível de atribuição de significados, a verdade é que estas competências parentais muitas vezes falham por não haver oportunidade a aquisição das mesmas.

A frequência com que ocorre a gravidez/maternidade tem vindo a aumentar, e cada vez mais numa idade jovem, momento em que o risco, e a inconstância marcam as vidas dos jovens, levando a que as responsabilidades sobre os filhos sejam relegadas para os pais ou outros familiares. Este é um passo na promoção de um percurso de vida na ausência de uma estrutura familiar consistente.

Os processos de etiquetagem operados pela sociedade não se cingem apenas a características exteriormente visíveis, mas também a características intrínsecas e nem sempre exteriorizadas e exteriorizáveis, tal como a naturalidade, o local de residência, o rendimento, etc.

Exemplo disso, é a « construção social de uma imagem homogeneizada de "habitante social" que, como sabemos é redutora da diversidade de vivências e modos de vida inerentes a esse mesmo habitante. Através do processo de estigmatização, esses habitantes são representados pela sociedade em geral como desviantes, delinquentes e transgressores. Assim, opera-se uma verdadeira fabricação de identidades que será determinante para a orientação das actividades dos actores sociais nos seus quadros de interacção, sendo de salientar a relativa perversão operada acerca das identidades reais dos actores em presença.» [100]

Os jovens entrevistados, tal como os restantes moradores do bairro, embora manifestem a defesa pelo bairro, não deixam de sentir o estigma que a ele lhe está associado, não porque o assumam individualmente um estatuto de desviantes, mas porque interiorizam a imagem pública socialmente desvalorizada atribuindo-a a determinados aspectos do bairro. Como refere Isabel Guerra, " habitar nesses bairros é arriscar a imagem de se ser marginal, delinquente, indesejável. O desejo de escapar do estigma social é, para

[100] GUERRA, Isabel, *As Pessoas não são Coisas que se Ponham em Gavetas,* Sociedade e Território, 1994, 20, p. 11.

muitas famílias, um esforço suplementar que tem consequências importantes nos seus comportamentos e investimentos no bairro".[101]

Se é certo que os jovens entrevistados demonstram desprendimento e desinteresse pela forma como constróem as suas trajectórias, e prova disso são as manifestações de alienação que nos apresentam, também é certo que sentem o bairro como o tal "paraíso de defesa", onde quem é rejeitado nesse meio é o estranho e não eles. Talvez o facto de ser no bairro que passam o maior tempo das suas vidas, seja uma forma de se defenderem daqueles que os rejeitam, mas também desta forma isolam-se e auto-excluem-se do resto da sociedade, que por sinal até agradece esse isolamento por via da distinção que prevalece entre os "normais" e os "desviantes".

A cultura destes jovens, tal como as "culturas da juventude" parecem assentar no principio básico da resistência a todos os estilos de vida pré-estabelecidos pela sociedade. O lazer é usado por estes jovens como meio priviligiado para afirmarem a sua independência, que embora seja aparente por questões de ordem economico-financeira, o *status* que conseguem às vezes adquirir à custa por exemplo de pequenos furtos e outros actos tresloucados são de facto valorizados pelo grupo de amigos.

A resistência manifesta-se na vida destes jovens pela recusa dos valores normativos, pelos modelos e estilos de vida dominantes, pela orientação de um percurso de vida (escolar, familiar) rígido, pela pertença a uma classe, a um grupo considerado desfavorecido e excluído, afirmando-se pela criação de espaços próprios de sociabilidade e convívio, onde possam colocar em prática e defender os modos de vida que tem como preferências. [102]

A vida num dia

A opção pela técnica de registos diários, foi tomada com vista à obtenção relatos escritos pelos jovens, apresentando-nos as representações e os sentidos que atribuem às suas próprias vivências. O registos diários vem precisamente confirmar-nos algum "vazio existencial" e as manifestações de alienação que pautam os percursos de vida destes jovens. A informação obtida foi organizada segundo um Quadro de análise de categorias em Anexo VII.

[101] Idem, *ibidem*, p.11.
[102] ROBERTS, Kenneth, PARSELL, Glennys, *Culturas Juvenis, transformação social e a transição para a vida adulta na Grã-Bretanha,* in Análise Social, vol. XXV (105/106), 1990 (1°, 2°.) 167-192.

Os registos diários apresentados pelos jovens são sucintos, muito directos, não desenvolvendo pormenorizadamente como ocuparam o dia.
Efectivamente, para os jovens que ainda frequentam a Escola, os tempos estavam limitados pelo horário escolar, mas nenhum jovem relata o que aconteceu dentro da sala de aula, o que para nós vem reforçar a passividade com que vivem os seus percursos escolares.
Para os jovens que não estudam o dia parece ser ocupado com os amigos, para os jovens do sexo masculino e com amigas ou familiares para as jovens do sexo feminino.

A título exemplificativo deixamos aqui alguns excertos de tais registos:

Um jovem de 17 anos explica como começou o seu dia:
(Excertos transcrito)

" 12.00 Acordei Fumei um charro na varanda foi para casa fiz a comida joguei computador, jogo futebol." (...) "13.00 Onde paramos tive-mos a conversar. Tive no BL. 3 depois foi para a capela tive a jogar à bola fumar ganza conversar andar de mota entramos para ver o que tavão a fazer foi eu e o Breco vimos e fomos embora".

Dado que 3 das jovens entrevistadas tem filhos bebés, os seus dias são ocupados em parte pelos cuidados que devem prestar aos filhos, quando não os podem deixar aos cuidados das mães (avós). Alguns relatos de jovens do sexo feminino revelam ainda alguma imaturidade ao exporem situações da sua vida.

Uma jovem de 17 anos explica como foi o seu dia logo de manhã:

"10.00 da manhã acordei mas como o meu filho ainda estava a dormir, deitei-me outra vez. Acordei era 12.00. Mudei-lhe a fralda enquanto foi fazer o leite o Ricardo (Pai) brincava com ele. 12.15 dei-lhe de comer arrotou brincamos um bocado com ele e tornou adormecer. Acordou às 13.00 vesti-me e vesti o meu filho."

Outra jovem relata o seguinte:

" 13.30, fui tomar café à sede do Cerco com a minha amiga e depois fui até a casa dela fui conversar com ela sobre o pai da filha dela e do meu. Depois fui para casa às14h.00,estive a dar o leite à minha filha a mudar-lhe e depois estive a adormecela. Depois estive em casa a ver uma revistas e entretanto fui chamar a minha amiga para irmos buscar os alimentos"

Obviamente que o objectivo da solicitação dos registos diários escritos, não foi o de concluir que estes jovens têm imensas dificuldades na escrita e na exposição e descrição das suas vivências. No entanto, os erros ortográficos e a dificuldade de estruturarem um raciocínio encontram-se bem presente nos registos obtidos.

Apesar de terem sido aconselhados a descrever as vivências de um dia tendo como referência a hora, a descrição apresentada pelos jovens são muito redutoras da existência da vida de cada um. Estes registos revelam também uma rotina que nem chega a ser planeada, acontece porque acontece, os jovens não perspectivam o que vão fazer no dia seguinte, e a dificuldade de se recordarem o que fizeram no dia anterior é bem prova do desprendimento e o desinteresse que estes jovens vivem o seus dia-a-dia.

Outro excerto que se nos apresenta muito redutor das vivências de uma jovem é o seguinte:

" 17.00 Fui outra vez ao clube, tive lá a jogar computador. 18h.00 Vim para casa, estudar e brincar um bocado. (...) " 20.00 Comi, fui brincar um bocado etc... 21.00 tive a ver a novela etc... "

Um jovem de 14 anos relata-nos também de forma muito resumida o que fez durante uma parte do dia:

" 20.00 acordei às oito e meia vimpara a rua e vim para a Ramadinha, tive a jogar matrecos com os meus colegas do bairro. Estive à beira da capela onde encontrei os meus colegas para jogar matrecos. 21.00 Estive a jogar matrecos na Ramadinha e

conversava com os meus colegas sobre os matrecos não se faz mais nada. 22.00 apareceu lá o pessoal todo depois e tivemos lá".

Estes pequenos excertos apontam-nos para a pouca importância atribuída à forma como se vive o dia-a-dia. A alienação quase permanente, as práticas que se inscrevem nos seus quotidianos (sejam activas ou passivas), a partilha de um espaço comum a todos que funciona como que uma redoma, castrando logo à partida o desejo de participar numa vida colectiva não de Bairro, mas de uma Cidade, são efectivamente marcas da cultura identitária destes jovens.

CAPITULO VII

Conclusões

O fenómeno da Exclusão social é, efectivamente, um fenómeno multifacetado, imbuído de complexidade, o que dificulta a sua compreensão, dada a abrangência de diversos grupos sociais, e dado o seu carácter relacional com outras problemáticas sociais, tais como: o absentismo, o insucesso e o abandono escolar precoce, o emprego precário, o desemprego, e outros problemas que destes decorrem

A confusão e a associação frequente que se faz ao fenómeno da Pobreza, bem patente nalgumas abordagens teóricas, parecem minimizar os efeitos da Exclusão e negligenciar uma panóplia de factores e mecanismos indutores e promotores do fenómeno.

A visão adoptada nesta investigação não foi unidireccional. Tomamos como ponto de partida, a diversidade de perspectivas que nos ocorrem ao trabalharmos esta problemática. Um dos factos constatados neste estudo foi, efectivamente, a existência de abordagens teóricas que se cingem apenas à tentativa de explicação da noção de um conceito tido como abstracto, afastado do verdadeiro sentido e sentimento de Exclusão, e a ausência de uma vertente mais prática e própria de quem tem conhecimento de causa das situações de Exclusão Social vivida pelas populações.

Apesar de sermos "coagidos" a seguir os contributos teóricos existentes na literatura especializada desta área, o nosso estudo orientou-se, uma vez próximos de uma realidade contextual onde o fenómeno de Exclusão Social é socialmente reconhecido e até assumido pela Comunidade, pela pesquisa de terreno prolongada, baseada numa interacção permanente com o grupo de jovens em estudo, e portanto vivenciando também sua condição de excluídos.

A nossa escolha incidiu num contexto sócio-cultural marginalizado, situado na semi-periferia da cidade, marcado pela segregação territorial, própria de espaços de habitação social, que agregam um conjunto de grupos sociais desfavorecidos, e que tem como designação Bairro do Cerco do Porto.

A opção pelo objecto empírico de estudo – um grupo de jovens do Bairro do Cerco – relacionou-se com o facto deste grupo tão *sui generis* , demonstrar uma maior revelia de

abertura ao desconhecido, dada a sua resistência face à abordagem do *estranho* ao Bairro, o que constituiu um desafio aliciante e constante durante toda esta investigação.

Atendendo a que a génese da Exclusão pode, efectivamente, radicar e manifestar-se em vários contextos e em várias esferas da vida do indivíduo, tomamos como certo algumas dessas esferas na procura de confirmação/infirmação dos enunciados hipotéticos que conduziram este estudo.

A Família, a Escola e o Mercado de Trabalho, constituem neste estudo áreas de interesse na análise do grupo de jovens, na medida em que são socialmente considerados pilares básicos, ou instituições fundamentais que permitem a integração do indivíduo na sociedade, promovem a sua socialização e a interacção com o *Outro*, além de definirem a sua condição social na sociedade em que vivem.

A Família como Instituição de suporte do indivíduo apresenta-se, actualmente, com novas configurações, dada a emergência de novos modelos familiares, uns mais menos estruturados do que outros.

Na verdade, o nosso objecto de estudo encontra-se enquadrado num contexto familiar muito peculiar, caracterizado pela diversidade de formas estruturais que configuram os respectivos agregados familiares dos jovens.

A desestruturação familiar, tal como a monoparentalidade são factores condicionantes dos percursos e estilos de vida adoptados, quer dos pais, quer dos jovens em estudo. Estas características parecem tornar-se hereditárias dada a resistência face aos valores e modelos familiares dominantes. As situações de coabitação da mãe com um companheiro e com os filhos de um e/ou outro, a coabitação da mãe com os filhos e netos resultantes de relações esporádicas das filhas, bem como algumas situações de abandono do lar por parte de um dos elementos (pai/mãe), são muito frequentes no quadro de análise de vida destes jovens.

Sem pretendermos entrar em considerações deterministas, mas atendendo aos factos reais observados e analisados, resultantes da recolha de informação sobre o grupo alvo, importa aqui dar relevância a tais situações como factores que condicionam os percursos e estilos de vida destes jovens do Bairro, justificada pela ausência de apoio familiar ao nível da construção de projectos de vida condizentes com o que é socialmente reconhecido como *normal* na nossa sociedade.

Por outro lado, a Família assumiria supostamente um papel fundamental de apoio ao percurso escolar do jovem, se não se verificasse um desinteresse nítido no investimento

escolar por parte dos pais, bem como a desvalorização do capital cultural, aspectos transmitidos e interiorizados pelos filhos e que, obviamente, dão origem primeiramente ao absentismo e ao insucesso e, por fim, ao abandono escolar precoce.

Tais considerações, baseadas na análise efectuada, **confirmam-nos** o **2º enunciado hipotético**, de que as ascendências familiares , a pertença a famílias desestruturadas e os capitais culturais herdados condicionam a situação de excluídos destes jovens.

Face ao fenómeno do Insucesso e ao Abandono escolar precoce, os jovens traçam, ainda que inconscientemente, percursos caracterizados por fortes manifestações de alienação, por uma inconstância permanente de onde derivam comportamentos tidos como desviantes, na fuga e na recusa de valores normativos impostos pela sociedade.

A Escola assumiria também, supostamente, um papel institucional na vida dos jovens que temos por referência, caso o absentismo, o insucesso e o abandono escolar precoce não se verificassem, quer por questões que se associam ao próprio funcionamento do sistema de ensino (selectivo e marginalizador), bem como no que se refere à desresponsabilização familiar pelo percurso escolar dos filhos e desinteresse no investimento escolar.

Neste Estudo de Caso, o absentismo e o insucesso escolar são aspectos dominantes que caracterizam o percurso daqueles jovens que ainda se mantém em contexto escolar. Por outro lado, o insucesso acompanhado pelo absentismo e posterior abandono escolar caracterizam o percurso de vida daqueles jovens que actualmente se encontram fora da Escola. As situações de absentismo, de insucesso e abandono escolar precoce constatadas nesta investigação, vêm **confirmar** o nosso **1ª enunciado hipotético**, por constituírem factores de exclusão social do grupo de jovens do Bairro do Cerco do Porto, com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos.

A incapacidade e a fraqueza demonstradas pela Família e pela Escola, revelam-se extremamente marcantes na vida destes jovens que, não projectando e não planeando o seu futuro, vivem o dia-a-dia de forma desprendida e atraídos pelo risco e pelo proibido desenvolvem estratégias de sobrevivência muito próprias.

A fraca escolaridade, a deficiente aquisição de competências pessoais e a inexistência de competências profissionais, passam então a constituir um entrave à sua inserção no mercado de trabalho.

No entanto, a questão do trabalho precário, nem sempre se coloca para estes jovens, na medida em que a desafeição pelo trabalho herdada dos pais parece prevalecer face à

desqualificação do trabalho. Situações de experiências em trabalho precário de apenas alguns dias ilustram-nos o "desgosto" e a desafeição pelo trabalho.

A condição de desempregado não chega sequer a ser sentida pela maioria dos jovens que já abandonaram a escola, uma vez que "trabalhar" não constitui uma ambição no seu futuro. Provenientes de famílias que não partilham da valorização do trabalho, quer como meio de socialização e de inserção sócio-profissional, quer como meio de sustento económico financeiro do agregado, que vive da subsidiodependência e de meios de economia subterrânea, também eles conseguem garantir um mínimo de subsistência mediante estratégias de sobrevivência.

A conjugação destes diversos factores promove o fenómeno da Exclusão Social, a partir do momento em que o indivíduo se sente, ou se vê privado de qualquer valor (familiar, escolar, social, laboral, cultural e económico, etc).

A territorialização constitui outra condicionante no processo de Exclusão Social, designadamente, tratando-se de espaços semi-periféricos segregados, física e humanamente marginalizados, que impõe a todos aqueles que o habitam o estigma resultante das problemáticas sociais que lhe estão associadas (droga, toxicodependência, prostituição, violência, etc), e outros factores que (de)ocorrem por inerência a estes: abandono e negligência familiar, violência doméstica, absentismo, insucesso e abandono escolar precoce, trabalho precário, desemprego, subsídiodependência, etc.

A concentração de grupos sociais desfavorecidos vem contribuir para a concentração de problemas sociais e para o agravamento das condições de vida dos mesmos grupos, uma vez que do realojamento destes decorre muitas vezes um processo de isolamento social em relação ao restante espaço da cidade.

O Bairro do Cerco, é portador de uma identidade e de uma conotação negativa, de inferiorização social e cultural que é interiorizada pela população que aí habita, originando a segregação e a marginalização. Essa inferiorização agrava a indefinição identitária que lhe está associada, promove as estratégias de isolamento e a demarcação face ao território. A percepção e a avaliação do espaço- bairro, não depende tanto do gosto por factores como a habituação ao bairro, as boas relações de vizinhança, mas antes da interiorização de uma imagem negativa e estigmatizante, indutora de sentimentos generalizados de insegurança.

O gosto e ou desgosto sentido pelo Bairro representam a assunção do estigma que é associado à imagem pública do Bairro e aos seus habitantes. O simples facto de ser residente do Bairro do Cerco é associado logo á imagem e identidade negativa do Bairro.

Tal associação constitui um factor de exclusão social do grupo de jovens que temos por objecto de estudo, o que nos **confirma** a nossa **3ª hipótese.**

A cultura de resistência, muito característica de grupos sociais economicamente desfavorecidos, faz com que estes se sintam à margem da sociedade, por não partilharem dos mesmos direitos, e obviamente dos mesmos deveres. Inconformados, optam por enfrentar a sociedade no que respeita aos valores e aos padrões normativos dominantes, orientando as suas acções pelo livre arbítrio, pelo inconformismo, e naturalmente pela necessidade de auto-afirmação, que no caso particular destes jovens se manifesta em comportamentos desviantes.

A delinquência, a marginalidade, surgem como manifestações da recusa dos padrões normativos que habitualmente prevalecem na cultura dominante. Daí que actos delinquentes e marginais, tais como o furto e condução de veículos, e actos de puro vandalismo se assumam como marcas da própria cultura de resistência, e como meio de auto-afirmação da sua condição juvenil.

A assunção do estigma que lhes é atribuído está bem presente na forma isolada como desenvolvem as suas interacções, que por sinal se configuram em espaços demarcados e recônditos do Bairro, longe dos olhares da sociedade.

Tais constatações **confirmam-nos** que as estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelo grupo de jovens em estudo, tornam provável os seus percursos de vida via marginalidade e delinquência juvenil **(4º enunciado hipotético).**

Face ao exposto, resta-nos ainda falar do papel de outras instituições que supostamente exercem poder coercitivo sobre o comportamento do indivíduo. Falamos particularmente das Instituições de Solidariedade Social. Estas Instituições assumem um papel determinante na vida do indivíduo, sobretudo, na ausência de suporte escolar e familiar consistente que promova nos jovens a criação de projectos de vida.

A CERPORTO – Associação para o Desenvolvimento Comunitário do Cerco do Porto - é uma Instituição Particular de Solidariedade Social responsável pelo acolhimento de crianças e jovens do Bairro do Cerco, com objectivos de combate à Exclusão Social de grupos em situação de risco e da população em geral.

Carente de apoio económico financeiro e institucional, esta Associação tem sobrevivido, da boa vontade de alguns residentes do Bairro, e de algum voluntariado por parte de dos técnicos. Alheios às dificuldades de sobrevivência de uma Associação desta natureza, o Poder Autárquico, o Poder Municipal da Cidade, e o poder Institucional da

Segurança Social, revelam, até ao momento, serem autores da própria segregação dos habitantes do Bairro por não responderem às solicitações de apoio que a Instituição lhes tem vindo a dirigir. Limitada a um espaço cave r/chão de um bloco onde a permanência de mais de 20 crianças/jovens se torna insustentável, esta Instituição continua a acolher todos aqueles a que ela recorrem por acreditar no seu verdadeiro valor humanitário e na razão da sua existência.

Apesar da sua luta de anos por um espaço autónomo, junto da Câmara Municipal do Porto, com vista à ocupação dos tempos livres dos jovens, esta solicitação não foi até ao momento satisfeita.

A constatação que fazemos da análise efectuada, quanto ao papel institucional da CERPORTO, é que, efectivamente, o objectivo principal da Instituição é o combate à Exclusão Social, mas estando ausentes os apoios económico-financeiros e institucionais, de outras instâncias de poder e de responsabilidade social, limita-se a tratar das questões que se lhe apresentam de mais fácil resolução. A questão da preferência das crianças em detrimento dos jovens é evidente. Na origem desta atitude está o inconformismo, a resistência às normas e regras de funcionamento interno, manifestados por comportamentos tidos como desviantes, e que levam a Instituição e alguns técnicos a "escorraçar" os jovens da Instituição, curiosamente, o grupo que, estando na idade da procura da identidade, supostamente precisa de mais orientação e até de mais apoio institucional.

Este exemplo de selectividade também é marginalizante e serve de mau exemplo para qualquer Instituição que tenha como principais utentes grupos excluídos. As estratégias que ela desenvolve para facilitar muitas vezes o seu funcionamento interno constituem também formas de exclusão que no futuro tem repercussões bem mais graves.

Podemos aceitar como **confirmado** o nosso **5º enunciado hipotético**, de que as estratégias individuais e grupais de sobrevivência não permitem a inserção deste grupo de jovens na sociedade, na medida em que funcionam como contraponto às políticas de inserção profissional.

Dada a ineficácia de resposta do Sistema de Segurança Social português aos graves problemas que a nossa sociedade apresenta, nomeadamente, no que se refere à Exclusão Social de grupos desfavorecidos, usar da vitimização e da apropriação do conceito de Excluído não atraí deveras vantagens, e quando raramente atraí é apenas no plano do imediato com consequências sérias para o futuro.

Talvez a problematização da Exclusão social não passe disso mesmo, se não existir mais informação, mais empenho, mais profissionalismo e mais formação dos técnicos que desempenham funções de combate à Exclusão. O processo de esclarecimento deve, numa primeira instância, passar pelos orgãos de poder e, a posteriori, pelos locais onde o fenómeno da Exclusão se manifesta, para que resulte eficazmente nos grupos de população visados.

Se na realidade soubermos do que falamos quando falamos de Exclusão social, um dia deixaremos simplesmente de a problematizar, e ela quem sabe, deixará de existir.

Bibliografia:

ALBARELLO, Luc, e Outros, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais,* Trajectos, Lisboa, Gradiva, 1997.

ALMEIDA, Ana Nunes, et al, "Relações Familiares: Mudança e Diversidade", *in* VIEGAS, José Manuel Leite, e COSTA, António Firmino, (orgs.) *Portugal, que Modernidade?,* Oeiras, Celta Editora, 1998. pp. 45- 78.

ALMEIDA, Paula, "Habitação: Produção de um Conceito", *Sociedade e Território*, 1994, 20, pp.110-116

ALMEIDA, J. Ferreira de e PINTO, J. Madureira, *A Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Presença, (3ªed.), 1983.

ALMEIDA, Ferreira, CAPUCHA, Luís , COSTA, A. Firmino da, MACHADO, Fernando Luís, NICOLAU, Isabel e REIS, Elizabeth , *Exclusão Social, Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1994.

ALVES, Mariano Gaio – "Inserção na Vida Activa e Dinâmicas Identitárias", *in Revista Sociologia Problemas e Práticas*, nº 26, Lisboa, CIES, 1998.

ALVES, PINTO , *Sociologia da Escola*, Lisboa, Macgraw- Hill, 1995.

ALTHUSSER, Louis, *Ideologia e aparelhos ideológicos de estado,* in Mónica, Mª Filomena, *Escola e Classes Sociais, (antologia),* Lisboa, Ed. Presença/ Gabinete de Investigações Sociais, 1981.

ALVES, Mariana Gaio, *Inserção na vida activa de licenciados: a construção de identidades sociais e profissionais,* in Sociologia Problemas e Práticas, CIES, ISCTE, Oeiras, Celta Editora, 1998

BAPTISTA, I. Perista H. REIS, A.L., *A Pobreza no Porto: Representações Sociais e Práticas Institucionais*, Porto, Cadernos REAPN Nº1, 1995.

BALLET,Jerome, *L'Exclusion: Définitons et mécanismes*, Paris, L'Harmattan, 2001.

BARDIN, Laurence, *Análise de Conteúdo,* Edições 70, Lisboa, 1977.

BECKER, Horward S., *Uma Teoria da Acção Colectiva, Antropologia Social,* Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

BECKER, Howard S. , *Uma Teoria da Acção Social Colectiva*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977, pp.53-85

BERGER, P e LUCKMANN, Th , *A construção social da realidade*, Petrópoles, Vozes, 1991.

BYRMAN, Alan , *Research Methods and Organizations Studies*, London, Routledget, 1989.

BOURDIEU, p., *La Distinction, Critique Sociale du jugement,* Paris, Éditions de Minuit, 1979.

BOURDIEU, P., *O Poder Simbólico*, Memória e Sociedade, Lisboa, 1989.

BOURDIEU, P., *La Misére du Monde*, Paris, Ed. du Seuil, 1993.

BOURDIEU, P., *O que falar quer dizer*, Lisboa, Edições Difel, 1998.

BOURDIEU, P., PASSERON, J.C., *La Reproduction, Élementes pour une théorie du systéme de enseighnement,* Ed. Minuit, Paris, 1970.

BOURDIEU, P., PASSERON, J.C., *Les héritiers. Les étudiants et la culture*, Editions de Minuit, Paris, 1985.

BOWLES S.; GINTIS, H., *Schooling in Capitalism America*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1976.

BRUTO, da Costa, Alfredo, *Exclusões Sociais, Cadernos Democráticos 2*, Colecção Fundação Mário Soares, Lisboa, Edições Grádiva, 1998.

C.M.P. , *Estudo Socioeconómico da Habitação Social do Porto*, Porto, Pelouro da Habitação e Acção Social, 2001.

CARVALHO, Isabel, "Da Violência da homogeneização à heterogeneização da escola", in Revista Perspectivar Educação nº 5, 1999.

CASTEL, R., « De l'Exclusion comme état à la vulnerabilité comme processus », in : J. AFFICHARD, org., Justice Sociale e Inegalités, Paris, Éd. Esprit, 1991.

CASTEL, R., « De l'indigence à l'exclusion, la desaffiliation. Precarité du travail et vulnerabnilité relationelle » in : J. Donzelot (org.), *Face à l'exclusion*, Paris, Ed. Esprit, 1991.

CASTEL, Robert, *Extreme Cases of Marginalization, from Vulnerability to Desaffiliation*, comunicação apresentada no European Seminar on Social Exclusion, realizado em Alghero (Itália), Abril de 1990, in Alfredo Bruto da Costa, *Exclusões Sociais*, Cadernos Democráticos. Colecção Fundação Mário Soares, Lisboa, Edições Grádiva, 1998.

CENTENO, Luís et al – Percursos Profissionais de Exclusão, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional, 2001.

CLAVEL, G. , *La société d'exclusion*, Paris , L'Harmattan, 1998.

COULON, Alain – A Escola de Chicago , L'École de Chicago, Presses Universitaires de France, Colection Que sais-je ?, Paris, Papirus Editora, 1992.

COSTA, Alfredo B., *Exclusões Sociais,* Col. Fundação Mário Soares, Lisboa, Gradiva, 1998.

COSTA, António Firmino, "Ambivalências, Formas sociais e culturais no Bairro de Alfama", *Povos e Culturas*, 1988, 3, pp.169-197.

COSTA, A. Firmino da – Sociedade de Bairro, Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural, Colecção Sociologias, Oeiras, Celta Editora, 1999.

COSTA, Emília, DUARTE, Cidália, *Violência Familiar,* Colecção Flor de Lótus, Porto, Ambar, 2000.

CORTESÃO, L. STOER, S., "Interculturalidade e Educação escolar: Dispositivos Pedagógicos e Construção da Ponte Entre Culturas", *in Revista Inovação,* vol. 9, 1996, pp. 35-51.

CORTESÃO, L. e TORRES, M.A. , *Avaliação Pedagógica I- Insucesso Escolar*, Lisboa, Ministério da Educação, 1981.

DENZIN, N. K., LINCOLN, Yvonna, *Strategies of Qualitative Inquiry*, London, Sage Publications, 1998.

DESHAIES, Bruno, *Metodologia da Investigação em Ciências Humanas,* Colecção Epistemologia e Sociedade, nº65, Lisboa, Instituto Piaget, 1992.

DURKHEIM , Émile *Educação e Sociologia*, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1965.

DURKHEIM, Émile, *Le suicide*, Paris, PUF, 1976

DURKHEIM, Émile, *Les régles de la méthode sociologique,* Paris, PUF, 1977.

DURKHEIM, Émile, *De la division du travail social,* Paris, PUF, 1978.

ECO, Humberto, *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*, Lisboa, Editorial Presença, 1997

ERIKSON, Erick, *Adolescence et crise: La quête de l'identité,* Paris, Flammarion, 1972.

FERREIRA, Pedro Moura, "Delinquência Juvenil" família e escola, *in Análise Social,* Vol. XXXII (143), 1997 (4º, 5º), 913-924.

FERNANDES, António Teixeira (1995), "Etnicização e racização no processo de Exclusão Social" *in o Estado Democrático e a Cidadania*, Porto, Ed. Afrontamento, 1987, p.p.9-66.

FERNANDES, A .Teixeira, "Formas e Mecanismos de Exclusão Social", *in Sociologia, Revista da Faculdade de Letras do Porto*, 1, 1991.

FERNANDES, A. Teixeira, «Espaço Social e suas representações» *in: Sociologia. Revista da Faculdade de Letras, Universidade do Porto*, 2, 1992.

FERNANDES, A. Teixeira, "Os Direitos do Homem nas Sociedades Democráticas, A Violência na Família", *in Revista Sociologia*, I Série, Vol..IV, U.P., Porto, 1994.

FERNANDES, António Teixeira, " Dinâmicas familiares no mundo actual: harmonias e conflitos", *in Análise Social*, Vol. XXIX (129), 1994 (5º) 1149-1191.

FERNANDES, António Teixeira, "Desigualdades e representações sociais", *in Revista Sociologia*, Vol.X, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.203/214, 2000.

FERNANDES, A. Teixeira, "As sociedades e a qualidade de vida : tendências actuais", *in* FERNANDES, A Teixeira, *Poder Autárquico e Poder Regional*, Porto, Basílica Editora, 1997, pp.269-273.

FORTIN, Marie- Fabienne – O Processo de Investigação , da concepção à realização, Loures, Lusociência , Edições Técnicas e Científicas, Lda, 1999.

FORTUNA, Carlos, *Cidade Cultura e Globalização, Ensaios de Sociologia,* Oeiras, Celta Editora, 2001.

FITOUSSI, J.P., ROSANVALLON, E.P., *A Nova Era das Desigualdades*, Oeiras, Celta Editora, 1997, p.3.

GARCIA, José Luís *Estranhos, Juventude e dinâmicas de exclusão social em Lisboa"*, Oeiras, Celta Editora, 2000.

GARFINKEL, Harold, *Studies in Etnomethodology,* New Jersey, Prentice – Hall, Englewood Cliffs, 1967.

GARFINKEL, Harold, Enomethodologial Studies of Work, Studies in Etnomethodology, London and New York, Routledge & Kegan Paul, 1986.

GAULEJAC, de V. e LÉONETTI, Taboada, *La lutte des places, Insertion et désinsertion,*Paris, EPI, 1994.

GIDDENS, Anthony, *Capitalismo e Moderna Teoria Social*, Lisboa, Editorial Presença, 1972.

GIDDENS, A., *Capitalismo e Moderna Teoria Social, uma análise das obras de Marx, Durkheim Max Weber,* Lisboa, Editorial Presença, 2ª Ed., 1972.

GIDDENS, Anthony, *The Constitution of society: outline of the theory of Struturation,*, Cambridge, Polity Press, 1985.

GOFFMAN, Erving, *La mise en scène de la vie quotidienne, la présentation de soi,* Paris, Les Editions de Minuit, 1973.

GOFFMAN, Erving, *Les rites d'interaction, Collection Le sens comun* , Paris, Les Editions de Minuit, 1974.

GOFFMAN, Erving , *Stigmate les usages sociaux des handicaps*, Collection « Le sens comun », Paris, Les Editions de Minuit, 1975.

GOFFMAN, Erving – Stimate, Paris, Minuit, 1975.

GOFFMAN, Erving – Estigma, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

GOFFMAN, Erving, A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias, Lisboa, Relógio d'Água, 1993.

GOMES, Carlos Alberto, "A Interacção selectiva na Escola de massas", *Sociologia, Problemas e Práticas*, Publicações Europa- América, nº 3, 1987, pp. 34-49.

GONÇALVES, Helena Seita, Processos de (re)construção de identidades culturais num bairro de habitação social – *in Sociologia Problemas e Práticas*, nº16, 1994, pp.135-149.

GUERRA, Paula, A *Cidade na Encruzilhada do Urbano*, Porto, UP, 2002.

GUERRA, Isabel – Modos de vida, novos percursos e novos conceitos, *in Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 13, 1993, pp.59- 74.

GUERRA, Isabel, "As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas", *in Sociedade e Território*, nº 20, 1994.

GUERREIRO, Mª das Dores, "Jovens Europeus e o Futuro: Emprego e vida Familiar", *in Revista Problemas e Práticas*, nº 27, Lisboa, CIES, 1998.

GUTH, Susie, *Insertion Sociale*, L'Hartmattan, s/data

HAMMERSLEY, Martyn, *The Dilemma of Qualitative Method, Herbert Blumer and the Chicago Tradition*, London and New York, Routledge, 1989.

HENRY, P. MOSCOVICI, S., *Problèmes de l'analyse de contenu*, Langage, Setembro, nº II, 1968.

HOLLANDS, Robert, G. , "As Identidades Juvenis e a Cidade," in FORTUNA, Carlos, *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras, Celta Editora, 2001.

HORTON, PAUL, B., *Sociologia*, Lisboa, Macgraw-Hill, 1981.

LESSARD- HÉRBERT, Michelle, GOYETTE, Gabriel, BOUTIN, Gérald, *Investigação Qualitativa – Fundamentos e Práticas*, Epistemologia e Sociedade, 21, Lisboa, Instituto Piaget, 1994.

LOPES, Teixeira, *Tristes Escolas - Práticas Culturais no Espaço Escolar*, Porto, Edições Afrontamento, 1997.

LOPES, Teixeira, *A Cidade e a Cultura – um estudo sobre práticas culturais urbanas*, Câmara Municipal do Porto, Porto, Edições Afrontamento, 2000.

MATZA, David – *Delinquency and Drif*, 1964.

MARQUES, M.ª Fernandes, "Marginais e excluídos na Idade Média, Interacções" Instituto Miguel Torga, nº 6, 1997, pp. 27-39.

MARX, Karl, *Le Capital,Manifeste du Parti Communiste*. Paris, Éditions Sociales, 1966.

MAX, WEBER, *L''Etique protestante et l''esprit du Capitalisme*, Paris, Plon, 1964.

MAZEL, O. , *L'Exclusion. Le Social à la dérive*, Paris, Le Monde Editions, 1996.

MOREIRA, C. D., *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1994.

MÓNICA Maria Filomena , *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Editorial Presença, s/data.

MOORE, S., *Investigating Deviance*, Londres, Unwin Hyman Ed., 1990.

MUSGRAVE, P. , "A Socialização, e A Socialização na Família e a educação", ***in Sociologia da Educação***, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, s/data.

QUEIRÓS, Maria Cidália, GROS, Marielle Christine, *Ser Jovem num Bairro de Habitação Social*, Porto, Campo das Letras, 2002.

PAIS, Machado, "A Construção Sociológica da Juventude – alguns contributos", *in Análise Social*, Vol. XXV (105-106), 1990, 1º, 2º, p.139-165.

PAIS, Machado, *Traços e Riscos*, Colecção Trajectórias, Lisboa, Ambar, 2ª Edição, 1999.

PAIS, Machado, *Ganchos, Tachos e Biscates - Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Ambar, 2001.

PARSONS, Talcott, *The Social Sistem*, Nova Iorque , The Free Press, 1951.

PAUGAM, SERGE, *La disqualification sociale, essai sur la nouvelle pauvreté*, Paris, Presses Universitaires de France, 1991.

PEREIRA, Beatriz, PINTO, Adelina, *A Escola e a Criança em risco intervir para prevenir*, Porto, ASA Editores II, 2001.

PERRENOUD, Ph., In VAN HAECHT, *A escola à prova da sociologia*, Lisboa, Instituto Piaget, 1986.

PERRENOUD, Ph,, et al, *Entre Pais e Professores – Um Diálogo Impossível*, Oeiras, Celta Editora, 2001.

PERRENOUD, P. , "Das Desigualdades Culturais às Desigualdades Escolares: As Avaliação e a Norma num Ensino Diferenciado", *in Revista Análise Psicológica*, nº 1, vol. II, Outubro 1978.

PINTO, Alves, C. *Sociologia da Escola*, Lisboa, MacGraw- Hill, 1995.

PINTO, José Madureira, "Considerações Sobre a Produção Social de Identidade", *in Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 32, 1991

PINTO, Teresa C., "A apropriação do espaço em bairros sociais: o gosto pela casa e o desgosto pelo bairro", *in Sociedade e Território*, 1994, 20, pp.36-43.

PIRES, Eurico Lemos, et al, *A Construção Social da Educação Escolar*, Rio Tinto, Edições ASA, 1991.

PIRES, Rui Pena, "Uma Teoria dos processos de Integração", *in Sociologia Problemas e Práticas*, nº 30, CIES, ISCTE, Oeiras, Celta Editora, 1999.

POIRIER, Jean, et al, *Histórias de Vida – Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora, 1995.

RÉMY, Jean, VOYÉ, Liliane, *A Cidade rumo a uma nova definição?*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.

RÉMY, Jean, " As modas, as posições intermédias e as espacializações do social", *in Sociedade e Território*, 1995, 21, pp. 132-144.

RENÉ LENOIR,René, *Les Exclus. Un français sur dix*, 4ª ed., Paris, Seuil, 1989.

RIGUEIRA, M.ª.BESSA DOS SANTOS, "Sociedade e Socializações a Escola no campo da intervenção", *in Investigação e Debate, Serviço Social*, nº 4, Porto, 1997.

ROBERTS, Kenneth, PARSELL, Glennys, "Culturas Juvenis, transformação social e a transição para a vida adulta na Grã-Bretanha", *in Análise Social*, vol. XXV (105/106), 1990 (1º, 2º.) 167-192.

ROCHER, Guy, *Talcott Parsons et la Sociologie américaine*, Paris, Presses Universitaires de France, col. SUP , 1972.

RODRIGUES, Eduardo Vítor, "A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal", *in Revista Sociologia*, I Série, Vol.IX, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1999.

RODRIGUES, Eduardo Vítor, "A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal" *in Revista Sociologia* I Série, Vol.IX, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1999.

ROUSSEL, Louis, "O Futuro da Família", *in Sociologia Problemas e Práticas*, nº11, 1992, pp.165-179.

RUIVO, Fernando, *Poder Local e Exclusão Social – Dois estudos de Caso de Organização Local da Luta contra a Pobreza,* Coimbra, Quarteto Editora, 2000.

SAMPAIO, Daniel, *Voltei à Escola,* Lisboa, Editorial Caminho, 1996.

SCHMIDT, Mª Luísa, "A evolução da imagem pública da juventude portuguesa: 1974-84", *in Análise Social*, vol. XXI, (87-88-89), 1985 – 3ª, 4ª, 5ª, 1053- 1066.

SCHUTZ, Alfred, *Fenomenologia e Relações Sociais,* Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

SILVA, A. Santos, "Análise sociológica e reflexão democrática sobre a educação: um diálogo com vantagens recíprocas", *in Análise Social*, vol. XXIX, 1994, nº 129, pp. 1211-1228.

SMITH, Adam, *Riqueza das Nações*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Vol. I 1987.

TEIXEIRA, Ana, et al., *Projecto Jovens para o Desenvolvimento*, Centro Paroquial Nossa Senhora da Vitória, Renovação, Porto, Humbertipo, 1995.

VAZ, M.ªJoão, RELVAS, Eunice e PINHEIRO, Nuno, *Exclusão na História*, Oeiras, Celta Editora, 2000.

VAZ, Pato, M.,"A Estratificação Social de Talcott Parsons", *in Revista de Economia e Sociologia*, nº 28, Évora, Gabinete de Investigação e Acção Social do Instituto Superior Económico e Social, 1980.

WALL, Karin, LOBO, Cristina, "Famílias monoparentais em Portugal," *in Revista Análise Social*, vol. XXXIV, 1999, 123-145.

WEBER, M., «Classe, " Status", Partido», *in Estrutura de Classes e Estratificação* Social, Rio de Janeiro, Zahar, 1981, pp. 61-83.

XIBERRAS, Martine, *As Teorias da Exclusão, para uma construção do imaginário do desvio*, Col. Epistemologia e Sociedade, Nº 41, Lisboa, Instituto Piaget, 1993.

ANEXO I

Grelha de Observação Directa

GRELHA DE OBSERVAÇÃO DIRECTA

FACTORES EM ANÁLISE	INTERACÇÃO / SITUAÇÃO OBSERVADA								
	APOIO ÀS ACTIVIDADES ESCOLARES	ACTIVIDADES MANUAIS	ACTIVIDADES DESPORTIVAS	ELABORAÇÃO DE JORNAIS	AULAS DE MÚSICA	VISITAS E SAÍDAS	INFORMÁTICA E JOGOS	ATELIER DE ILUSIONISMO	FESTAS E ESPECTÁ-CULOS
DURAÇÃO HORÁRIO									
LOCAL									
PARTICIP/TES									
FORMAS DE APRESENTAÇÃO (VESTUÁRIO, INDUMENTÁRIA)									
POSTURAS (FORMAS DE ESTAR E DE AGIR)									
COMPORTAMEN-TOS E ATITUDES									

ANEXO II

Quadro Individual nº 1 de Análise Documental

Quadro Geral nº 2 de Análise Documental

QUADRO INDIVIDUAL Nº 1 DE ANÁLISE DOCUMENTAL
JOVEM A

SEXO	
IDADE	
NATURALIDADE	
RESIDÊNCIA	
PERCURSO ESCOLAR/ ACTIVIDADE OCUPACIONAL	
AGREGADO FAMILIAR (Referências familiares, nº de elementos do agregado)	
ACTIVIDADE OCUPACIONAL (da família)	
OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES	
TRAJECTÓRIA DE VIDA	
FREQUÊNCIA OU ASSIDUIDADE NA INSTITUIÇÃO (mês, semana, dias)	
PREFERÊNCIA PELO TIPO DE ACTIVIDADES DA INST.	
PARTICIPAÇÃO/AUTONOMIA E RESPONSABILIDADE	
COMPORTA/TOS E ATITUDES	
POSTURAS (formas de estar e de agir)	
INDUMENTÁRIA (VESTUÁRIO, ADORNOS, ETC.)	

QUADRO GERAL Nº 2 DE ANÁLISE DOCUMENTAL

	SEXO	IDADE	NATURAL.	RESIDÊNCIA	PERCURSO ESCOL.	ACTIV. OCUPAC.	AGREGADO FAMILIAR	TEMPOS LIVRES	TRAJECTO	FREQ. INSTITUIÇÃO	PARTICIPAÇÃO E AUTONOMIA
A											
B											
C											
D											
E											
F											
G											
H											
I											

ANEXO III

Guião de Entrevista Semi-Directiva

Guião de Entrevista Semi-Directiva p/Histórias de Vida

Quadro de Observação Directa das Atitudes e Comportamentos dos Jovens Entrevistados

GUIÃO DE ENTREVISTA SEMI-DIRECTIVA

Jovens do Bairro do Cerco

- Razões que justificam as vivências do jovem no Bairro
- Vivências Familiares
- Importância da Escola no futuro e na vida adulta
- Quotidiano Escolar/memórias da Escola, acontecimentos marcantes, professores, amigos, sala de aula, etc)
- Ocupação dos tempos livres
- Papel da Instituição CERPORTO na vida dos jovens
- Percepção do jovem acerca do que as pessoas pensam do Bairro do Cerco do Porto
- Aspirações de mudança no Bairro e na própria vida
- Percepção e posição relativamente às pessoas que fazem perguntas

Momentos transversais às questões orientadoras da entrevista:

- Infância
- Transição para a Adolescência
- Adolescência

GUIÃO DE ENTREVISTA SEMI-DIRECTIVA

HISTÓRIAS DE VIDA

Jovens Irmãos do Bairro do Cerco

- Razões que justificam as vivências do jovem no Bairro
- Vivências Familiares
- Importância da Escola no futuro e na vida adulta
- Quotidiano Escolar/memórias da Escola, acontecimentos marcantes, professores, amigos, sala de aula, etc)
- Ocupação dos tempos livres
- Papel da Instituição CERPORTO na vida dos jovens
- Percepção do jovem acerca do que as pessoas pensam do Bairro do Cerco do Porto
- Aspirações de mudança no Bairro e na própria vida
- Percepção e posição relativamente às pessoas que fazem perguntas

Momentos transversais às questões orientadoras da entrevista

Ciclos de Vida:

- Infância
- Adolescência
- Estado Adulto

Quadro de Observação Directa das Atitudes e Comportamentos dos Jovens Entrevistados
Entrevista Semi-Directiva

Nome Entrevistado	Data	Duração	Local	Observações Receptividade, formas de estar, atitudes, comportamentos, vestuário e indumentária

ANEXO IV

Quadro nº1 de Análise e Tratamento dos Dados das Entrevistas

Quadro Geral nº 2 de Análise e Tratamento dos Dados das Entrevistas

Quadro nº 1 de Análise e Tratamento dos Dados Individuais das Entrevistas

ENT nº	CATEGORIAS																																																
U.C	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z	AA	AB	AC	AD	AE	AF	AG	AH	AI	AJ	AK	AL	AM	AN	AO	AP	Total
pag.1																																														
pag.2																																														
pag.3																																														
pag.4																																														
pag.5																																														
pag.6																																														
pag.7																																														
pag.8																																														
pag.9																																														
pag.10																																														
pag.11																																														
pag.12																																														
pag.13																																														
Total																																														

Quadro Geral nº 2 de Análise e Tratamento dos dados das Entrevistas

	CATEGORIAS																																														
U.C	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z	AA	AB	AC	AD	AE	AF	AG	AH	AI	AJ	AK	AL	AM	AN	AO	AP	Total
ent.1																																													
ent.2																																													
ent.3																																													
ent.4																																													
ent.5																																													
ent.6																																													
ent.7																																													
ent.8																																													
ent.9																																													
ent.10																																													
ent.11																																													
Total																																													

ANEXO V

Categorias de Análise das Entrevistas Semi-Directivas

Categorias de Análise das Histórias de Vida

CATEGORIAS DE ANÁLISE DAS ENTREVISTAS SEMI-DIRECTIVAS APLICADAS AOS JOVENS DO BAIRRO DO CERCO

A- Percepção positiva em relação às vivências do bairro (esta categoria designa o sentimento de pertença e de gosto pela vida própria do bairro)

B- Percepção negativa em relação às vivências do bairro (esta categoria designa o sentimento de desprezo pela vida própria do bairro)

C- Gosto pelo bairro (esta categoria designa o gosto do jovem pelo bairro/ espaço físico/território e contexto sócio-cultural em que se encontra inserido)

D- Desgosto pelo bairro (esta categoria designa o sentimento de desprezo do jovem pelo bairro/ espaço físico/território e contexto sócio-cultural em que se encontra inserido)

E- Percepção positiva em relação à infância (esta categoria refere-se às boas memórias e recordações da infância do jovem, ou seja, reporta-se a uma infância feliz)

F- Percepção negativa em relação à infância (esta categoria refere-se às más memórias e recordações da infância do jovem, ou seja, reporta-se a uma infância infeliz)

G- Papel passivo da família (esta categoria refere-se ao papel passivo que a família tem na vida do jovem, nomeadamente em relação ao circulo de amizades, ao dia à dia e ao percurso escolar do jovem)

H- Papel activo da família (esta categoria refere-se ao papel activo que a família tem na vida do jovem, nomeadamente em termos de sanções ou castigos, quer ao nível do circulo de amizades, quer em relação ao seu percurso escolar, refere-se à interacção familiar)

I- Conflitualidade familiar (esta categoria designa a presença de violência e outras formas de punição, bem como conflitos no seio familiar, com o namorado(a)/parceiro(a) , e no bairro.

J- Fuga às perguntas relativas à infância (esta categoria traduz o constrangimento do jovem em falar sobre a própria infância, um vazio ou insignificância desse período da sua vida, por vergonha ou por inibição)

K- Fuga às perguntas relativas à família e a sua vida pessoal, (esta categoria traduz o constrangimento do jovem em falar da própria família, e o desenvolvimento de

estratégias que permitem a fuga às perguntas relacionadas com a família, por vergonha ou por inibição)

L- Papel positivo da escola (esta categoria indica o papel importante que a escola tem ou teve na vida do jovem, nomeadamente para o seu futuro laboral, e as boas memórias que o jovem tem da escola)

M- Absentismo escolar (esta categoria traduz o absentismo do jovem em relação à escola, no passado ou no presente)

N- Insucesso e abandono escolar precoce (esta categoria reporta-se a um percurso negativo de insucesso e consequente abandono escolar precoce do jovem, no passado ou no presente)

O- Papel negativo da escola (esta categoria refere-se à percepção negativa que o jovem tem da escola, no passado ou no presente, por via familiar, em relação às suas vivências, ao seu percurso escolar e ao seu futuro laboral)

P- Postura passiva em relação à escola (esta categoria revela a passividade e neutralidade do jovem na formação de uma opinião relativa à escola, com base no seu próprio percurso escolar, bem como a insignificância da escola na vida do mesmo)

Q- Percepção negativa relativa ao abandono escolar precoce (esta categoria traduz o arrependimento pela situação de abandono/ absentismo e insucesso escolar por parte do jovem, nomeadamente face às expectativas que tem do futuro)

R- Percepção positiva do papel da Cerporto (esta categoria corresponde à imagem positiva que o jovem tem da Instituição Cerporto e do papel positivo que teve/tem na sua vida, como instituição de combate à exclusão social)

S- Percepção negativa do papel da Cerporto (esta categoria corresponde à imagem negativa que o jovem tem da Instituição Cerporto e no papel negativo que teve/ tem na sua vida, nomeadamente pela ausência de apoios e da ocupação dos tempos livres dos jovens)

T- Postura passiva em relação ao papel da Instituição (esta categoria revela indiferença do jovem pelo papel que a Instituição Cerporto teve/tem na sua vida)

U- Participação activa na ocupação dos tempos livres/lazer (esta categoria indica uma participação activa do jovem na ocupação dos seus tempos livres, como a programação e realização de actividades, etc)

V- Passividade na ocupação dos tempos livres (esta categoria indica a passividade do jovem, o desinteresse em fazer o que quer que seja, é por outras palavras o " não fazer nada" nos tempos livres)

W- Percepção positiva em relação às amizades (esta categoria indica uma percepção positiva que o jovem tem das suas amizades e do próprio conceito de amizade)

X- Percepção negativa em relação às amizades (esta categoria indica uma percepção negativa que o jovem tem das suas amizades e do próprio conceito de amizade)

Y- Posição defensiva em relação ao bairro e aos seus habitantes (esta categoria revela uma identificação do jovem com o bairro e com a sua população, e uma postura defensiva em relação ao que os estranhos pensam e dizem do bairro)

Z- Posição ofensiva em relação ao bairro e aos seus habitantes (esta categoria refere-se à ausência de aspectos identitários do jovem com o bairro e com a população que o habita, bem como uma postura hostil e crítica do jovem em relação ao bairro e aos seus habitantes)

AA- Identificação com a cultura do bairro (esta categoria expressa a completa ou parcial identificação do jovem com a cultura bairrista vivenciada no seu bairro, sem qualquer sentimento de vergonha ou constrangimento)

AB- Ausência de aspectos identitários com a cultura do bairro (esta categoria traduz a ausência de aspectos identitários do jovem com a cultura bairrista, o sentimento de vergonha e o incomodo por pertencer ao bairro)

AC- Aspirações positivas em relação ao futuro (esta categoria indica as expectativas positivas do jovem em relação ao seu futuro nos vários domínios da sua vida)

AD- Aspirações negativas em relação ao futuro (esta categoria traduz as expectativas negativas e o pessimismo do jovem em relação ao seu futuro nos vários domínios da sua vida)

AE- Expectativas positivas em relação ao bairro (esta categoria indica as expectativas positivas do jovem em relação à vida do bairro no futuro e à redução das problemáticas presentes, ex: da droga, furtos, etc)

AF- Expectativas negativas em relação ao bairro (esta categoria indica as expectativas negativas do jovem em relação à vida do bairro no futuro e ao agravamento das problemáticas existentes, ex: da droga, furtos, etc)

AG- Construção de projectos de vida (esta categoria identifica a construção ou a existência de um ou mais projectos de vida no percurso de vida do jovem)

AH- Ausência de projectos de vida (esta categoria identifica a ausência, a indiferença e o desinteresse pela construção de projectos de vida)

AI- Passividade em relação ao futuro (esta categoria revela a postura passiva que o jovem tem na vida e em relação ao seu futuro)

AJ- Desestruturação familiar (esta categoria revela instabilidade no seio familiar do jovem, traduz separações dos pais, rupturas, os desencontros e reencontros dos progenitores e familiares, a ausência de um modelo familiar definido ou mesmo a existência de diferentes modelos familiares diferentes dos mais convencionais)

AK- Consumo ou tráfico de droga (esta categoria traduz o consumo , o tráfico ou o envolvimento directo ou indirecto do jovem com o meio da droga, por convivência com o grupo de amigos, ou vizinhos)

AL- Manifestações de Alienação e descoincidências cognitivas, (esta categoria designa o desprendimento total e inconsciência do jovem em relação à forma como conduz a sua vida actualmente e no passado)

AM - Maternidade precoce (esta categoria traduz a maternidade precoce de jovens, na ausência de qualquer planeamento familiar, sem vida conjugal, e sem uma relação aparentemente estável ou definida

AN- Trabalho Precário, biscates (designa a experiência do jovem em trabalhos precários/ biscates, sem uma relação aparentemente estável ou definida)

AO- Envolvimento com a Justiça e com a autoridade, (esta categoria designa o envolvimento directo ou indirecto – por relações familiares – em processos judiciais e contactos com a autoridade)

AP- Traumas de Infância (esta categoria designa vivências do jovem, que se revelam traumáticas, por exemplo: tentativas de abuso sexual)

CATEGORIAS DE ANALISE DE CONTEUDO DAS HISTORIAS DE VIDA

INFANCIA (0-12 anos de idade)

A- Percepção positiva da Infância (esta categoria refere-se a vivências felizes e a boas recordações que o(a) jovem tem do período da infância)

B- Percepção negativa da Infância (esta categoria refere-se a vivências e a recordações menos felizes que o(a) jovem tem do período da infância

C- Percepção positiva da família (esta categoria expressa as boas vivências familiares, as boas relações que o(a) jovem mantém com os pais, irmãos e restantes familiares)

D- Percepção negativa da família (esta categoria expressa as mas vivências familiares, a presença de conflitos no seio familiar, bem como a instabilidade gerada pela desestruturação do núcleo familiar)

E- Percepção positiva do valor da amizade (esta categoria refere-se a experiências positivas do(a) jovem no referente a amizades durante o período de infância)

F- Percepção negativa do valor da amizade (esta categoria refere-se a mas experiências do(a) jovem no referente a amizades durante o período de infância)

G- Percepção positiva da escola (esta categoria refere-se ao papel importante que a escola teve na vida do(a) jovem)

H- Percepção negativa da escola (esta categoria refere-se a ideia de inutilidade da escola para a vida actual e futura do(a) jovem)

I- Arrependimento em relação ao abandono escolar (esta categoria revela o arrependimento do(a) jovem em relação ao abandono escolar precoce)

J- Envolvimento com drogas (esta categoria revela o contacto directo ou indirecto com o mundo da droga, com o consumo ou trafico de estupefacientes)

K- Envolvimento com a Justiça (esta categoria revela o comprometimento do(a) jovem em processos judiciais, por questões de consumo/ trafico de droga, de furto e envolvimento em actos de vandalismo)

L- Manifestações de alienação (esta categoria revela estados menos lúcidos, bem como incoerências ou momentos de alienação por parte do(a) jovem

M- Ausência de projectos de vida (esta categoria refere-se a ausência por parte do(a) jovem de qualquer projecto de vida limitando-se a viver o dia-a-dia, sem qualquer preocupação com o futuro)

ADOLESCENCIA (12 aos 16 anos)

A- Percepção positiva da adolescência (esta categoria refere-se a vivências felizes e a boas recordações que o(a) jovem tem do período da adolescência)

B- Percepção negativa da adolescência (esta categoria refere-se a vivências e a recordações pouco felizes que o(a) jovem tem do período da adolescência)

C- Percepção positiva da família (esta categoria expressa as boas vivências familiares e as boas relações que o(a) jovem mantém com os pais, irmãos e restante família)

D- Percepção negativa da família (esta categoria expressa as mas vivências familiares, a presença de conflitos no seio familiar, bem como a instabilidade gerada pela desestruturação do núcleo familiar)

E- Percepção positiva do valor da amizade (esta categoria refere-se a experiências positivas do (a) jovem no referente as amizades)

F- Percepção negativa do valor da amizade (esta categoria refere-se a mas experiências do(a) jovem no referente as amizades)

G- Percepção positiva da escola (esta categoria refere-se ao papel importante que a escola teve na vida do(a) jovem)

H- Percepção negativa da escola (esta categoria refere-se a ideia de inutilidade da escola para a vida actual e futura do(a) jovem)

I- Arrependimento em relação ao abandono escolar (esta categoria revela o arrependimento do(a) jovem em relação ao abandono escolar precoce)

J- Envolvimento com drogas (esta categoria revela o contacto directo ou indirecto com o mundo da droga, com o consumo ou trafico de estupefacientes)

K- Envolvimento com a Justiça (esta categoria revela o comprometimento do(a) jovem em processos judiciais, por questões de consumo/ trafico de droga, de furto e envolvimento em actos de vandalismo)

L- Manifestações de alienação (esta categoria revela estados menos lúcidos por parte do jovem, bem como incoerências ou momentos de alienação por parte do(a) jovem)

M- Ausência de projectos de vida (esta categoria refere-se a ausência por parte do (a) jovem de qualquer projecto de vida, limitando-se a viver o dia-a-dia, sem qualquer preocupação com o futuro)

N- Maternidade precoce (esta categoria refere-se a uma maternidade precoce, a ausência de planeamento familiar e a existência de um relacionamento pouco convencional com o parceiro)

O- Trabalho precário (esta categoria refere-se ao recurso ao trabalho precário por parte do (a) jovem)

FASE ADULTA (16 aos 18 anos)

A- Percepção positiva da fase adulta (esta categoria refere-se a vivências felizes que o(a) jovem tem do período actual da sua vida, nomeadamente no contexto de bairro em que se insere)

B- Percepção negativa da fase adulta (esta categoria refere-se a vivências pouco felizes que o(a) jovem tem tido actualmente na sua vida, nomeadamente inserido no contexto de bairro)

C- Percepção positiva da família (esta categoria expressa as boas vivências familiares e as boas relações que o(a) jovem mantém com os pais, irmãos e restante família)

D- Percepção negativa da família (esta categoria expressa as mas vivências familiares, a presença de conflitos no seio familiar, bem como a instabilidade gerada pela desestruturação do núcleo familiar)

E- Percepção positiva do valor da amizade (esta categoria refere-se a experiências positivas do (a) jovem no referente as amizades)

F- Percepção negativa do valor da amizade (esta categoria refere-se a mas experiências do(a) jovem no referente as amizades)

G- Percepção positiva da escola (esta categoria refere-se ao papel importante que a escola teve na vida do(a) jovem)

H- Percepção negativa da escola (esta categoria refere-se a ideia de inutilidade da escola para a vida actual e futura do(a) jovem)

I- Arrependimento em relação ao abandono escolar (esta categoria revela o arrependimento do(a) jovem em relação ao abandono escolar precoce)

J- Envolvimento com drogas (esta categoria revela o contacto directo ou indirecto com o mundo da droga, com o consumo ou trafico de estupefacientes)

K- Envolvimento com a Justiça (esta categoria revela o comprometimento do(a) jovem em processos judiciais, por questões de consumo/ trafico de droga, de furto e envolvimento em actos de vandalismo)

L- Manifestações de alienação (esta categoria revela estados menos lúcidos por parte do jovem, bem como incoerências ou momentos de alienação por parte do(a) jovem)

M- Ausência de projectos de vida (esta categoria refere-se a ausência por parte do (a) jovem de qualquer projecto de vida, limitando-se a viver o dia-a-dia, sem qualquer preocupação com o futuro)

N- Maternidade precoce (esta categoria refere-se a uma maternidade precoce, a ausência de planeamento familiar e a existência de um relacionamento pouco convencional com o parceiro)

O- Trabalho precário (esta categoria refere-se ao recurso ao trabalho precário por parte do (a) jovem)

ANEXO VI

Quadro nº1 de Análise e Tratamento das Histórias de Vida

Quadro nº2 de Análise e Tratamento das Histórias de Vida

Quadro nº3 de Análise e Tratamento das Histórias de Vida

QUADRO Nº1

ANALISE DE CONTEUDO DE HISTORIA DE VIDA

	ENTREVISTADO 13			ENTREVISTADA 11			
	CICLOS DE VIDA			CICLOS DE VIDA			
Categorias	Infancia	Adolescencia	Est. Adulto	Infancia	Adolescencia	Est. Adulto	TOTAL
A							
B							
C							
D							
E							
F							
G							
H							
I							
J							
K							
L							
M							
N							
O							
TOTAL							

QUADRO Nº2

ANALISE DE CONTEUDO DE HISTORIA DE VIDA

ENTREVISTADO 13

	CICLOS DE VIDA			
Categorias	Infancia	Adolescencia	Est. Adulto	TOTAL
A				
B				
C				
D				
E				
F				
G				
H				
I				
J				
K				
L				
M				
N				
O				
TOTAL				

ANALISE DE CONTEUDO DE HISTORIA DE VIDA

ENTREVISTADA 11

	CICLOS DE VIDA			
Categorias	Infancia	Adolescencia	Est. Adulto	TOTAL
A				
B				
C				
D				
E				
F				
G				
H				
I				
J				
K				
L				
M				
N				
O				
TOTAL				

QUADRO Nº3

ANALISE DE CONTEUDO DE HISTORIA DE VIDA

ENTREVISTADO 13 - MASCULINO

	CATEGORIAS															
ESTADOS DE VIDA	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	TOTAL
INFANCIA																
ADOLESCENCIA																
ESTADO ADULTO																
TOTAL																

ANALISE DE CONTEUDO DE HISTORIA DE VIDA

ENTREVISTADA 11 - FEMININO

	CATEGORIAS															
CICLOS DE VIDA	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	TOTAL
INFANCIA																
ADOLESCENCIA																
ESTADO ADULTO																
TOTAL																

ANALISE DE CONTEUDO DE HISTORIAS DE VIDA

		CATEGORIAS															
	CICLOS DE VIDA	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	TOTAL
revistado	INFANCIA																
	ADOLESCENCIA																
13	ADULTA																
revistada	INFANCIA																
	ADOLESCENCIA																
11	ADULTA																
	TOTAL																

ANEXO VII

Quadro nº1 de Análise dos Registos Diários

QUADRO Nº1 DE ANÁLISE DOS REGISTOS DIÁRIOS

FACTORES EM ANÁLISE	CATEGORIAS			
	VIDA FAMILIAR	VIDA ESCOLAR	VIDA LABORAL	LAZER
6HORAS				
7HORAS				
8HORAS				
9HORAS				
10HORAS				
11HORAS				
12HORAS				
13HORAS				
14HORAS				
15HORAS				
16HORAS				
17HORAS				
19HORAS				
20HORAS				
21HORAS				
22HORAS				
23HORAS				
24HORAS				
1HORA				
2HORAS				
3HORAS				
4HORAS				
5HORAS				

ANEXO VIII

Fotos

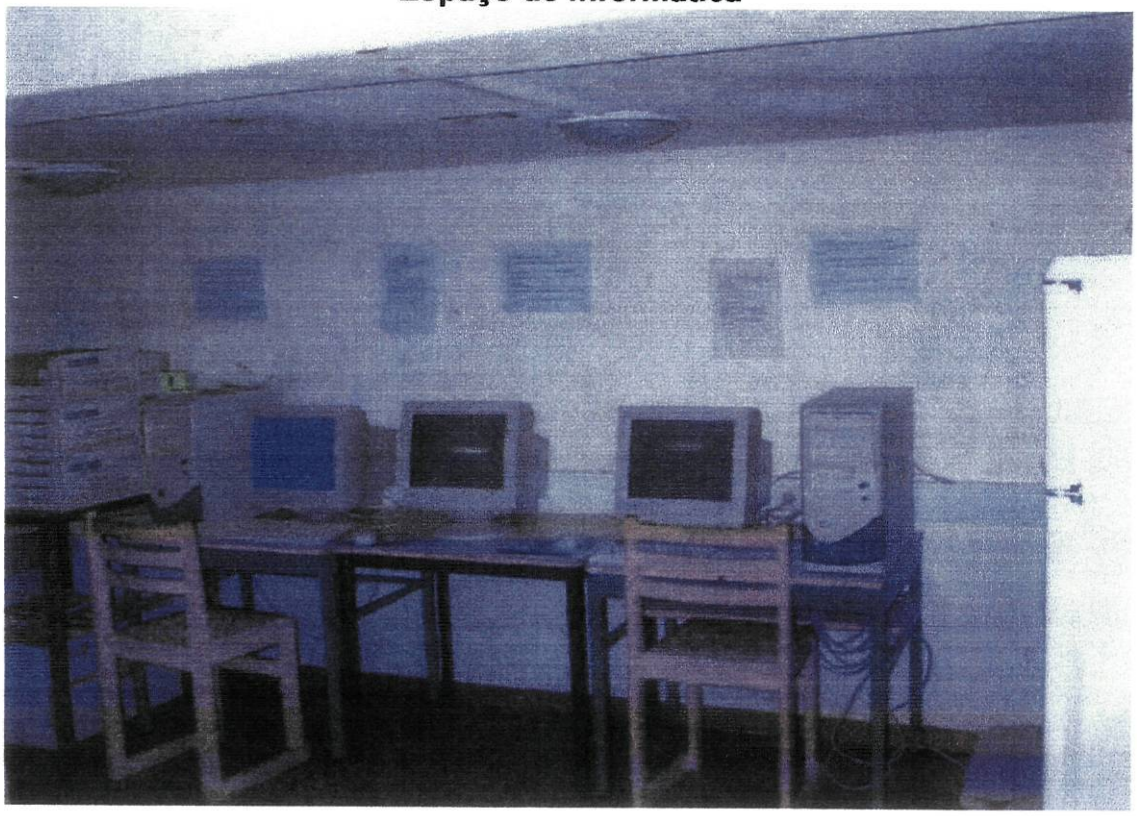
Bairro do Cerco

Instituição CERPORTO

Associação para o Desenvolvimento Comunitário do Bairro do Cerco do Porto
CERPORTO



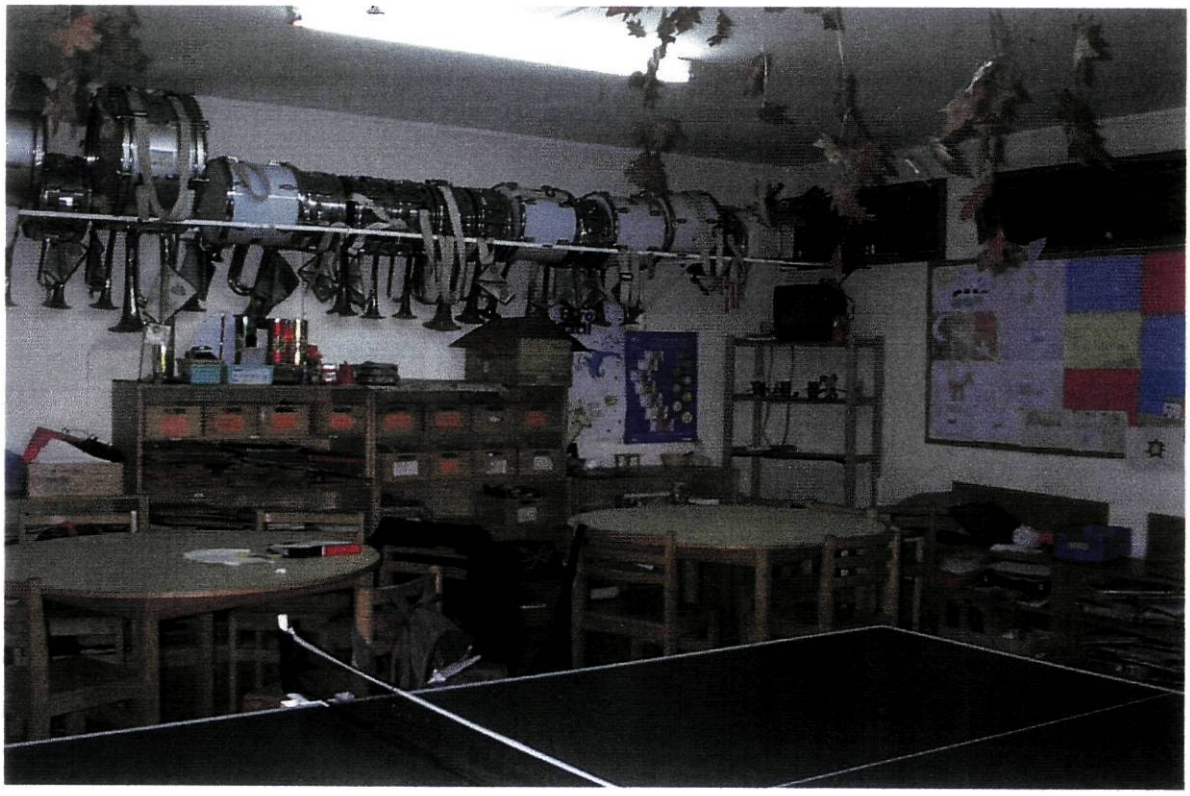
Espaço de Informática




SIDA
NÃO
N R


SIDA
NÃO
N R

CERPORTO



Espaços Públicos do Bairro do Cerco








BRUNO
GRUPO

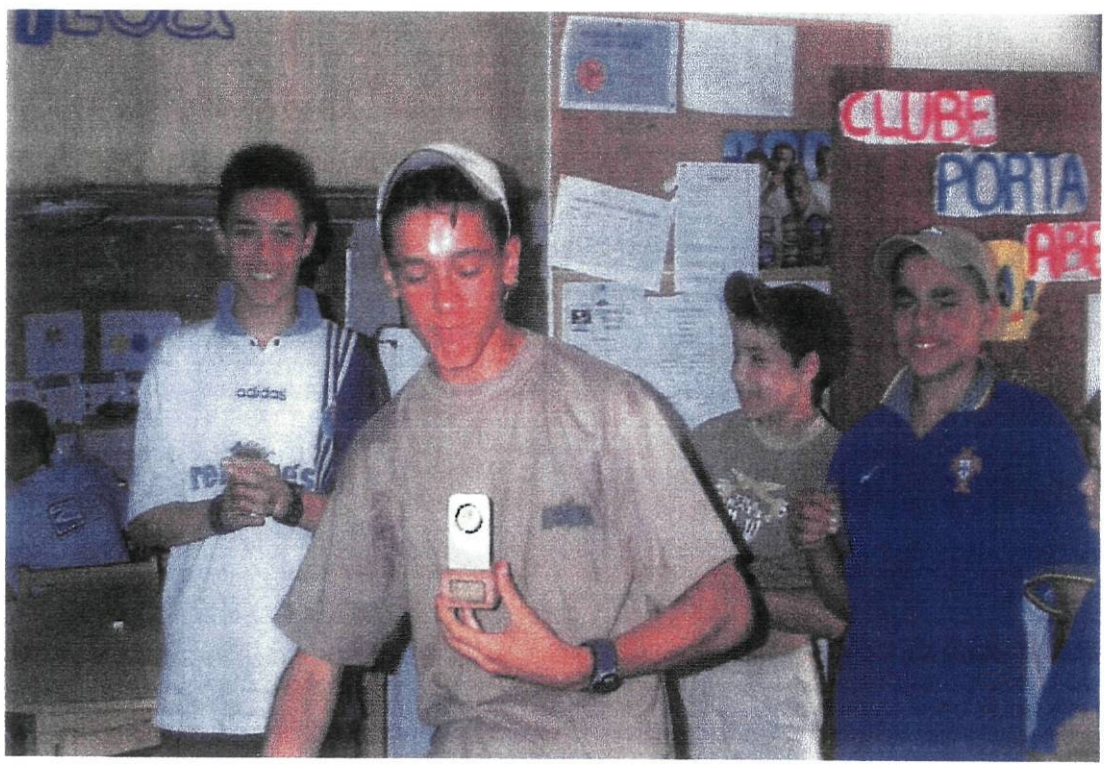
ANEXO IX

Fotos

Jovens do Bairro do Cerco

Jovens do Bairro do Cerco





Jovens do grupo de dança da Cerporto



Trabalhos Manuais




COTTON